

**COMMODITIES AGRÍCOLAS E
FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS:
UM ESTUDO DE ESCOPO
ANALISANDO ABORDAGENS E
EVIDÊNCIAS DE IMPACTOS EM
COMMODITIES SELECIONADAS
RELACIONADAS AO DIÁLOGO FACT**

RASCUNHO FINAL

Versão: Outubro 2024

COMMODITIES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO DE ESCOPO ANALISANDO ABORDAGENS E EVIDÊNCIAS DE IMPACTOS EM COMMODITIES SELECIONADAS RELACIONADAS AO DIÁLOGO FACT

RASCUNHO FINAL
Versão: Outubro 2024

Relatório preparado para a Secretaria do FACT
Por Alison Hoare

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ESCOPO E METODOLOGIA DA PESQUISA	3
CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	5
FERRAMENTAS PARA ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE	8
CONCEITOS E ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE NOS QUATRO SETORES.....	10
PRIORIDADES E LACUNAS.....	10
ÁREAS DE ALINHAMENTO E DIVERGÊNCIA.....	14
ALCANÇANDO IMPACTO: PRINCIPAIS LIÇÕES DOS QUADRO SETORES	14
RECOMENDAÇÕES.....	20
COMPARANDO CONCEITOS E ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE: O QUE SE PODE APRENDER?	21
OS IMPACTOS DAS INICIATIVAS DE SUSTENTABILIDADE: POTENCIAIS ÁREAS DE ENGAJAMENTO	22
ANEXOS 1-4	24

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as conclusões de um estudo de escopo para explorar perspectivas e abordagens para a sustentabilidade nos setores agrícola e florestal

Encomendado pelo Diálogo FACT, ele fornece uma comparação de concepções e abordagens à produção sustentável, concentrando-se em quatro commodities – carne bovina, cacau, óleo de palma e madeira. O objetivo é estabelecer se tal abordagem poderia ser valiosa para ajudar a identificar áreas para maior engajamento dos membros do Diálogo FACT e, portanto, se valeria a pena ampliar e desenvolver esse estudo inicial.

Além disso, ele fornece uma visão geral das pesquisas recentes e compreensão da eficácia de iniciativas que visam promover a produção sustentável, com o objetivo de estimular e enriquecer as discussões sobre a produção sustentável de commodities.

ESCOPO E METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa subjacente a este relatório envolveu dois elementos:

- Uma análise dos conceitos e abordagens existentes sobre a sustentabilidade nos setores agrícola e florestal
- Uma revisão da literatura para explorar a eficácia dos esforços para promover a produção sustentável de commodities e para identificar os desafios e oportunidades enfrentados na sua implementação

O foco deste relatório está na produção sustentável, considerando como essa é concebida e definida. No entanto, também considera como as políticas e iniciativas em matéria de comércio e consumo influenciam a sustentabilidade da produção. Assim, o seu âmbito estende-se para além dos países produtores, abrangendo políticas e iniciativas em alguns dos principais países importadores e consumidores dos produtos em questão

Como um estudo de escopo, a pesquisa limitou-se a quatro commodities e três países produtores de cada commodity. As quatro commodities eram: carne bovina, cacau, óleo de palma e madeira. Essas foram selecionadas devido à sua relevância para os objetivos do Diálogo FACT, dado o seu impacto nas florestas e importância no comércio entre os países membros do Diálogo. Assim, elas estão entre as sete chamadas “commodities de risco florestal”, cuja produção foi responsável pela maior parte do desmatamento nas últimas décadas (sendo as outras três o café, a borracha e a soja).¹ Essas quatro em particular foram selecionadas porque abrangem uma gama de diferentes modelos de produção, ecossistemas e geografias. Em particular, duas das commodities, carne bovina e madeira, foram selecionadas porque são produzidas em países que estão em diferentes fases da ‘transição florestal’². Assim, as quatro commodities permitiram considerar uma ampla gama de questões e perspectivas sobre a sustentabilidade.

Os países foram selecionados entre os países membros do Diálogo FACT (ver tabela 1 para uma lista dos países foco). Para cada commodity, o maior país produtor foi incluído na seleção. Os outros dois países foram selecionados para garantir que pelo menos dois continentes fossem incluídos e que uma variedade de contextos ambientais, econômicos e sociais fossem representados. A disponibilidade de informações em inglês foi um fator adicional.

¹ <https://www.wri.org/insights/just-7-commodities-replaced-area-forest-twice-size-germany-between-2001-and-2015>

² Rudel, T.K. et al. (2010) Forest Transitions: An introduction. Land Use Policy 27(2): 95-97; <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2009.09.021>

Além disso, para cada commodity foram incluídos dois ou três países importadores. Os selecionados incluíram o país que representa o maior mercado para as exportações da commodity específica, bem como um ou dois países (ou jurisdições) adicionais que introduziram medidas para promover a importação de commodities produzidas de forma sustentável.

As principais iniciativas e ferramentas destinadas a promover a sustentabilidade nas cadeias de abastecimento das commodities foram identificadas a partir de uma pesquisa online e revisão inicial da literatura.

Uma matriz foi desenvolvida para permitir a apresentação e comparação dos conceitos e abordagens da sustentabilidade para cada uma das quatro commodities.³ A matriz lista quatro categorias de sustentabilidade – ambiental, social, econômica e política; e dentro dessas, vários critérios pelos quais a sustentabilidade é definida e buscada (ver Anexo 5). Essas categorias refletem uma abordagem comum para definir a sustentabilidade baseada em 3 pilares – ambiental, social e econômico (ver mais abaixo). A quarta categoria, aqui incluída como pilar político, é comumente descrita como ambiente propício ou contexto da governança.

Uma comparação das iniciativas de sustentabilidade foi realizada para cada uma das commodities e entre as quatro commodities para identificar as questões geralmente priorizadas e aquelas às quais é dada pouca atenção. Isso implicou a revisão de websites e documentos estratégicos das iniciativas para determinar a sua visão e objetivos centrais e suas principais áreas de intervenção. Os objetivos e áreas de ação foram então listados na matriz, sob as categorias e critérios relevantes para a sustentabilidade. O número de vezes que os diferentes critérios foram listados como objetivos ou ações prioritárias foi contabilizado para avaliar o nível de atenção dada às diferentes questões de sustentabilidade. Isso também foi usado para identificar potenciais áreas de alinhamento entre as iniciativas, com base nas questões que foram identificadas como prioritárias em todas ou na maioria das iniciativas.

Uma revisão da literatura foi realizada para compilar informações sobre os fatores que influenciaram a implementação e eficácia das iniciativas de sustentabilidade para as quatro commodities. Essa foi uma revisão de escopo, e não uma revisão sistemática, devido às limitações de tempo do estudo. A revisão da literatura começou com uma pesquisa no 'Google acadêmico', utilizando os termos de pesquisa 'produção sustentável', além dos nomes das commodities e dos países. A partir de uma revisão dos resumos, artigos foram selecionados com base na sua relevância para os objetivos da revisão – ou seja, para explorar os fatores subjacentes ao impacto das iniciativas de sustentabilidade dos quatro setores, com foco nas questões de sustentabilidade de maior prioridade para cada commodity (por exemplo, para a carne bovina, foram a proteção dos ecossistemas, as mudanças climáticas e os direitos dos trabalhadores). Literatura adicional foi identificada a partir das listas de referências desse conjunto inicial de artigos e relatórios. A revisão limitou-se principalmente ao material em inglês, também com algum material em francês incluído.

³ A matriz preliminar foi apresentada no retiro do Diálogo FACT realizado em março de 2023, e foi posteriormente revisada em resposta ao feedback recebido.

	CARNE BOVINA	CACAU	ÓLEO DE PALMA	MADEIRA
PAÍSES PRODUTORES	Brasil Uruguai EUA	Costa do Marfim Gana Peru	Colômbia Indonésia Nigéria (Estado de Edo)	Canadá (Colúmbia Britânica) Alemanha Indonésia
PAÍSES IMPORTADORES	China UE	UE	União Europeia Índia	UE Japão EUA

Tabela 1: Países foco do estudo

CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Percepções variadas

O conceito de sustentabilidade aplicado as commodities agrícolas e florestais diz respeito às formas como essas são produzidas, comercializadas e consumidas. Dentro desse enquadramento amplo, existem grandes variações na forma como a sustentabilidade é concebida e compreendida.

A ONU define a agricultura sustentável como aquela que “satisfaz as necessidades das gerações presentes e futuras, assegurando simultaneamente a rentabilidade, a saúde ambiental e a equidade social e econômica,”⁴ e define a silvicultura sustentável como “um conceito dinâmico e em evolução, [que] visa manter e melhorar os valores econômicos, sociais e ambientais de todos os tipos de florestas, em benefício das gerações presentes e futuras”.⁵

Essas definições refletem o conceito de sustentabilidade que prevalece em nível internacional e no discurso ‘ocidental’. Assim, elas distinguem três pilares interdependentes da sustentabilidade – econômico, social e ambiental – e reconhecem a questão da equidade intergeracional.

Este conceito dominante de sustentabilidade é frequentemente contrastado com conceitos mais holísticos e baseados em sistemas, em particular, aqueles encontrados nas culturas indígenas. Para muitos povos indígenas, os humanos e a natureza são parte integrante um do outro, sendo todas as formas de vida consideradas parte da biosfera.⁶ Além disso, a cultura e a espiritualidade são vistas como interligadas com o mundo natural e fazem parte do processo de manutenção e regeneração da natureza.⁷

Maior reconhecimento tem sido dado aos conceitos indígenas de sustentabilidade em nível internacional. Por exemplo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas convocou um processo de pesquisa internacional para examinar o papel da cultura e do patrimônio na ciência climática global e na resposta às mudanças climáticas.⁸ No entanto, continua a existir uma tendência de considerar os conceitos e abordagens indígenas como conhecimento cultural subjetivo ou situado⁹ e, por isso, muitas vezes não são totalmente aceitos como fontes de ideias e conhecimento para informar as abordagens ‘tradicionais’ (*mainstream*). Nem são geralmente aceitos

⁴ <https://www.fao.org/sustainability/en/>

⁵ UN General Assembly (2007) Non-legally binding instrument on all types of forests: resolution / adopted by the General Assembly. <https://digitallibrary.un.org/record/614195>

⁶ Ramcilovic-Suominen, S., (2022) Envisioning just transformations in and beyond the EU bioeconomy: inspirations from decolonial environmental justice and degrowth. *Sustain. Sci.* 1 <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01091-5>

⁷ Throsby, D., & Petetskaya, E. (2016) Sustainability Concepts in Indigenous and Non-Indigenous Cultures. *International Journal of Cultural Property*, 23(2), 119-140. doi:10.1017/S0940739116000084

⁸ The International co-sponsored meeting on Culture, Heritage and Climate Change published 4 reports in 2022, available at: <https://www.cultureclimatemeeting.org/>

⁹ Ramcilovic-Suominen, S., (2022)

como apresentando alternativas viáveis. Conseqüentemente, o espaço para os povos indígenas se envolverem nos setores agrícola e florestal – tanto política como geograficamente – normalmente permanece estritamente definido.

Um contexto global em mudança

A definição de silvicultura sustentável da ONU, citada acima, também reconhece que o conceito de sustentabilidade é dinâmico. Isso deve-se em parte a mudanças na compreensão e também à natureza mutável do mundo. Essas mudanças incluem, sobretudo, a globalização contínua, os níveis crescentes de consumo, uma população mundial crescente e os impactos crescentes das mudanças climáticas e da degradação ambiental.

Esse contexto global está levantando novas questões sobre o que se entende por sustentabilidade, bem como novos desafios sobre como essa pode ser alcançada. Vários temas interligados podem ser identificados a partir de discussões recentes sobre sustentabilidade e são brevemente apresentados aqui.

Sustentabilidade no antropoceno

A era atual, em que os impactos do homem no mundo se tornaram cada vez mais evidentes, foi denominada Antropoceno. Esse enquadramento, ao destacar a relação integral entre o homem e o ambiente¹⁰, reabriu discussões sobre o conceito predominante de sustentabilidade que, tem sido argumentado, cria uma falsa separação entre as pessoas e a natureza.¹¹ Considera-se que tal dicotomia conduziu a abordagens excessivamente tecnocráticas e simplistas, e também à incapacidade de considerar a necessidade de uma mudança social profundamente enraizada, por exemplo, para combater o consumo excessivo de recursos.¹²

Tem havido uma mudança para abordagens mais integradas e baseadas em sistemas, por exemplo, com maior enfoque em conceitos de transformação e transição em alguns fóruns internacionais.¹³ No entanto, a tendência para separar os três ‘pilares’ da sustentabilidade mantém-se, em parte, porque está profundamente enraizada em muitas estruturas institucionais – por exemplo, com ministérios e departamentos dedicados ao ambiente.¹⁴

A necessidade de um maior reconhecimento da natureza dinâmica dos processos, nos quais os conceitos de feedback, gestão adaptativa e emergência estão totalmente integrados¹⁵, também está sendo solicitada. Isso começou a acontecer nos setores florestal e agrícola, com uma atenção crescente dada às práticas regenerativas. Essas são definidas como práticas que melhoram o funcionamento dos sistemas em que a agricultura depende – sistemas ecológicos, econômicos e sociais – e, portanto, os conceitos de adaptação e emergência são uma parte integrante.¹⁶

Sustentabilidade e crescimento econômico

Com a crescente evidência do impacto dos seres humanos no mundo, a natureza finita dos recursos também se tornou mais evidente. Uma resposta a essa situação tem sido o aumento do interesse nos

¹⁰ Leach, M., *et al.*, 2018. Equity and sustainability in the Anthropocene. A social-ecological systems perspective on their intertwined futures. *Global Sustainability*, 1, 1–13. doi:10.1017/sus.2018.12

¹¹ Biermann F (2020) The future of ‘environmental’ policy in the anthropocene: time for a paradigm shift. *Environ Polit.* <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1846958>

¹² Biermann F (2020) The future of ‘environmental’ policy in the anthropocene: time for a paradigm shift. *Environ Polit.* <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1846958>

¹³ Scoones, I. (2016) The politics of sustainability and development. *Annu Rev Environ Resour* 41:293–319. <https://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev-environ-110615-090039>

¹⁴ Biermann, F (2020) The future of ‘environmental’ policy in the anthropocene: time for a paradigm shift. *Environ Polit.* <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1846958>

¹⁵ Leach, M., *et al.*, (2018)

¹⁶ <https://regenerativeagriculturefoundation.org/about/what-is-regenerative-agriculture/>

conceitos de crescimento verde e de economia verde, que procuram alcançar o crescimento econômico, mas com impactos reduzidos ou mínimos no ambiente.

Embora tenha havido progresso limitado na desvinculação das economias nacionais da sua pegada material¹⁷, houve casos no setor agrícola em que o aumento da produção foi alcançado com impactos ambientais reduzidos, pelo menos no que diz respeito à sua pegada ecológica do uso da terra. Por exemplo, no período 2004-2017, o Brasil conseguiu aumentar a produção agrícola e, ao mesmo tempo, reduzir as taxas de desmatamento.¹⁸

No entanto, tem sido argumentado que um crescimento ‘mais verde’ não é suficiente, dada a escala dos desafios apresentados pelas mudanças climáticas e pela degradação ambiental.¹⁹ Em vez disso, defende-se a mudança do paradigma de crescimento econômico para um paradigma de decrescimento, para garantir que permanecemos dentro dos limites planetários. Isso implica repensar a economia, na qual o foco está no bem-estar e não no lucro e na qual os recursos globais sejam partilhados de forma mais equitativa através de uma redução planejada do uso de recursos e energia pelas nações ricas.²⁰

Embora estas ideias sejam debatidas com os sectores agrícola e florestal, a narrativa predominante continua a basear-se num modelo de aumento da produção sustentável. Por exemplo, os países produtores de cacau e de óleo de palma têm como objetivo aumentar tanto a produção como o consumo sustentáveis destes produtos de base. Do mesmo modo, o Canadá e a Alemanha estão a procurar aumentar a procura de produtos florestais renováveis e de origem sustentável, em especial os que podem substituir os produtos energéticos intensivos ou não renováveis derivados do petróleo, como a madeira maciça para a construção civil e os produtos bioquímicos e biomateriais. Isto está a ser apoiado pelo desenvolvimento da economia circular, que procura fazer mais com menos e otimizar a utilização da biomassa florestal. Embora se pretenda que grande parte destes aumentos de produção seja conseguida através de melhorias na eficiência e na produtividade, tal implicará inevitavelmente compromissos.²¹

Se esses podem ser equilibrados de forma justa e equitativa, e que perdas e ganhos sejam aceitáveis, é assunto de debate contínuo, assim como a questão de saber se uma abordagem alternativa, como uma ‘economia do bem-estar’²², deve ser adotada.

Sustentabilidade justa e equitativa

Um terceiro tema que tem recebido maior atenção nas discussões sobre sustentabilidade é o da justiça e equidade. Isso resultou, em parte, de uma crítica ao foco na escassez de recursos nos debates sobre sustentabilidade. Argumentou-se que esse foco negligencia que a escassez de recursos não reflete apenas a disponibilidade de recursos, mas também o acesso e controle dos recursos – por exemplo, a escassez de terra para um determinado grupo de pessoas pode resultar do sistema de posse, bem como o seu poder político e econômico. Consequentemente, considerar a justiça e a equidade é fundamental

¹⁷ Parrique, T. et al. (2019) Decoupling Debunked. Evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability, European Environmental Bureau, July 2019. <https://eeb.org/library/decoupling-debunked/>

¹⁸ Stabile, M.C.C. et al. (2020) Solving Brazil's land use puzzle: Increasing production and slowing Amazon deforestation. Land Use Policy 91. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104362>

¹⁹ Ramcilovic-Suominen, S., (2022)

²⁰ Hickel, J. (2021) The Anti-Colonial Politics of De-growth. Political Geography 88, <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2021.102404>; World Economic Forum (2022) Degrowth – what’s behind the economic theory and why does it matter right now? 15 June, 2022, WEF. <https://www.weforum.org/agenda/2022/06/what-is-degrowth-economics-climate-change/>

²¹ International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD) (2008) Global Summary for Decision Makers. <https://www.globalagriculture.org/original-reports.html>; Meyfroidt, P. et al. (2022) Ten facts about land systems for sustainability. 119 (7) e2109217118, <https://doi.org/10.1073/pnas.2109217118>

²² Chrysopolou, A. (2020) The Vision of a Well-being Economy. 16 December 2020, Stanford Social Innovation Review, https://ssir.org/articles/entry/the_vision_of_a_well_being_economy

para compreender a distribuição de recursos e, quando necessário, para encontrar formas de os realocar.²³

Esses princípios também subiram na agenda devido à maior consciência e reconhecimento do legado do colonialismo nos atuais sistemas econômicos e políticos. Assim, tem havido apelos crescentes por justiça ambiental decolonial; isso também é parte integrante do movimento de decrescimento.²⁴ Além de destacar a necessidade de autodeterminação cultural e política, isso exige repensar o lugar dos humanos no mundo e estabelecer relações mais regenerativas.²⁵

Os princípios de justiça e equidade têm recebido maior reconhecimento nos debates internacionais. Por exemplo, são fundamentais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que incluem o objetivo de reduzir a desigualdade.²⁶ Esses foram também reconhecidos como fundamentais para enfrentar as mudanças climáticas, que foram descritas como uma crise de justiça social.²⁷ Os apelos à justiça climática destacaram não apenas as responsabilidades diferenciadas dos ricos e pobres (tanto nações como grupos da sociedade) pelas mudanças climáticas, mas também que há diferenças na medida em que eles serão e já foram impactados pelas mudanças climáticas.

Esses debates também têm sido uma parte importante das discussões internacionais sobre os esforços globais para reduzir o desmatamento. Muitos países ricos em florestas não deram qualquer contribuição significativa para as emissões históricas de gases com efeito de estufa, mas apresentam elevados níveis de pobreza rural e, por isso, o aumento da produção agrícola e florestal é uma prioridade. Além disso, muitos dos países mais ricos só conseguiram proteger as suas próprias florestas exportando o seu desmatamento para outros países. O reconhecimento dessas responsabilidades diferenciadas e de suas implicações na forma como a sustentabilidade é percebida e compreendida é fundamental para encontrar soluções justas e equitativas.

FERRAMENTAS PARA ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE

Uma densa rede de políticas, iniciativas e ferramentas em torno do conceito de sustentabilidade foi desenvolvida. Essas incluem: compromissos e acordos internacionais, voluntários e juridicamente vinculativos; estratégias, políticas e leis nacionais; iniciativas e normas do setor privado; iniciativas da sociedade civil, bem como normas e esquemas de certificação; e iniciativas de várias partes interessadas. Essas podem ser categorizadas como: informativas ou persuasivas (por exemplo, campanhas de rotulagem e informação), (ii) cooperativas (por exemplo, mesas redondas e esquemas de certificação), (iii) econômicas (por exemplo, impostos e subsídios de carbono) e (iv) instrumentos de política regulatória.²⁸ A variedade dessas ferramentas pode ser observada nas matrizes compiladas para as quatro commodities abrangidas nesse estudo (ver Anexo 5).

Há muito que se discute os méritos relativos das diferentes abordagens e, em particular, sobre os benefícios das iniciativas lideradas pelo governo versus as iniciativas lideradas pelo setor privado. Nos últimos anos, houve uma mudança no sentido de focar nas empresas como um agente-chave na abordagem da sustentabilidade. Por exemplo, isso é visto na crescente atenção dada aos 'negócios

²³ Scoones, I. (2016)

²⁴ Hickel, J. (2021)

²⁵ Ramcilovic-Suominen, S., (2022)

²⁶ Leach, M., et al. (2018)

²⁷ Biermann, F. (2020) The future of 'environmental' policy in the Anthropocene: time for a paradigm shift. *Environ Polit.* <https://doi.org/10.1080/09644016.2020.1846958>

²⁸ Böcher, M. (2012) A theoretical framework for explaining the choice of instruments in environmental policy. *Forest Policy and Economics* 16 (2012) 14–22, doi:10.1016/j.forpol.2011.03.012

inclusivos' como meio de alcançar o desenvolvimento sustentável.²⁹ Da mesma forma, o aumento de regulamentações baseadas no mercado como uma ferramenta para promover práticas de produção mais sustentáveis, por exemplo, como visto na UE, também reflete esse foco no setor privado como um agente de mudança.

No entanto, um afastamento desse foco foi observado em alguns setores. Por exemplo, no que diz respeito aos esforços para promover modelos de negócios inclusivos, observou-se recentemente que se percebeu que uma abordagem mais ampla é necessária e que 'o Estado precisa de ser trazido de volta'.³⁰ Da mesma forma, isso é visto na maior atenção dada às abordagens jurisdicionais. Por exemplo, um resultado da análise do Fórum de Bens de Consumo sobre o progresso de seus membros no cumprimento de seus compromissos de eliminar o desmatamento foi a decisão de passar a trabalhar mais no nível da paisagem, para que questões mais sistêmicas pudessem ser abordadas.³¹

Ligado a esse reconhecimento das limitações de um enfoque singular no setor privado, foi destacado que diferentes ferramentas e iniciativas políticas são mais bem vistas como parte de uma rede ou ecossistema.³² Assim, em vez de considerá-las independentes ou mesmo concorrentes, as políticas e iniciativas muitas vezes complementam-se e reforçam-se mutuamente. Por exemplo, constatou-se que as normas voluntárias no setor agrícola são muito mais eficazes quando as políticas governamentais estão alinhadas com essas.³³ Portanto, as teorias de mudança precisam considerar essa rede de interações e sinergias e interações encorajadas a ajudar a criar ambientes mais propícios à produção sustentável.³⁴

Uma questão para a qual tem havido maior atenção nos últimos anos é a do *greenwashing*. Por exemplo, houve uma série de processos judiciais relacionados com a validade das alegações de sustentabilidade. Essas relacionaram-se principalmente com o setor privado (tanto financeiro, como indústrias e empresas varejistas), mas também houve alegações de *greenwashing* por órgãos de certificação. Por exemplo, dois casos foram recentemente levados ao Bureau da Concorrência do Canadá por *greenwashing* de produtos florestais por órgãos de certificação.³⁵

A preocupação com o *greenwashing* levou ao desenvolvimento de normas e regulamentações mais rigorosas em vários países. Por exemplo, no caso da UE, novas regulamentações sobre declarações e rotulagem ambientais estão sendo consideradas³⁶, bem como requisitos mais rigorosos para relatórios empresariais sobre sustentabilidade.³⁷

²⁹ German, L.A. et al. (2020) "Inclusive business" in agriculture: Evidence from the evolution of agricultural value chains. World Development 134:105018. doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105018

³⁰ Guarin, A. et al. (2022) Taking stock of smallholder inclusion in modern value chains. Ambitions, reality and signs of change. Working Paper, IIED. <https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/2022-09/21086iied.pdf>

³¹ Consumer Goods Forum: Forest Positive Coalition - Paper, Pulp & Fibre-based Packaging (PPP) Roadmap. Version 1.4, February 2023, <https://www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive/key-projects/commodity-specific-roadmaps-and-reporting/>

³² Lambin, E.F. et al. (2014) Effectiveness and synergies of policy instruments for land use governance in tropical regions. Global Environmental Change 28: 129-140; <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.06.007>;

³³ UNEP and ITC (2023) Sustainability standards and requirements for agriculture: international trade considerations. <https://tessforum.org/latest/sustainability-standards-and-requirements-for-agriculture-international-trade-considerations>

³⁴ UNEP and ITC (2023) Sustainability standards and requirements for agriculture: international trade considerations.

³⁵ <https://ecojustice.ca/news/competition-bureau-launches-investigation-into-greenwashing-complaint-against-north-americas-largest-forest-certification-scheme/>

³⁶ https://environment.ec.europa.eu/publications/proposal-directive-green-claims_en

³⁷ https://finance.ec.europa.eu/capital-markets-union-and-financial-markets/company-reporting-and-auditing/company-reporting/corporate-sustainability-reporting_en

CONCEITOS E ABORDAGENS DE SUSTENTABILIDADE NOS QUATRO SETORES

É um desafio realizar uma comparação dos conceitos e abordagens da sustentabilidade em uma vasta gama de iniciativas e em diferentes setores. Isso deve-se, em parte, às diferenças nos seus níveis e tipos de envolvimento, desde parcerias intergovernamentais até ao envolvimento a nível local com os agricultores. Deve-se também à variedade de formas como os objetivos e as intervenções são descritos, com diferenças na linguagem e nos níveis de detalhe (por exemplo, a detenção do desmatamento pode ser listada, mas não a mitigação climática; a restauração pode ser identificada como um objetivo ou como uma atividade, etc.) No entanto, apesar dessas limitações, certos temas emergem e por isso algumas observações gerais podem ser feitas.

Prioridades e lacunas

Ao comparar os objetivos de alto nível e as áreas prioritárias de intervenção das iniciativas de sustentabilidade, verifica-se que há uma série de questões que predominam nos quatro setores (ver tabela 2).

No que diz respeito às questões ambientais, a proteção dos ecossistemas é geralmente priorizada nos quatro setores, principalmente nas florestas, embora no setor da carne bovina as pastagens também sejam uma prioridade. As mudanças climáticas também são priorizadas, sendo dada maior atenção à mitigação do que à resiliência.

Em relação aos aspectos sociais da sustentabilidade, os direitos dos trabalhadores são amplamente priorizados. Isso refere-se principalmente ao trabalho infantil e trabalho forçado no setor do cacau, enquanto as condições de trabalho e as oportunidades de emprego são mais destacadas nos outros três setores. Os direitos à terra e aos recursos também são priorizados em todos os quatro setores, embora no setor madeireiro essas questões sejam frequentemente enquadradas em termos dos meios de subsistência dos povos dependentes da floresta.

Sobre as questões econômicas, as prioridades mais comuns nos quatro setores são as questões relacionadas aos meios de subsistência, concentrando-se nos agricultores e pequenos produtores, nos setores da carne bovina, do cacau e do óleo de palma, e nos povos dependentes das florestas e nas comunidades rurais no setor madeireiro.

No que diz respeito às questões políticas, a transparência é amplamente priorizada nos quatro setores, embora em menor grau no setor madeireiro. Isso centra-se principalmente nos dados da cadeia de abastecimento, mas no setor do cacau, a transparência em relação aos preços também é uma prioridade. A conformidade legal também é frequentemente mencionada, mas a aplicação da lei nem tanto.

A comparação entre objetivos de alto nível e áreas prioritárias de intervenção também permite a identificação das questões que recebem relativamente pouca atenção. Deve-se notar que, como essa revisão abrange apenas uma seleção de iniciativas para cada uma das commodities, essas questões não estão sendo necessariamente ignoradas. Em vez disso, indica onde podem existir lacunas potenciais.

No que diz respeito às questões ambientais, uma questão que recebe relativamente pouca atenção nos quatro setores é a do uso de agroquímicos e da poluição. Isso não é priorizado nas iniciativas do setor madeireiro analisadas, e raramente o é nas outras iniciativas setoriais.

Na esfera social, a segurança alimentar é apenas ocasionalmente destacada nos setores do cacau e do óleo de palma, e não é explicitamente mencionada nos setores da carne bovina ou florestal. As

questões culturais também recebem pouca atenção, sendo apenas ocasionalmente mencionadas nos setores da carne bovina e florestal.

Os diferentes aspectos da sustentabilidade relacionados às comunidades não são abordados universalmente nos quatro setores. Assim, a partilha de benefícios não é priorizada nos setores da carne bovina e do cacau, enquanto o fortalecimento das instituições comunitárias não é uma prioridade nos setores da carne bovina ou da madeira. Embora isso possa refletir uma lacuna, também reflete, em parte, os diferentes modelos de uso da terra e de produção. Por exemplo, uma proporção relativamente pequena de cacau é produzida em plantações de grande escala e, portanto, os acordos de partilha de benefícios com as comunidades não são um problema nesse contexto. No que diz respeito aos direitos dos trabalhadores, as questões relacionadas à equidade e discriminação não são priorizadas no setor da carne bovina. Além disso, os direitos dos trabalhadores recebem muito menos atenção do que as questões ambientais nesse setor.

No que diz respeito às questões econômicas, o regime fiscal e o seu cumprimento não são priorizados em nenhum dos quatro setores. Além disso, os preços das commodities, e em particular os preços para os agricultores, estão no topo da agenda no setor do cacau, mas são raramente mencionados nos outros três setores.

Na esfera política, o cumprimento do regime tributário não é priorizado em nenhum dos setores. A gestão financeira (ou seja, pelo governo e pelo setor privado – incluindo grandes empresas, pequenos produtores e suas associações) é priorizada no setor do cacau, mas não nos outros três setores. No setor da carne bovina, o quadro jurídico e sua aplicação também não são priorizados.

	CARNE BOVINA	CACAU	ÓLEO DE PALMA	MADEIRA
MAIS COMUMENTE PRIORIZADAS	<p>AMB: Proteção e gestão de ecossistemas (florestas e pastagens); Restauração; Mitigação climática; Bem-estar animal;</p> <p>SOC: Condições e direitos de trabalho; Direitos à terra e aos recursos;</p> <p>EC: Meios de subsistência;</p> <p>POL: Transparência; Conformidade legal;</p>	<p>AMB: Proteção e gestão de ecossistemas (florestas); Restauração;</p> <p>SOC: Condições e direitos de trabalho (trabalho infantil e trabalho forçado); Direitos à terra e aos recursos;</p> <p>EC: Meios de subsistência (renda digna); Preços e prêmios; Investimento;</p> <p>POL: Transparência;</p>	<p>AMB: Proteção e gestão de ecossistemas (florestas e turfeiras); Mitigação climática; Proteção da biodiversidade;</p> <p>SOC: Condições e direitos de trabalho; Direitos à terra e aos recursos;</p> <p>EC: Meios de subsistência (pequenos produtores); Investimento;</p> <p>POL: Transparência; Conformidade legal e aplicação da lei;</p>	<p>AMB: Proteção e gestão de ecossistemas (florestas); Mitigação climática;</p> <p>SOC: Condições e direitos de trabalho;</p> <p>EC: Meios de subsistência (IPLCs);</p> <p>POL: Conformidade legal e aplicação da lei;</p>
ÀS VEZES PRIORIZADAS	<p>AMB: Resiliência climática; Gestão da água; Conservação do solo; Resíduos e produtos químicos; Proteção da biodiversidade;</p> <p>SOC: Comunidades (infraestrutura social); Cultura;</p> <p>EC: Investimento;</p> <p>POL: Pesquisa e treinamento; Quadro institucional; Gestão financeira; Participação na elaboração de políticas;</p>	<p>AMB: Resiliência e mitigação climática; Proteção da biodiversidade; Conservação do solo; Gestão da água; Resíduos e produtos químicos;</p> <p>SOC: Equidade e discriminação (gênero); Instituições comunitárias e infraestruturas sociais; Segurança alimentar;</p> <p>EC:</p> <p>POL: Conformidade legal e aplicação da lei; Quadro jurídico e político; Participação na elaboração de políticas; Gestão financeira; Pesquisa e treinamento;</p>	<p>AMB: Restauração; Resiliência climática; Gestão da água; Conservação do solo; Resíduos e produtos químicos;</p> <p>SOC: Equidade e discriminação; Comunidades – partilha de benefícios; instituições; infraestrutura social; Segurança alimentar;</p> <p>EC: Preços e prêmios;</p> <p>POL: Participação na elaboração de políticas; Pesquisa e treinamento; Quadro institucional; Quadro jurídico e político;</p>	<p>AMB: Proteção da biodiversidade; Restauração (reflorestamento); Resiliência climática; Gestão da água; Conservação do solo;</p> <p>SOC: Direitos à terra e aos recursos; Comunidades – partilha de benefícios; infraestrutura social; Equidade e discriminação; Cultura;</p> <p>EC: Investimento; Preços e prêmios;</p> <p>POL: Transparência; Pesquisa e treinamento; Participação na elaboração de políticas; Quadro institucional; Quadro jurídico e político;</p>

NÃO PRIORIZADAS	AMB:	AMB:	AMB:	AMB: Resíduos e produtos químicos;
	SOC: Comunidades (instituições; partilha de benefícios;); Equidade e discriminação; Segurança alimentar;	SOC: Comunidades – partilha de benefícios; Cultura;	SOC: Cultura;	SOC: Instituições comunitárias; Segurança alimentar;
	EC: Impostos; Preços e prêmios;	EC: Impostos;	EC: Impostos;	EC: Impostos;
	POL: Aplicação da lei; Quadro jurídico e político; Gestão financeira;	POL: Quadro institucional;	POL: Gestão financeira;	POL: Gestão financeira

Tabela 2: Frequência das questões priorizadas como objetivos e possíveis lacunas

CHAVE: AMB – Questões ambientais; SOC – Questões sociais; EC – Questões econômicas; POL – Questões políticas;

O **texto laranja** indica questões comumente priorizadas em todos os 4 setores

O **texto azul** indica questões não priorizadas em todos os 4 setores

Áreas de alinhamento e divergência

Nos quatro setores, o âmbito das questões consideradas nas iniciativas de sustentabilidade se ampliou na última década. Assim, tem havido um maior reconhecimento das questões sociais e econômicas em muitas iniciativas que anteriormente se centravam principalmente nas questões ambientais e vice-versa

Uma consequência disso é que houve um maior alinhamento entre as iniciativas, com acordo sobre a gama de questões de sustentabilidade encontradas nos quatro setores, bem como um maior reconhecimento de que essas estão interligadas.

Três questões específicas são normalmente priorizadas nos quatro setores (conforme referido acima), sugerindo um elevado nível de acordo sobre a sua importância. São elas: proteção e gestão de ecossistemas (especialmente de florestas); meios de subsistência; e direitos dos trabalhadores. No entanto, continuam a existir divergências significativas na prioridade dada a essas diferentes questões e, portanto, em quais são os melhores pontos de entrada para intervenção a serem considerados.

É possível encontrar algum alinhamento nos tipos de atividades e intervenções priorizadas, mesmo quando existem diferenças nos objetivos principais. Por exemplo, melhorar as práticas agrícolas ou florestais é uma atividade comum a muitas iniciativas, tanto aquelas que visam melhorar os meios de subsistência como aquelas que visam a perda e degradação florestal. No entanto, esses podem ser concebidos de forma muito diferente, dependendo de quais são os objetivos principais, e pode haver perdas e ganhos entre diferentes resultados. Por exemplo, o aumento da intensidade das práticas agrícolas pode aumentar a renda dos agricultores, mas também aumentar o desmatamento florestal.

O alinhamento também pode ser encontrado em relação a alguns dos aspectos políticos da sustentabilidade. Por exemplo, a melhoria da transparência é priorizada em muitas iniciativas, em parte porque isso é considerado fundamental para abordar muitos dos outros aspectos da sustentabilidade – por exemplo, para apoiar o cumprimento dos requisitos legais e de mercado, fortalecer a voz dos pequenos produtores e monitorizar a eficácia das intervenções. A melhoria da conformidade legal é outra questão comum a muitas iniciativas, refletindo talvez o forte enfoque em intervenções lideradas pelo mercado (discutidas mais abaixo).

ALCANÇANDO IMPACTO: PRINCIPAIS LIÇÕES DOS QUATRO SETORES

Com base na revisão da literatura realizada para cada um das commodities alvo, algumas lições gerais sobre a implementação e eficácia das iniciativas de sustentabilidade podem ser identificadas.

Determinar os impactos é um desafio

Um tema que emergiu da revisão da literatura para as quatro commodities é a falta de evidências sólidas sobre o impacto de muitas iniciativas de sustentabilidade. Uma razão para isso é a complexidade das questões e os múltiplos fatores que as influenciam. Consequentemente, é difícil estabelecer ligações causais. Além disso, as metodologias são muitas vezes inadequadas ou pouco transparentes – por exemplo, no caso de estudos sobre a eficácia das abordagens para combater o desmatamento, constatou-se que a questão do vazamento nem sempre foi abordada.³⁸ A qualidade

³⁸ Ingram, V., et al. (2020) The outcomes of deforestation-free commodity value chain approaches. Forest and Nature Conservation Policy Group, Wageningen University & Research. <https://www.evidensia.eco/resources/1107/download/>

dos relatórios sobre os impactos também muitas vezes varia, o que também tem dificultado a aprendizagem entre iniciativas.³⁹ Por exemplo, muitas iniciativas do setor privado foram criticadas por apenas reportarem suas atividades e não os níveis de implementação ou seus resultados.⁴⁰

Certificação e suas limitações

Embora a certificação de sustentabilidade tenha sido, e continue a ser, uma prioridade nos quatro setores, desafios continuam a ser enfrentados para aumentar a sua adoção, especialmente entre os pequenos produtores. Uma razão para isso é que os pequenos produtores estão, inevitavelmente, em desvantagem em comparação com as grandes empresas, tendo menos capacitação e recursos financeiros. Eles também podem enfrentar obstáculos adicionais – por exemplo, devido a requisitos legais complexos ou pouco claros. Esses desafios são bem conhecidos e recursos significativos foram dedicados para ajudar a superá-los. O fortalecimento das organizações de produtores provou ser um caminho eficaz para melhorar as práticas dos pequenos produtores e permitir sua participação em esquemas de certificação, embora esses nem sempre garantam a inclusão de grupos marginalizados, incluindo as mulheres.⁴¹

Um fator importante que limita a adoção da certificação tem sido a falta de um preço premium. Esse é o caso de todos os produtores, mas isso é mais uma preocupação para os pequenos produtores que normalmente têm margens de lucro muito pequenas. O uso de políticas de aquisição (tanto do setor público como privado)⁴² e de campanhas de conscientização dos consumidores para aumentar a procura de produtos certificados tem sido influente, enquanto o uso de incentivos fiscais e subsídios tem potencial para aumentar os preços.⁴³

As evidências do impacto da certificação de sustentabilidade, na verdade, são mistas. Isso deve-se, em parte, ao fato dos resultados dependerem do contexto socioeconômico e de governança mais amplo.⁴⁴ Por exemplo, o impacto da certificação nos resultados ambientais é influenciado pela eficácia do planejamento e implementação do uso da terra para uma paisagem mais ampla⁴⁵, e seus impactos nos resultados econômicos são influenciados pela existência de ligações de mercado e infraestrutura. A abordagem dessas questões mais amplas requer um conjunto de medidas que vão além da certificação.

³⁹ Ingram, V., et al. (2020)

⁴⁰ Dodson, A. et al. (2021). Oil palm and biodiversity: Company commitments and reporting in 2020. SPOTT. London: Zoological Society of London, <https://www.spott.org/news/oil-palm-biodiversity-report-2021/>; Wahba, J. & E. Higonnet (2020) ISCO Scorecard. Mighty Earth,

<https://www.mightyearth.org/isco-scorecard-examines-public-private-platforms-for-sustainable-cocoa/>; EFI EU Redd Facility (2021) Sustainability initiatives in Ivorian and Ghanaian cocoa supply chains: benchmarking and analysis.

<https://efi.int/sites/default/files/files/flegtredd/Cocoa%20sustainability%20report.pdf>; Parra-Paitan, C. et al. (2023) Large gaps in voluntary sustainability commitments covering the global cocoa trade. *Global Environmental Change* 81, 102696, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2023.102696>

⁴¹ Macqueen, D and Mayers, J (2020) Unseen foresters - an assessment of approaches for wider recognition and spread of sustainable forest management by local communities. WWF, Stockholm, Sweden.

https://wwfeu.awsassets.panda.org/downloads/report_wwf_iied_unseen_foresters_2020_1.pdf; Mithöfer, D. et al. (2017) Unpacking 'sustainable' cocoa: do sustainability standards, development projects and policies address producer concerns in Indonesia, Cameroon and Peru?, *International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services & Management*, 13:1, 444-469, DOI: [10.1080/21513732.2018.1432691](https://doi.org/10.1080/21513732.2018.1432691); Guarin, A. et al. (2022)

⁴² For palm oil, see for example, Voora, V. et al. (2023) Palm oil prices and sustainability. *Global Market Report*, IISD & SSI. <https://www.iisd.org/system/files/2023-06/2023-global-market-report-palm-oil.pdf>

⁴³ Karsenty, A. & S. Salau (2023) Fiscal incentives for improved forest management and deforestation-free agricultural commodities in Central and West Africa. *International Forestry Review* Vol.25(1), 2023, <https://doi.org/10.1505/146554823836838691>

⁴⁴ Noted by VoiceNetwork in: https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2021-04/meeting-2-summaryreportstandards_en.pdf;

⁴⁵ Kosar, M. et al. (2019) PHPL. From Legality to Sustainability. Independent Forest Monitoring Network (JPIK). <https://jpiik.or.id/en/phpl-from-legality-to-sustainability/>

Há também um debate contínuo sobre a certificação no que diz respeito ao equilíbrio entre o que provou ser relativamente especializado, abordagens de certificação lideradas pela sociedade civil versus abordagens ampliadas do setor privado.⁴⁶ Assim, a necessidade de ampliar a certificação, para alcançar uma maior proporção de produtores, levou o setor privado a desenvolver os seus próprios esquemas, que esse argumenta ser mais rentáveis do que muitos dos esquemas verificados por terceiros. Mas isso corre o risco de baixar os padrões.⁴⁷ Embora não exista uma resposta certa, vale a pena notar que esses esquemas não funcionam isoladamente. Diferentes normas e esquemas fazem parte de uma rede de políticas, em que todas interagem. Os esquemas de certificação estão frequentemente em concorrência entre si, o que pode levar a uma corrida ao topo, e eles também interagem e influenciam as políticas públicas.⁴⁸

Redução da pobreza: a importância de teorias de mudança robustas

Os níveis de pobreza permanecem elevados para muitos produtores das quatro commodities e também nas comunidades nas áreas de produção. Uma crítica feita a uma série de intervenções de redução da pobreza, tanto nos setores do cacau como do óleo de palma, é que essas se baseiam frequentemente em teorias de mudança muito simplistas. Em particular, existe a tendência a se concentrar principalmente no aumento da renda dos pequenos produtores, negligenciando outros aspectos da pobreza, tais como o acesso às infraestruturas sociais e o poder de participar na tomada de decisões.⁴⁹ Além disso, muitas intervenções não consideram adequadamente a diversidade dos pequenos produtores e dos membros da comunidade. Muitas vezes, são os agricultores em melhor situação que mais se beneficiam, resultando em um aumento da desigualdade entre os agricultores e dentro das comunidades.⁵⁰

Além disso, as intervenções nem sempre satisfazem as necessidades e prioridades dos agricultores – por exemplo, muitas iniciativas dão prioridade ao aumento da produtividade das áreas agrícolas. Embora isso esteja alinhado com as prioridades das grandes empresas, que estão preocupadas com a segurança dos seus abastecimentos, muitos agricultores estão mais interessados na resiliência de suas áreas agrícolas, por exemplo, através do aumento da diversidade de suas culturas e sistemas de produção.⁵¹

Da mesma forma, as intervenções centram-se frequentemente em abordagens que não reconhecem ou consideram o conhecimento e a experiência existentes. Isso pode servir para minar os sistemas agrícolas ou florestais existentes, bem como os sistemas sociais e culturais a eles associados, ou pode resultar em intervenções inadequadas ao contexto local e, portanto, ineficazes.⁵²

⁴⁶ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021) Fairtrade and beyond: Shifting dynamics in cocoa sustainability production networks. *Geoforum* 120: 186-197, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.02.002>

⁴⁷ EFI EU Redd Facility (2021)

⁴⁸ Lambin, E.F. & T. Thorlakson (2018) Sustainability Standards: Interactions Between Private Actors, Civil Society, and Governments. *Annual Review of Environment and Resources*. Vol. 43:369-393. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-102017-025931>

⁴⁹ Hiron, M. et al. (2018) Understanding Poverty in Cash-crop Agro-forestry Systems: Evidence from Ghana and Ethiopia. *Ecological Economics*, 154, 31–41. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.07.021>; Adams, M.A. & S. Carodenuto (2023) Stakeholder perspectives on cocoa's living income differential and sustainability trade-offs in Ghana, *World Development* 165 (2023) 106201. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106201>;

⁵⁰ Guarin, A. et al. (2022); Solidaridad (2022) Palm Oil Barometer, https://www.solidaridadnetwork.org/wp-content/uploads/2022/09/Palm-Oil-Barometer-2022_solidaridad.pdf; Santos, C.O.d.; et al. (2022) Assessing the Wall-to-Wall Spatial and Qualitative Dynamics of the Brazilian Pasturelands 2010–2018, Based on the Analysis of the Landsat Data Archive. *Remote Sensing*, 14, 1024, <https://doi.org/10.3390/rs14041024>;

⁵¹ Mithöfer, D. et al. (2017)

⁵² Ruggia, A. et al. (2021) The application of ecologically intensive principles to the systemic redesign of livestock farms on native grasslands: A case of co-innovation in Rocha, Uruguay. *Agricultural Systems*, 191:103148, <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2021.103148>;

Uma razão sugerida para esse desalinhamento é que os agricultores continuam a estar mal representados em muitas iniciativas de sustentabilidade. Por exemplo, muito poucas das iniciativas de múltiplas partes interessadas no setor do óleo de palma têm pequenos agricultores representados nos seus conselhos executivos.⁵³

Redução da pobreza: o papel do governo

Outro meio importante de redução da pobreza é através da atribuição de receitas governamentais para apoiar o desenvolvimento rural. A importância de aumentar a produção dessas commodities é muitas vezes justificada pelos governos nessa base. Contudo, a identificação do quanto as receitas dos setores agrícola e florestal estão beneficiando efetivamente as comunidades rurais têm recebido relativamente pouca atenção.

Tem havido algum foco nesse aspecto no setor florestal, com pesquisa e trabalho de advocacia por parte da sociedade civil, bem como iniciativas governamentais para melhorar a coleta e distribuição de benefícios. Essas tiveram algum sucesso, mas em muitos países, os governos e os cidadãos não estão se beneficiando do setor tanto quanto deveriam.⁵⁴

Preço das commodities: questões estruturais são fundamentais

Nos casos do cacau e do óleo de palma, a melhoria do preço das commodities tem sido uma área chave de intervenção como parte dos esforços para combater a pobreza entre os agricultores e as comunidades agrícolas – não apenas o preço dos produtos certificados, mas das commodities em geral. Esse tem sido um problema específico no setor do cacau, onde os baixos preços do cacau são um fator importante que prejudica a capacidade dos agricultores de obterem uma renda digna. No setor do óleo de palma, as flutuações de preços são a principal preocupação, com os pequenos produtores enfrentando a pobreza em tempos de preços baixos.⁵⁵

Uma questão é que os agricultores têm capacidade limitada para negociar o preço de suas culturas, em parte devido à sua posição fraca na cadeia de abastecimento, que é muitas vezes exacerbada pela falta de transparência no que diz respeito aos preços. No setor do cacau, por exemplo, a falta de publicação dos preços de compra, bem como a gestão financeira opaca por parte de algumas cooperativas, significa que os prêmios de certificação muitas vezes não são transferidos para os agricultores.⁵⁶

Há também uma questão fundamental que limita os preços dessas commodities, que é o fato de esses são definidos por compradores internacionais. Por exemplo, no setor do cacau, os governos do Gana e da Costa do Marfim tentaram aumentar os preços para os agricultores através da introdução de preço premiums. No entanto, o impacto dessa situação foi limitado, uma vez que o preço base caiu após sua introdução.⁵⁷ Sem nenhum mecanismo para decidir sobre os níveis de produção e

⁵³ Solidaridad (2022) Palm Oil Barometer. https://www.solidaridadnetwork.org/wp-content/uploads/2022/09/Palm-Oil-Barometer-2022_solidaridad.pdf

⁵⁴ Cerutti et al. (2021) Voluntary Partnership Agreements: Assessing impacts for better policy decisions. Forest Policy and Economics 124. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102386>; Hoare, A.L. & T. Uehara (2022) Forest Sector Revenues in Ghana, Liberia and the Republic of the Congo. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2022/03/forest-sector-revenues-ghana-liberia-and-republic-congo/03-disbursement-forest-revenues>

⁵⁵ Voora, V. et al. (2023) Palm oil prices and sustainability. Global Market Report, IISD & SSI. <https://www.iisd.org/system/files/2023-06/2023-global-market-report-palm-oil.pdf>

⁵⁶ EFI EU Redd Facility (2021) Sustainability initiatives in Ivorian and Ghanaian cocoa supply chains: benchmarking and analysis, <https://efi.int/sites/default/files/files/flegtredd/Cocoa%20sustainability%20report.pdf>; Ruf, F., et al. (2019) Des certifications inutiles? Les relations asymétriques entre coopératives, labels et cacaoculteurs en Côte d'Ivoire' Revue Internationale Des Études Du Développement, 240: 31–61. <https://doi.org/10.3917/ried.240.0031>

⁵⁷ Odjie, M. (2021) Why efforts by Côte d'Ivoire and Ghana to help cocoa farmers haven't worked. The Conversation. 29 June 2021. <https://theconversation.com/why-efforts-by-cote-divoire-and-ghana-to-help-cocoa-farmers-havent-worked-162845>;

controlar a oferta, os países produtores têm capacidade limitada de influenciar os preços. Uma forma proposta de avançar foi estabelecer um valor de referência para a renda digna⁵⁸, e a inclusão de tal norma foi solicitada no âmbito da legislação proposta pela UE sobre a devida diligência empresarial.⁵⁹

No caso da carne bovina, relativamente pouca atenção tem sido dada à questão do preço em relação à sustentabilidade do setor, embora os preços baixos tenham feito com que os pecuaristas muitas vezes não consigam ganhar o suficiente para investir em suas áreas agrícolas ou, em alguns casos, que eles não consigam continuar com a pecuária. Nos EUA, a preocupação com o declínio do preço que os pecuaristas têm recebido pelo seu gado⁶⁰ levou o governo a fortalecer as medidas antitruste e a apoiar os produtores na obtenção de um preço justo.⁶¹ Apelos foram feitos nos EUA⁶² e no Brasil⁶³, para uma reestruturação fundamental do setor, através do estabelecimento de sistemas alimentares de base local, como uma estratégia para melhorar os meios de subsistência dos agricultores e para reduzir os riscos de danos ambientais e abusos dos direitos humanos nas cadeias de abastecimento.

Modelos de negócios inclusivos: a necessidade de uma definição mais ampla

Uma área que tem recebido muita atenção é a do estabelecimento de modelos de negócios mais inclusivos e uma variedade de modelos e parcerias foram desenvolvidas e implementadas. Embora impactos positivos nos meios de subsistência, na pobreza e na equidade tenham sido encontrados em alguns casos, há outros exemplos que tiveram impactos mistos ou mínimos.⁶⁴

Algumas abordagens foram criticadas por terem uma visão restrita em relação à inclusão. Por exemplo, a inclusão tem sido por vezes definida apenas no que diz respeito à participação dos agricultores e pequenos produtores nas cadeias de abastecimento, em vez de um significado mais amplo para incluir aspectos como a participação na tomada de decisões e a capacidade de capturar valor ou de manejar riscos.⁶⁵ Assim, muitas abordagens não abordam os 'profundos desequilíbrios de informação, poder e recursos' entre agricultores e empresas à montante da cadeia de abastecimento.⁶⁶

Preocupações também foram manifestadas de que o gênero muitas vezes recebe pouca atenção nesses esforços e, portanto, não é totalmente integrado na concepção e implementação de projetos, e que os desafios específicos enfrentados pelos agricultores mais pobres muitas vezes não são adequadamente considerados, levando à sua exclusão de abordagens 'inclusivas'.⁶⁷

⁵⁸ Guarin, A. et al. (2022)

⁵⁹ Solidaridad (2022) 10 changes needed for the EU's CSDD to have an impact on the ground, 6 April 2022, <https://www.solidaridadnetwork.org/news/10-changes-needed-for-the-eus-csdd-to-have-an-impact-on-the-ground/>

⁶⁰ Reuters (2021) Explainer: How four big companies control the U.S. beef industry. 17 June 2021, <https://www.reuters.com/article/us-usa-meat-explainer-idCAKCN2DT182>

⁶¹ The White House (2021) Fact Sheet: Executive Order on Promoting Competition in the American Economy. 9 July 2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/07/09/fact-sheet-executive-order-on-promoting-competition-in-the-american-economy/>

⁶² National Sustainable Agriculture Coalition (2022) 2023 Farm Bill Platform. <https://sustainableagriculture.net/wp-content/uploads/2022/11/2023-Farm-Bill-Platform.pdf>

⁶³ Sharma, S. (2017);

⁶⁴ Jezeer, R. et al. (2019) Improving smallholder inclusiveness in palm oil production — a global review. EFRN News, 59. Tropenbos.

<https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn+news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>; Nicolini, G. & A. Guarin (2022) Redefining smallholder farmer inclusion in modern value chains: three ways forward. IIED Blog. 15 Sept. 2022. <https://www.iied.org/redefining-smallholder-farmer-inclusion-modern-value-chains-three-ways-forward>

⁶⁵ Slingerland, M. et al. (2019); Ichsan, M. et al. (2021); Jezeer, R. et al. (2019); German, L.A. et al. (2020);

⁶⁶ Guarin, A. et al. (2022)

⁶⁷ Guarin, A. et al. (2022)

O setor privado como um agente de mudança

Em muitos países e em muitas instituições internacionais, grandes corporações passaram a ser consideradas como o principal agente de mudança para facilitar a transição para práticas de produção mais sustentáveis. Isso deve-se tanto à sua extensa presença em muitas paisagens rurais como à capacidade limitada dos governos de alguns países produtores – por falta de recursos ou por escolhas políticas referentes às prioridades.⁶⁸ No entanto, existem alguns riscos nisso. Uma razão para isso é que existe potenciais conflitos de interesses entre grandes empresas e pequenos produtores. No setor do cacau, por exemplo, observou-se que muitas iniciativas lideradas pelo setor privado têm um forte enfoque no aumento da produtividade, uma abordagem que se alinha com o seu desejo de melhorar a segurança do abastecimento e, ao mesmo tempo, dando pouca atenção ao preço pago pelo cacau, o que pode ser mais eficaz no aumento da renda dos produtores.⁶⁹

A maior integração das multinacionais nos países produtores também foi identificada como um risco potencial para os esforços para capacitar os agricultores.⁷⁰ Assim, a implementação de iniciativas de sustentabilidade do setor privado corre o risco de exacerbar as assimetrias de poder existentes, por exemplo, reduzindo a capacidade dos agricultores de escolher o que cultivar, a quem vender ou a que preço.⁷¹ As cadeias de valor são normalmente geridas tendo em vista a competitividade e a eficiência, e isso não é necessariamente compatível com o objetivo de inclusão dos pequenos produtores.⁷²

O setor privado também é limitado na sua capacidade de provocar mudanças. Assim, o estabelecimento de setores florestais e agrícolas verdadeiramente inclusivos e equitativos só pode ser alcançado quando o contexto de governança mais amplo for propício para isso – por exemplo, com um quadro jurídico e político de apoio, aplicação eficaz da lei e mecanismos que permitam a participação e a prestação de contas.⁷³

Modelos para fortalecer as economias rurais

As quatro commodities proporcionam meios de subsistência a milhões de agricultores e pequenos produtores e ajudaram a reduzir a pobreza em muitas comunidades. Espera-se também que assim o façam para milhões de pessoas que ainda vivem na pobreza; esse é um objetivo fundamental por detrás das estratégias para expandir a produção dessas commodities.

No entanto, uma crítica que tem sido feita é que essas estratégias são muitas vezes baseadas em um modelo no qual as grandes empresas dominam, no pressuposto de que esse oferece o melhor caminho para o desenvolvimento econômico. Assim, as áreas agrícolas e florestais de grande escala são priorizadas no pressuposto de que essas proporcionam os meios mais eficientes de criar empregos e aumentar as receitas.⁷⁴ No entanto, as evidências para isso são mistas. Por exemplo, no caso da produção de óleo de palma, a sua expansão nem sempre beneficiou os agricultores mais

⁶⁸ German, L.A. et al. (2020)

⁶⁹ Cocoa Barometer, 2022

⁷⁰ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021); Obeng Adomaa, F., et al. (2022) Justice and Inclusiveness: The Reconfiguration of Global–Local Relationships in Sustainability Initiatives in Ghana’s Cocoa Sector. *J Agric Environ Ethics* 35, 22, <https://doi.org/10.1007/s10806-022-09895-2>; Delabre et al. (2020) Strategies for tropical forest protection and sustainable supply chains. *Sustainability Science* (2020) 15:1637–1651 <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00747-z>; Maguire-Rajpaul, V.A. et al. (2022);

⁷¹ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021); Obeng Adomaa, F., et al. (2022);

⁷² German, L.A. et al. (2020); Diaw, C.M. et al. (2023) ACM and Model Forests, A new paradigm for Africa, Chapter 10, in: Colfer, C. & R. Prabhu (Eds.) Responding to Environmental Issues through Adaptive Collaborative Management: From Forest Communities to Global Actors. CIFOR-ICRAF. <https://doi.org/10.4324/9781003325932>

⁷³ German, L.A. et al. (2020)

⁷⁴ Li, T.M. (2022) Deforestation and development: A decolonial perspective from Indonesia. Blog, February 2022. <https://decolonisegeography.com/blog/2022/02/deforestation-and-development-a-decolonial-perspective-from-indonesia/>

pobres, enquanto as comunidades que não estão atualmente envolvidas na economia de mercado foram por vezes afetadas negativamente.⁷⁵

Essa abordagem também tem implicações culturais potencialmente enormes para muitas comunidades rurais, tais como a perda de culturas locais e indígenas, impactos em paisagens culturalmente importantes e perturbação de crenças e modos de vida tradicionais. Essas têm sido largamente ignoradas nas investigações sobre os impactos da expansão da produção de commodities.⁷⁶

Apelos foram feitos para a instigação de diálogos nacionais para explorar os melhores caminhos a seguir, considerando não apenas o equilíbrio a ser buscado entre as grandes empresas e os pequenos produtores, mas também o potencial para modelos econômicos novos e alternativos.⁷⁷

O pilar político da sustentabilidade

Um tema comum a muitas iniciativas de sustentabilidade é que a sua eficácia é limitada pelo contexto de governança mais amplo – por exemplo, devido a leis pouco claras ou complexas, à fraca aplicação da lei ou à falta de transparência.⁷⁸ O reconhecimento disso levou ao afastamento da cadeia de abastecimento e das iniciativas de um único ator para abordagens de paisagem e de múltiplas partes interessadas.⁷⁹

A experiência das abordagens existentes destaca os desafios de garantir que haja um verdadeiro envolvimento multilateral, para que esses processos não reforcem ou exacerbem as desigualdades existentes.⁸⁰ Elas destacam também a importância de uma coordenação eficaz das partes interessadas e das intervenções para garantir que trabalhem em conjunto.⁸¹

RECOMENDAÇÕES

Essa pesquisa teve dois objetivos: compilar informações para informar as discussões no âmbito do Diálogo FACT relacionadas à produção sustentável; e considerar se uma comparação de conceitos de sustentabilidade entre diferentes commodities poderia ser valiosa para ajudar a identificar áreas para um maior envolvimento dos membros do Diálogo.

⁷⁵ Santika, T. et al. (2019) Does oil palm agriculture help alleviate poverty? A multidimensional counterfactual assessment of oil palm development in Indonesia. *World Development* 120: 105-117, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.04.012>; Solidaridad (2022) Palm Oil Barometer. https://www.solidaridadnetwork.org/wp-content/uploads/2022/09/Palm-Oil-Barometer-2022_solidaridad.pdf

⁷⁶ Schaafsma, M. et al. (2022) A framework to understand the social impacts of agricultural trade. *Sustainable Development* 31(1) pp.138-150. <https://doi.org/10.1002/sd.2379>

⁷⁷ Diaw, C.M. et al. (2023); Prabhu, R. & C. Colfer (2023) Changing the game. An economy built around stewardship. Chapter 11, in Colfer, C. & R. Prabhu (Eds.) *Responding to Environmental Issues through Adaptive Collaborative Management: From Forest Communities to Global Actors*. CIFOR-ICRAF. <https://doi.org/10.4324/9781003325932>;

⁷⁸ Cerutti, P. & R. Nasi (2020) Sustainable forest management (SFM) of tropical moist forests: the Congo Basin. <http://dx.doi.org/10.19103/AS.2020.0074.41>; Nelson et al. (2020) Evaluating Transformative Change in Tropical Forest Landscape Initiatives. Evaluative Learning Team Briefing. LTS International, Aid Environment, NRI.

⁷⁹ TradeHub (2022) How do we link local and national measures with international policy and private initiatives on sustainable trade for agricultural commodities? <https://trahub.earth/wp-content/uploads/2022/10/FAQ7-finalcopy.pdf>

⁸⁰ Barletti, S. & A. Larson (2021) Introduction - Multi-stakeholder forums and the promise of more equitable and sustainable land and resource use: perspectives from Brazil, Ethiopia, Indonesia, and Peru. *International Forestry Review* 23 (S1), <https://doi.org/10.1505/146554821833466086>

⁸¹ Lambin, E.F. & T. Thorlakson (2018); Wardell, D.A. et al. (2021)

Comparando conceitos e abordagens de sustentabilidade: o que se pode aprender?

A partir de uma rápida comparação de iniciativas para as quatro commodities, tal como foi implementada para esse estudo, é possível identificar as questões gerais que são prioridades comuns entre esses setores e as potenciais áreas de alinhamento. As questões que estão recebendo pouca ou nenhuma atenção em determinados setores também podem ser identificadas, embora seja necessária uma investigação mais aprofundada para determinar se isso ocorre porque elas foram negligenciadas ou porque não constituem um problema no setor.

No entanto, quaisquer conclusões só podem ser indicativas devido ao alto nível da comparação. Por exemplo, muitas vezes, são as categorias mais amplas de 'questões' que são destacadas como objetivos centrais ou áreas de ação, por exemplo, mudanças climáticas ou proteção dos ecossistemas; outras questões podem ser de importância crítica para alcançar esses objetivos, mas podem não ser mencionadas nos documentos estratégicos globais, por exemplo, a redução do uso de produtos agroquímicos como um meio fundamental de combater as mudanças climáticas, ou a melhoria da gestão da água pode ser uma prioridade para alcançar a proteção dos ecossistemas

Existem limitações semelhantes na identificação de áreas de alinhamento. Embora a frequência com que as questões são priorizadas possa dar uma indicação disso, nem sempre é esse o caso. Por exemplo, duas iniciativas podem ter os mesmos objetivos, mas diferir quanto aos melhores meios para alcançá-los. Além disso, duas iniciativas podem optar por focar em questões diferentes, não porque discordem quanto à sua importância, mas devido aos seus conhecimentos específicos ou para evitar sobreposições no seu trabalho.

Uma análise mais aprofundada permitiria uma melhor compreensão das áreas de alinhamento, no entanto, realizar isso para uma vasta gama de commodities consumiria muito tempo. Além disso, correria o risco de chegar a conclusões de certa forma genéricas. Nesse estudo de quatro commodities, as questões identificadas como prioridades comuns – proteção dos ecossistemas, direitos dos trabalhadores, meios de subsistência e rastreabilidade – já estão bem documentadas. Assim, talvez pudessem ser mais facilmente identificadas a partir de uma metodologia diferente – por exemplo, entrevistando vários especialistas importantes nos diferentes setores ou a partir de uma revisão da literatura

Onde a comparação talvez seja mais valiosa é permitir a identificação das questões que podem ter sido negligenciadas em determinados setores e que, portanto, podem merecer mais atenção. Para essas questões, o estabelecimento de intercâmbios de conhecimentos intersetoriais poderia ser particularmente valioso para ajudar a impulsionar um progresso mais rápido

Para as quatro commodities incluídas nesse estudo, as potenciais lacunas identificadas foram:

- Carne bovina:
 - o Social: instituições comunitárias e acordos de partilha de benefícios; equidade e discriminação em relação aos trabalhadores; segurança alimentar;
 - o Econômica: cumprimento fiscal; preços das commodities e prêmios de sustentabilidade;
 - o Política: quadro jurídico e aplicação da lei; gestão das receitas setoriais;
- Cacau:
 - o Social: questões culturais;
 - o Econômica: cumprimento fiscal;
 - o Política: quadro institucional;
- Óleo de palma:
 - o Social: questões culturais;
 - o Econômica: cumprimento fiscal;

- Política: gestão das receitas setoriais;
- Madeira:
 - Ambiental: gestão de agroquímicos;
 - Social: instituições comunitárias; segurança alimentar;
 - Econômica: cumprimento fiscal;
 - Política: gestão das receitas setoriais.

Os impactos da iniciativas de sustentabilidade: potenciais áreas de engajamento

Com base na análise das abordagens sobre sustentabilidade nos quatro setores e nas conclusões da revisão da literatura, foram identificadas diversas áreas onde o engajamento futuro no âmbito do Diálogo FACT poderia ser valioso. Isso poderia implicar diálogos internacionais, visitas de intercâmbio, solicitação de pesquisa e outras atividades

Definindo a produção e colheita sustentáveis no contexto das mudanças climáticas. Com os impactos das mudanças climáticas tornando-se cada vez mais aparentes, há uma maior urgência em adaptar os sistemas florestais e agrícolas para aumentar sua resiliência e adaptar-se aos novos padrões climáticos. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- a resiliência das práticas agrícolas e florestais e dos sistemas de produção existentes às mudanças climáticas e a exploração de novas abordagens potenciais, com base em conhecimentos científicos, locais e indígenas.
- o impacto das estratégias de bioeconomia em todos os aspectos da sustentabilidade e o desenvolvimento de normas e salvaguardas rigorosas para essas.

Prioridades de uso da terra para redução da pobreza e resiliência climática. A procura por terras deverá aumentar, para a agricultura, silvicultura e outros usos da terra, incluindo a mineração e a proteção dos ecossistemas para a mitigação das mudanças climáticas. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- as implicações dos futuros níveis de produção de commodities pretendidos para o uso da terra, a segurança alimentar, estratégias climáticas e trajetórias econômicas.
- potenciais mecanismos e abordagens para regular os níveis de consumo e procura de diferentes commodities, desde o nível nacional até o nível global.

Modelos econômicos resilientes e diversificados. O 'setor da pequena escala' desempenha um papel importante no apoio às economias rurais prósperas. Contudo, em muitos países, a abordagem que está sendo adotada para o desenvolvimento de seus setores agrícola e florestal é a expansão de sistemas de produção em grande escala. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- o impacto dos diferentes modelos de desenvolvimento na pobreza, segurança alimentar e resiliência climática
- as implicações dos diferentes modelos de desenvolvimento para a manutenção da diversidade e integridade cultural, incluindo os sistemas agrícolas e florestais indígenas e os sistemas de conhecimento e culturas relacionados
- o papel dos diferentes instrumentos políticos e das intervenções governamentais na definição das trajetórias rurais.

Fortalecimento da voz dos pequenos produtores e comunidades rurais. A posição dos pequenos produtores nos setores florestal e agrícola continua marginalizada, dificultando a sua capacidade de influenciar a tomada de decisões. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- estratégias e abordagens para fortalecer a capacidade e a voz dos pequenos produtores

Modelos de negócios inclusivos. Uma diversidade de modelos e abordagens estão sendo desenvolvidas e implementadas para estabelecer práticas empresariais mais inclusivas. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- o impacto dos diferentes acordos comerciais, incluindo acordos contratuais e modelos financeiros, na equidade e na inclusão, incluindo a consideração de como a inclusão é entendida e definida
- instrumentos e mecanismos políticos através dos quais os governos apoiam modelos empresariais bem-sucedidos e os ampliam.

Preços das commodities. Os produtores são vulneráveis às flutuações de preços e os preços muitas vezes não refletem os impactos ambientais e sociais da produção. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- potenciais mecanismos para regular os preços e ajudar a garantir o fornecimento de renda digna aos agricultores
- mecanismos pelos quais a sustentabilidade da produção possa refletir no preço das commodities

Regimes fiscais e de partilha de benefícios. A geração de receitas provenientes dos setores agrícola e florestal é um meio importante de apoiar o desenvolvimento rural nos países produtores; no entanto, esses setores muitas vezes não contribuem como deveriam para as receitas públicas.

Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- a concepção e implementação de regimes fiscais e como esses influenciam a geração de receitas públicas
- mecanismos de partilha de benefícios entre governos e partes interessadas rurais, e entre o setor privado e partes interessadas rurais
- abordagens para melhorar a transparência e a prestação de contas para fortalecer a gestão das finanças setoriais
- o papel do governo e do setor privado na prestação de benefícios e serviços rurais às comunidades rurais

Redução da pobreza. O papel da produção dessas commodities na redução da pobreza tem sido misto e os níveis de pobreza permanecem elevados em muitos países e áreas de produção.

Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- o impacto dos diferentes modelos de produção nos vários aspectos da pobreza, incluindo os níveis de renda, acesso à educação e serviços de saúde, e voz e participação
- a concepção de teorias de mudança que considerem a amplitude dos fatores que influenciam a pobreza

Transparência e rastreabilidade. Uma vasta gama de iniciativas de transparência, que visam melhorar a prestação de contas, a conformidade legal e aplicação da lei, e permitir o monitoramento e a avaliação estão sendo implementadas. Questões potenciais para uma investigação mais aprofundada incluem:

- estratégias e mecanismos para aumentar a transparência e rastreabilidade

ANEXOS 1-4

Veja arquivos separados

- Anexo 1 – Carne bovina
- Anexo 2 – Cacau
- Anexo 3 – Óleo de palma
- Anexo 4 – Madeira

ANEXO 1 - CARNE BOVINA

Introdução

Este capítulo revisa perspectivas e abordagens sobre a produção sustentável de carne bovina, identificando áreas de alinhamento e divergência em relação aos princípios para a produção sustentável. Também apresenta os resultados de uma revisão da literatura relacionada à produção sustentável de carne bovina, resumindo as evidências disponíveis sobre o progresso na melhoria da sustentabilidade e os fatores que a influenciam.

Centra-se no Brasil, no Uruguai e nos EUA como produtores de carne bovina e na China e na UE como consumidores. Os EUA e o Brasil são os dois maiores produtores mundiais de carne bovina.⁸² O Uruguai produz um volume muito menor, mas a pecuária é um grande contribuinte para a economia, com a carne bovina respondendo por 20% das exportações totais do país.⁸³ A China é o maior importador global de carne bovina. A UE ocupa a⁸⁴ posição, mas está incluída devido a sua recente regulamentação sobre produtos livres de desmatamento.⁸⁴

A indústria de carne bovina está intimamente ligada às indústrias de laticínios, couro e soja, esta última como fonte de alimentação para o gado, e as questões de sustentabilidade dentro delas estão igualmente interligadas. O âmbito desta revisão limita-se à indústria da carne bovina.

Definições e abordagens de sustentabilidade

As principais iniciativas voltadas para o aumento da sustentabilidade da produção de carne bovina e seu escopo de engajamento estão resumidas na figura 1. Seus objetivos de sustentabilidade e prioridades de intervenção estão listados na matriz anexa.

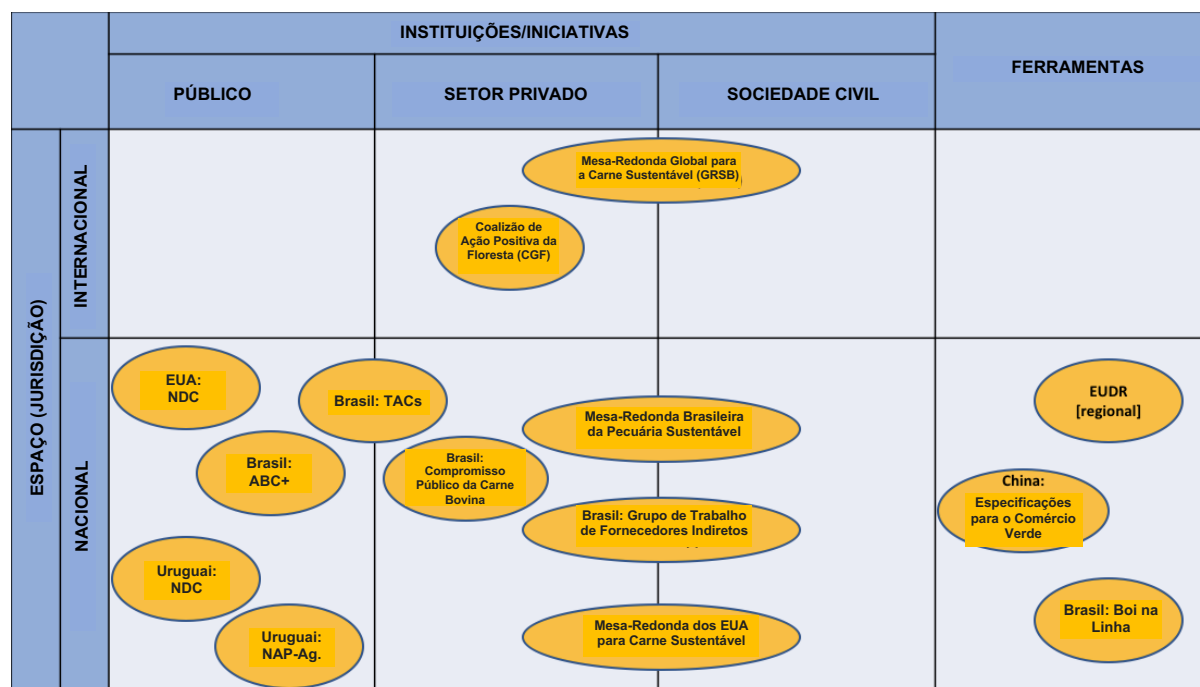


Figura 1: Iniciativas de sustentabilidade da carne bovina e ferramentas abordadas neste relatório

⁸² <https://ourworldindata.org/meat-production>

⁸³ INAC (2021) Indústria de carne bovina e ovina do Uruguai. https://uruguayanmeats.uy/wp-content/uploads/2021/07/INAC_Factsheet-2021-26_7.pdf

⁸⁴ <https://beef2live.com/story-world-beef-imports-ranking-countries-0-106900>

Nível internacional: multissetorial e iniciativas do setor privado

No plano internacional, o setor privado e a sociedade civil têm sido os principais atores, não havendo iniciativas governamentais voltadas apenas para a carne bovina.

A **Mesa-Redonda Global para a Carne Sustentável (GRSB)**⁸⁵ conta com membros do setor privado (de toda a cadeia produtiva da carne bovina), além da sociedade civil e mesas-redondas nacionais, representando 24 países. As mesas-redondas nacionais incluem as do Brasil (das quais a GRSB tirou lições e se baseou) e dos EUA (ambas descritas abaixo).

Estabelecido em 2012, a missão da GRSB é "avançar, apoiar e comunicar a melhoria contínua na sustentabilidade da cadeia de valor global da carne bovina por meio de liderança, ciência e engajamento e colaboração de várias partes interessadas". Ela desenvolveu um quadro orientador para a definição de carne bovina sustentável, com o objetivo de proporcionar 'uma compreensão de base comum da carne bovina sustentável que as mesas-redondas nacionais e outras iniciativas possam utilizar para satisfazer as suas necessidades'.⁸⁶ Os princípios para a sustentabilidade englobam: gestão dos recursos naturais e saúde dos ecossistemas; direitos humanos e relações e impactos comunitários; saúde e bem-estar animal; segurança e qualidade dos alimentos; e eficiência e inovação.

Em 2021, a GRSB estabeleceu 3 metas de sustentabilidade para sua rede global:⁸⁷

- Proporcionar ao gado uma boa qualidade de vida e um ambiente onde possam prosperar
- Reduzir globalmente a pegada líquida de aquecimento de cada unidade de carne bovina em 30% até 2030, em um caminho para a neutralidade climática.
- Até 2030, a GRSB e seus membros garantirão que a cadeia de valor da carne bovina contribua positivamente para a natureza.

Em apoio à sua meta de avançar em direção à neutralidade climática, em 2022, foram publicadas diretrizes para o cálculo da pegada de carbono da produção de carne bovina.⁸⁸

O Fórum de Bens de Consumo é uma organização global para varejistas e fabricantes de bens de consumo. Uma de suas prioridades é acelerar os esforços para deter o desmatamento e a degradação florestal das cadeias de suprimentos, o que está sendo buscado pela **Coalizão de Ação Positiva da Floresta**, um grupo de 21 empresas.⁸⁹ No âmbito deste processo, o grupo de trabalho sobre a carne bovina elaborou um roteiro para ela, que estabelece uma série de compromissos e propõe ações através das quais os seus membros poderiam ajudar a impulsionar a mudança.⁹⁰ Estes se concentram na redução do desmatamento e da degradação, bem como na redução dos riscos de violações de direitos humanos e de conflitos fundiários com povos indígenas e comunidades locais.

Estratégias nacionais

No **Brasil**, há muitas iniciativas voltadas para a carne bovina e a pecuária sustentáveis. O setor agrícola é priorizado dentro das estratégias climáticas do país, incluindo sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA). No centro da implementação de ambas as políticas está o Plano Brasileiro de Adaptação e Baixa

⁸⁵ <https://grsbeef.org/>

⁸⁶ https://wa.grsbeef.org/resources/Documents/Principles%20and%20Criteria/GRSB_Principles_F.pdf

⁸⁷ GRSB Metas globais de sustentabilidade da carne bovina, V1/5.31.2021/100. Disponível em:

<https://grsbeef.org/sustainability-goals/>

⁸⁸ <https://grsbeef.org/grsb-beef-carbon-footprint-guideline/>

⁸⁹ <https://www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive/key-projects/coalition-wide-actions/>

⁹⁰ <https://www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/2022/02/CGF-FPC-Beef-Roadmap-EN.pdf>

Emissão de Carbono na Agricultura: Visão Estratégica para um Novo Ciclo (ABC+ 2020-2030) ⁹¹ – este foi precedido pelo Plano ABC 2010-2020.

O objetivo geral do plano ABC+ é fortalecer a posição do país como uma "potência sustentável" para sistemas agrícolas sustentáveis, resilientes e produtivos. Uma forte ênfase é dada à necessidade de melhorar a resiliência dos sistemas agrícolas do país devido aos impactos das mudanças climáticas. É baseado em 3 pilares: uma abordagem integrada da paisagem; a sinergia das estratégias de adaptação e mitigação; e fomentar a adoção e manutenção de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos Produtivos Sustentáveis.

Especificamente para o setor de carne bovina, várias empresas que operam na Amazônia Legal assumiram compromissos voluntários, bem como acordos formais para reduzir seus impactos nas florestas e resolver conflitos de uso da terra. Entre eles, o Compromisso Público da Carne Bovina de 2009, firmado pelas 3 maiores processadoras de carnes do Brasil, e uma série de acordos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados entre empresas e o Ministério Público⁹² Federal. Tanto o Compromisso quanto os TACs exigem que as empresas não obtenham gado e seus produtos de fazendas ligadas ao desmatamento, invasão de terras indígenas e unidades de conservação e uso de trabalho escravo.⁹³

Para apoiar o cumprimento desses acordos, a iniciativa Boi na Linha⁹⁴ foi criada pela ONG Imafloira em parceria com o Ministério Público Federal. Ela fornece orientação e apoio técnico, e desenvolveu um 'Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia' e um 'Protocolo de Auditoria', para apoiar o cumprimento pelas empresas signatárias.⁹⁵ Um protocolo de monitoramento voluntário de fornecedores de gado também foi desenvolvido pela sociedade civil para o bioma cerrado, visando apoiar as empresas que buscam melhorar sua sustentabilidade.⁹⁶

A Mesa-Redonda Brasileira da Pecuária Sustentável é uma organização multissetorial, com membros do setor privado, instituições de pesquisa e sociedade civil.⁹⁷ Foi fundada em 2009 em resposta à preocupação nacional e internacional com os impactos no desmatamento e na biodiversidade. Sua missão é fomentar o desenvolvimento da pecuária sustentável por meio da articulação da cadeia, da melhoria contínua e da disseminação de informações. Possui cinco grupos de trabalho, com foco em: terra, clima, rastreabilidade, pagamento por serviços ambientais e bem-estar animal. Suas atividades incluem o desenvolvimento do 'Guia de indicadores sobre pecuária sustentável' para avaliar a sustentabilidade das operações, com base na legislação brasileira, protocolos de boas práticas e padrões internacionais.⁹⁸

O Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos, iniciativa criada em 2015, inclui integrantes do setor privado e da sociedade civil. Eles têm trabalhado para desenvolver boas práticas de monitoramento de fornecedores indiretos e apoiar sua implementação.⁹⁹

⁹¹ Ministério da Agricultura do Brasil (2021) Plano Brasileiro de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agricultura: Visão Estratégica para um Novo Ciclo (ABC+ 2020-2030). DOI:[10.13140/RG.2.2.18326.88640](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.18326.88640)

⁹² <https://www.beefontrack.org/wp-content/uploads/2022/10/Beef-Public-Commitment.pdf>

⁹³ MPF & Imafloira (2021) Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia, Versão 1.1. 22 de novembro de 2021. <https://www.beefontrack.org/publications/>

⁹⁴ www.boinalinha.org/; <https://www.beefontrack.org/>

⁹⁵ MPF & Imafloira (2021) Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia, Versão 1.1. 22 de novembro de 2021. <https://www.beefontrack.org/publications/>

⁹⁶ <https://www.proforest.net/news-events/news/the-new-voluntary-monitoring-protocol-for-cattle-suppliers-in-the-cerrado-14111/>

⁹⁷ <https://pecuariasustentavel.org.br/en/>

⁹⁸ <https://www.gips.org.br/>

⁹⁹ <https://gtfi.org.br/en/>

No **Uruguai**, o setor de carne bovina é uma importante fonte de emissões de gases de efeito estufa do país. Isso se reflete na NDC do país, que inclui o objetivo de reduzir a intensidade das emissões resultantes da produção de carne bovina.¹⁰⁰ As medidas de mitigação incluem a melhoria das práticas de manejo das pastagens para aumentar o sequestro de carbono orgânico do solo, um programa de genômica para reduzir as emissões de metano dos bovinos e a pesquisa sobre as ligações entre a saúde animal e as emissões de metano.

Além disso, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima para a Variabilidade Climática e Mudança para o Setor Agrícola do Uruguai (NAP-Ag)¹⁰¹ visa melhorar os meios de subsistência das populações rurais por meio da adoção de sistemas sustentáveis de produção animal e vegetal que sejam menos vulneráveis aos impactos da variabilidade e das mudanças climáticas. O Plano visa:

- desenvolver e adotar sistemas de produção animal e vegetal menos vulneráveis aos impactos da variabilidade e das mudanças climáticas;
- preservar os agroecossistemas e seus serviços;
- melhorar os meios de subsistência das populações rurais; e
- fortalecer as capacidades institucionais para a gestão desses sistemas de produção sustentáveis e adaptados.

O Banco Mundial está apoiando os esforços do governo para aumentar a sustentabilidade no setor pecuário do Uruguai, ajudando os agricultores a adotar práticas inteligentes para o clima e o desenvolvimento de um guia para investir em pecuária sustentável.¹⁰²

As políticas climáticas dos **EUA** também reconhecem a contribuição do setor pecuário para as emissões do país. Em sua NDC, o governo se compromete com o "escalonamento de práticas agrícolas inteligentes para o clima (incluindo o pastoreio rotacionado) e com o fornecimento de programas destinados a melhorar a produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que reduz as emissões de metano agrícola e N₂O".¹⁰³

A Mesa-Redonda dos EUA para Carne bovina Sustentável tem membros do setor privado e da sociedade civil.¹⁰⁴ Sua missão é "avançar, apoiar e comunicar a melhoria contínua da sustentabilidade em toda a cadeia de valor da carne bovina dos EUA". Para ajudar a alcançar isso, identificou 6 metas para a cadeia de suprimentos de carne bovina dos EUA:

1. alcançar a neutralidade climática até 2040.
2. manter e melhorar as pastagens sob os cuidados dos produtores de carne bovina dos EUA.
3. melhorar as estratégias de gestão da água e melhorar a qualidade da água até 2050.
4. melhorar continuamente a segurança, o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas que trabalham em toda a indústria.
5. melhorar a saúde e o bem-estar animal.
6. melhorar a eficiência, aumentar o valor do produto e aumentar a demanda, o que, coletivamente, permitirá que as operações e as empresas mantenham e melhorem a saúde financeira individual e comunitária.

¹⁰⁰ 2º NDC, dezembro de 2022; <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-12/Uruguay%20Segunda%20CDN.pdf>

¹⁰¹ Sumário executivo, 2019,

<https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents/Parties/NAP%20agriculture%20Uruguay%20executive%20summary%20ENG.pdf>

¹⁰² <https://www.worldbank.org/en/topic/agriculture/brief/moving-towards-sustainability-the-livestock-setor-and-the-world-bank>

¹⁰³ NDC, 2022. <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/United%20States%20NDC%20April%2021%202021%20Final.pdf>

¹⁰⁴ <https://www.usrsb.org/>

Esquemas de certificação e ferramentas de política

Não existe um sistema internacional de certificação da carne bovina, mas, a nível nacional, foi desenvolvida uma série de normas e sistemas de certificação.

No Brasil, protocolos e um sistema de certificação de Carne Carbono Neutro (CCN) e Carne Baixo Carbono (CBC) foram desenvolvidos pela Embrapa, Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária.¹⁰⁵ Isso faz parte do trabalho da agência para implementar a estratégia ABC+ do país por meio da redução de emissões do setor. O governo do Pará, em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais, desenvolveu a plataforma Selo Verde para garantir a rastreabilidade da cadeia produtiva da pecuária no estado. Tem como objetivo tanto apoiar os produtores no registro de suas propriedades, quanto possibilitar o monitoramento do cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, com a rotulagem dos produtos que estão em conformidade.¹⁰⁶

Nos EUA, há uma ampla gama de sistemas de certificação, incluindo alimentados a pasto¹⁰⁷, orgânicos¹⁰⁸, de baixo carbono¹⁰⁹ e bem-estar animal aprovados.¹¹⁰ No Uruguai, existem sistemas de certificação para carne bovina neutra em carbono,¹¹¹ carne natural e carne¹¹²¹¹³ regenerativa.

Esses vários esquemas foram desenvolvidos em parte em resposta às crescentes demandas dos mercados internacionais e dos investidores por carne bovina produzida de forma mais sustentável e, em particular, carne bovina livre de desmatamento e com baixo teor de carbono.

Vários países têm considerado regulamentações de mercado relevantes para a carne bovina. Considerado neste relatório é o Regulamento Anti-Desflorestação da União Europeia (EUDR). O EUDR, que entrou em vigor em 2023, aplica-se ao gado e a outras seis commodities e proíbe a colocação no mercado se a sua produção tiver causado desmatamento ou degradação florestal ou não estiver em conformidade com a lei.¹¹⁴

A China não introduziu legislação, mas o setor privado assumiu uma série de compromissos para promover a produção sustentável de carne bovina. Entre elas, o desenvolvimento de 'Especificações para o Comércio Verde da Indústria da Carne' pela Associação de Carne da China, em parceria com o WWF, que foram publicadas em 2021.¹¹⁵ O Conselho de Cooperação Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da China (CCICED) tem uma força-tarefa sobre cadeias de suprimentos sustentáveis, que recentemente recomendou o estabelecimento de um acordo comercial com o Brasil sobre carne bovina sustentável.¹¹⁶

¹⁰⁵ <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/61446348/new-low-carbon-brazilian-beef-protocol-allows-increased-stocking-rates-with-sustainability>; Macedo, M. et al. (2021) Plataforma Brasileira de Carne Bovina de Baixo Carbono. 2º Congresso Mundial sobre Sistemas Integrados Lavoura-Pecuária-Floresta, 4 a 5 de maio de 2021; https://www.researchgate.net/publication/355056343_LOW_CARBON_BRAZILIAN_BEEF_PLATFORM/link/615ba98f622f1852244ff519/download

¹⁰⁶ <https://www.semas.pa.gov.br/seloverde/> & https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/06/FinancialTimes_SeloVerde-Brazil-plan-to-thwart-cattle-laundering.pdf

¹⁰⁷ <https://www.americangrassfed.org/about-us/our-standards/>

¹⁰⁸ <https://truorganicbeef.com/pages/our-certifications>

¹⁰⁹ <https://www.lowcarbonranch.com/>

¹¹⁰ <https://agreenerworld.org/certifications/animal-welfare-approved/standards/beef-cattle-and-calves-standards/>

¹¹¹ <https://www.gub.uy/ministerio-ambiente/comunicacion/noticias/primer-sello-carne-carbono-neutral-del-uruguay>

¹¹² <https://www.inac.uy/innovaportal/v/9894/14/innova.front/programa-de-carne-natural-certificada-del-uruguay---pcncu>

¹¹³ <https://rurales.elpais.com.uy/mercados/uruguay-obtiene-la-primera-verificacion-internacional-de-carne-vacuna-de-origen-regenerativo>

¹¹⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32023R1115>

¹¹⁵ <https://accountability-framework.org/news-events/news/chinese-meat-industry-pursuing-sustainable-development-with-new-accountability-framework-aligned-green-trade-specifications/>

¹¹⁶ <https://cciced.eco/research/special-policy-study/sps-trade-and-sustainable-supply-chains/>

Mudanças de abordagem e áreas de alinhamento e divergência

Antes de comparar as abordagens da sustentabilidade no setor de carne bovina, algumas ressalvas devem ser mencionadas. A maior parte das iniciativas abrangidas pela presente revisão situa-se a nível nacional. Por conseguinte, refletem o contexto específico de cada um dos três países abrangidos. Além disso, um número maior de iniciativas brasileiras está incluído no estudo – cinco iniciativas brasileiras são revisadas neste estudo, em comparação com duas tanto para o Uruguai quanto para os EUA – isso é em parte um reflexo da riqueza de iniciativas que estão sendo implementadas no Brasil. Consequentemente, a avaliação da frequência com que as questões são destacadas é enviesada para o contexto brasileiro.

Prioridades compartilhadas

Apesar dos diferentes contextos nacionais, há duas questões que são priorizadas nos três países: a proteção e gestão dos ecossistemas e as alterações climáticas. Estes estão, naturalmente, estreitamente ligados, com a proteção e a melhoria da gestão dos ecossistemas, desempenhando um papel central na redução das emissões de GEE e/ou na melhoria da resiliência às alterações climáticas.

No caso do Brasil, a maior atenção está na proteção dos ecossistemas – principalmente das florestas, mas tem havido uma atenção crescente aos ecossistemas de savana. No Uruguai e nos EUA, o foco principal é o manejo de campos naturais. Nos três países, a melhoria do manejo tanto dos campos naturais quanto das pastagens também é priorizada, com o objetivo de melhorar a produtividade. Das áreas de intervenção, a melhoria das práticas agrícolas é a mais comumente priorizada.

Embora a maioria das iniciativas se concentre na redução das emissões de GEE, a atenção à adaptação climática e à resiliência aumentou nos últimos anos. Por exemplo, a estratégia ABC+ do Brasil, que é para a década 2020-2030, dá maior ênfase à adaptação do que sua antecessora.

Em comparação com a atenção dada a esses aspectos ambientais da sustentabilidade, muito menos é dada aos aspectos sociais. Por exemplo, muitos dos quadros e documentos de orientação para a sustentabilidade da carne bovina nos EUA incluem muito menos critérios e indicadores sobre questões sociais em comparação com questões ambientais.¹¹⁷ Da mesma forma, as diversas mesas-redondas para carne bovina sustentável dão menos atenção a essas questões, embora tenha havido algumas mudanças nisso, por exemplo,¹¹⁸ no caso da mesa redonda brasileira.¹¹⁹ Dentre as questões abordadas, predominam os direitos dos trabalhadores e os direitos à terra e aos recursos, embora isso reflita principalmente abordagens no Brasil. Aqui, as iniciativas são focadas principalmente no trabalho escravo e nos direitos dos povos indígenas.

¹¹⁷ Gosnell, H. et al. (2021) Fazendo um balanço da sustentabilidade social e da indústria de carne bovina dos EUA. *Sustentabilidade* 13(21), 11860; <https://doi.org/10.3390/su132111860>; Ahlering, M. et al. (2021) Uma síntese de indicadores de sustentabilidade em nível de fazenda para administradores de terras e para comunicação em toda a cadeia de abastecimento de carne bovina dos EUA. *Ecologia e gestão de pastagens* 79: 217-230, <https://doi.org/10.1016/j.rama.2021.08.011>

¹¹⁸ Buckley, L. et al. (2019) Buscando a sustentabilidade por meio da colaboração multissetorial: Uma descrição da governança, ações e impactos percebidos das mesas redondas sobre carne bovina sustentável. *Desenvolvimento Mundial* 121: 203-217, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.07.019>

¹¹⁹ Hajjar, R. et al. (2019) Ampliando a sustentabilidade na agricultura de commodities: transferibilidade de mecanismos de governança entre os setores cafeeiro e pecuário no Brasil. *Periódico de Produção Mais Limpa* 206: 124-132, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.09.102>

Em relação às questões econômicas, a provisão de meios de subsistência é a mais citada. Alguma atenção é dada aos preços no setor, com foco na ampliação de mecanismos que forneçam incentivos financeiros para a produção sustentável.

Considerando os aspectos políticos, a rastreabilidade e a transparência dentro das cadeias de suprimentos são frequentemente priorizadas, assim como a conformidade legal pelo setor privado.

Lacunas

A comparação dos objetivos de alto nível pôs em evidência uma série de questões que estão a ser objeto de pouca atenção. No que diz respeito às questões ambientais, a gestão de resíduos e produtos químicos e a proteção da biodiversidade só são especificamente mencionadas por algumas iniciativas. No entanto, a biodiversidade é, naturalmente, parte integrante da proteção dos ecossistemas e a gestão da poluição é um elemento importante das práticas agrícolas. Ambos são frequentemente priorizados e, portanto, a gestão de resíduos e a biodiversidade provavelmente estão sendo abordadas como parte das intervenções nessas áreas.

Em relação às questões sociais, os impactos nas comunidades rurais e na cultura recebem pouca atenção, sendo estes apenas notados pela Mesa-Redonda Global para a Carne Sustentável em seus critérios para carne bovina sustentável. Nos casos em que os direitos dos trabalhadores são uma prioridade, não é feita qualquer menção específica à equidade e à discriminação, por exemplo, contra grupos marginalizados ou mulheres.

Com relação às questões econômicas, o cumprimento de tributos não é priorizado por nenhuma das iniciativas analisadas, embora no Brasil tenha havido um foco no compliance legal, do qual o pagamento de tributos faria parte. O investimento (incluindo o acesso ao crédito e os investimentos em medidas de sustentabilidade) também não é explicitamente visado, embora várias iniciativas visem reforçar os meios de subsistência dos agricultores, pelo que é provável que tais elementos sejam incluídos neste contexto.

Em relação às questões políticas, a gestão financeira dentro do setor não é priorizada. Além disso, embora a conformidade legal seja priorizada, não há menção específica à aplicação da lei nem à reforma legal e política.

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICAS	POLÍTICAS
QUESTÕES MAIS FREQUENTEMENTE E PRIORIZADAS	Proteção dos ecossistemas e gestão (florestas)	Direitos de recurso fundiários	Subsistência	Transparência
	Mitigação climática	Direitos dos trabalhadores		Conformidade legal
	Bem-estar animal			
QUESTÕES POR VEZES PRIORITÁRIAS	Restauração	Comunidades (infraestrutura social)	Investimento	Participação na formulação de políticas
	Gestão da água	Cultura		Pesquisa e treinamento
	Conservação do solo			Quadro institucional
	Resíduos e produtos químicos			
	Resiliência climática			
	Proteção da biodiversidade			
QUESTÕES NÃO PRIORIZADAS		Equidade e discriminação	Impostos	Aplicação da lei
		Instituições comunitárias e repartição de benefícios	Preços e prêmios	Quadro jurídico e político
		Segurança alimentar		Gestão financeira

Tabela 1: Frequência dos temas citados como objetivos prioritários nas iniciativas de sustentabilidade da carne bovina

Legenda: Questões mais frequentemente priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; questões também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes;

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICAS	POLÍTICAS
AÇÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Práticas agrícolas (gestão do território)		Treinamento e extensão aos agricultores	Disseminação de informações (para os mercados)
			Desenvolvimento de mecanismos financeiros	Melhoria dos dados setoriais e a informação
				Implementação de sistemas de rastreabilidade
AÇÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Práticas agrícolas (manejo do rebanho)		Melhoria do acesso ao mercado/quota	Monitoramento de impactos
	Implementação de abordagens jurídicas			Pesquisa

Quadro 2: Frequência das ações citadas como áreas prioritárias de intervenção em iniciativas de sustentabilidade da carne bovina

Legenda: Ações mais priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; ações também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes

Revisão da literatura: resumo das evidências sobre o nível de implementação e impacto

A revisão da literatura centrou-se nas evidências de progresso na abordagem da proteção e gestão de ecossistemas, mudanças climáticas e direitos dos trabalhadores. Como observado anteriormente, a revisão da literatura não foi abrangente e a inclusão apenas de material em língua inglesa – e, portanto, os achados aqui apresentados são apenas indicativos.

Impacto: evidências para o alcance de seus objetivos sociais, ambientais e econômicos

A perda e degradação de ecossistemas devido à pecuária tem sido, e continua sendo, problemática nos três países. Embora a maior atenção tenha sido dada ao seu papel na condução do desmatamento, particularmente na região amazônica do Brasil, a pecuária também teve impactos severos nas pastagens naturais.

Com relação ao desmatamento, no Brasil, a pecuária tem sido um dos principais motores do desmatamento na região amazônica, bem como nos biomas de floresta seca do país. As taxas de desmatamento diminuíram no período 2004-2014, no entanto, a contribuição das iniciativas do setor de carne bovina para isso foi mínima. Assim, embora o Compromisso de Carne Bovina de 2009 tenha reduzido o desmatamento nas fazendas que forneciam diretamente às empresas signatárias, esse não foi o caso entre os fornecedores indiretos. Conseqüentemente, a nível regional, a implementação deste compromisso teve um impacto mínimo nas taxas de perda florestal.¹²⁰ Na última década, o desmatamento nas cadeias de fornecimento de carne bovina continuou a ser documentado¹²¹ e foi relatado que aumentou no período de 2019 a 2021.¹²²

Os impactos da pecuária nos campos nativos incluem sua degradação (devido a más práticas de manejo, invasão de espécies não nativas e mudanças climáticas) e sua conversão em pastagem cultivada (ou seja, com gramíneas plantadas). Estes fenômenos estão a ter lugar nos três países incluídos neste relatório.

No Brasil, a proporção de pastagens cultivadas vem aumentando há várias décadas – em 2015, 60% eram cultivadas e 40% eram campos nativos.¹²³ Estima-se que cerca de metade dessa área total esteja degradada.¹²⁴ Esforços consideráveis têm sido feitos para restaurá-los e melhorar sua

¹²⁰ Barreto, P., et al. (2017) Os frigoríficos ajudarão a deter o desmatamento na Amazônia? (p. 158). Belém: Imazon. <https://imazon.org.br/en/publicacoes/will-meat-packing-plants-help-halt-deforestation-in-the-amazon/>; Gibbs, H. et al. (2015) Os pecuaristas e frigoríficos responderam aos acordos de desmatamento zero na Amazônia brasileira? *Cartas de Conservação*, 9(1): 32-42, [10.1111/conl.12175](https://doi.org/10.1111/conl.12175); Shimada, J. & D. Nepstad (2018) Carne bovina na Amazônia brasileira. Profor, Banco Mundial. https://www.profor.info/sites/profor.info/files/Beef_Case%20study_LEAVES_2018.pdf; TFA (2022a) Discussões direcionadas de especialistas técnicos (TTED) sobre desmatamento impulsionado por commodities e produção sustentável no Brasil e na Colômbia. Relatório resumido, Novembro de 2022. https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Uploads/TTED-final-report-ENG_2003-Latest.pdf

¹²¹ Greenpeace (2020) Como a JBS ainda está massacrando a Amazônia, <https://www.greenpeace.org.uk/resources/industrial-meat-deforestation-jbs/>; Rajao, R. et al. (2020) As maçãs podres do agronegócio brasileiro. *Ciência* 369 (6501): 246-248, DOI: [10.1126/science.aba664](https://doi.org/10.1126/science.aba664); Skidmore, M.E. et al. (2021) Pecuáristas e desmatamento na Amazônia brasileira: produção, localização e políticas. *Mudança Ambiental Global* 68, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102280>;

¹²² Mighty Earth (2021) Os novos dados de monitoramento do Mighty Earth revelam que o desmatamento relacionado aos comerciantes de soja e frigoríficos no Brasil mais que dobrou em um período de dois anos. 28 de abril de 2021, <https://www.mightyearth.org/2021/04/28/mighty-earths-new-monitoring-data-reveals-deforestation-connected-to-soy-trader-and-meatpackers-in-brazil-more-than-doubled-over-two-year-period/>

¹²³ Pedreira, B.C. et al. (2015) Uso de pastagens na pecuária brasileira: um breve panorama. Conferência Internacional sobre Forragens em Climas Quentes. https://www.researchgate.net/publication/280492425_Use_of_grazed_pastures_in_the_Brazilian_livestock_industry_a_brief_overview

¹²⁴ Libera, C. et al. (2020) O caminho do Brasil para a pecuária sustentável. Bain & Company, 29 de outubro de 2020, <https://www.bain.com/insights/brazils-path-to-sustainable-cattle-farming/>; Santos, C.O.d.; et al. (2022)

produtividade, inclusive no âmbito das estratégias climáticas do país para o setor agrícola, os Planos ABC. Estes tiveram algum sucesso. Por exemplo, a proporção de pastagens degradadas diminuiu no período 2010-2018. No entanto, esta redução deveu-se apenas parcialmente a melhores práticas agrícolas e à gestão das terras. Fatores adicionais foram que algumas das terras mais degradadas foram convertidas em lavouras e que novas áreas de pastagens nativas foram convertidas em pastagens cultivadas.¹²⁵

Tanto no Uruguai quanto nos EUA, a maior parte das pastagens são nativas – 80% no Uruguai.¹²⁶ (Não foram encontrados dados a nível nacional para os EUA.) No entanto, desafios semelhantes são enfrentados nesses dois países, com a degradação das pastagens nativas e sua conversão em terras agrícolas. Por exemplo, nos EUA, nos últimos 15 anos, extensas áreas de campos nativos nas Grandes Planícies do Norte, que cobrem tanto os EUA quanto o Canadá, foram convertidas em terras agrícolas, e às vezes isso tem sido a uma taxa semelhante à do desmatamento na Amazônia brasileira.¹²⁷ No Uruguai, o aumento da lotação de algumas pastagens nativas levou à sua degradação, enquanto outras estão sendo convertidas em pastagens cultivadas ou outras culturas.¹²⁸ Houve iniciativas bem-sucedidas para restaurar as pastagens e melhorar sua produtividade tanto no Uruguai¹²⁹ quanto nos EUA¹³⁰, mas elas ainda não foram implementadas em escala suficiente.

Grande parte do foco para melhorar as práticas agrícolas tem sido a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), embora com a pecuária sendo cada vez mais afetada pelas mudanças climáticas, a necessidade de maior atenção à resiliência climática tenha sido destacada.¹³¹ Houve uma extensa pesquisa nos três países para explorar as estratégias mais eficazes para reduzir a intensidade das emissões da produção de carne bovina. Estes demonstraram que é possível alcançar reduções significativas na intensidade – até 50% a partir de uma melhor gestão da terra e quase 10% a partir de melhorias de eficiência na gestão do rebanho.¹³²

Nos EUA, grande parte de sua produção de carne bovina já é altamente eficiente em termos de emissões de GEE, e estima-se que esteja entre as mais intensivas em carbono globalmente.¹³³ No

Avaliando a dinâmica espacial e qualitativa de ponta a ponta das pastagens brasileiras 2010–2018, com base na análise do arquivo de dados Landsat. Sensoriamento remoto, 14, 1024; <https://doi.org/10.3390/rs14041024>

¹²⁵ Santos, C.O.d.; et al. (2022)

¹²⁶ Lanfranco, B. (2021) Uruguai: um país verde sustentável há 400 anos. Conferência: Agro fala ao redor do mundo. Universidade Hohenheim. Alemanha, maio de 2021.

https://www.researchgate.net/publication/356354826_Uruguay_a_sustainable_green_country_for_the_past_400_years/link/61964e50d7d1af224b02c54a/download

¹²⁷ Iniciativa de Pecuária Sustentável do WWF, <https://www.worldwildlife.org/projects/sustainable-ranching-initiative>

¹²⁸ Modernel, P. et al. (2016) Mudança no uso da terra e prestação de serviços ecossistêmicos nas pastagens dos Pampas e Campos do sul da América do Sul. Cartas de Pesquisa Ambiental 11 113002 DOI: 10.1088/1748-9326/11/11/113002;

Ruggia, A. et al. (2021) A aplicação de princípios ecologicamente intensivos ao redesenho sistêmico de fazendas pecuárias em pastagens nativas: um caso de co-inovação em Rocha, Uruguai. *Sistemas Agrícolas*, 191:103148,

<https://doi.org/10.1016/j.agsy.2021.103148>; Tiftonell, P. (2021) Além do CO2: múltiplos serviços ecossistêmicos de paisagens de pastagem ecologicamente intensivas da América do Sul. Frente. Sustentar. Food Syst., 22 de junho de 2021, Sec. Agroecologia e Serviços Ecossistêmicos 5,

<https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.664103>

¹²⁹ Jaurena, M. et al. (2021) Pastagens nativas no centro: Um novo paradigma de intensificação para os campos do sul da América do Sul para aumentar a sustentabilidade econômica e ambiental. *Fronteiras em Sistemas Alimentares Sustentáveis* 5: 11, [10.3389/fsufs.2021.547834](https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.547834); Tiftonell, P. (2021); Ruggia, A. et al. (2021);

¹³⁰ Spiegall, S. et al. (2020) Produção de carne bovina no sudoeste dos Estados Unidos: estratégias para a sustentabilidade. *Fronteiras em Sistemas Alimentares Sustentáveis*, Volume 4, <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.00114>;

¹³¹ Holechek, J.L. et al. (2020) Mudanças climáticas, pastagens e sustentabilidade da pecuária no oeste dos Estados Unidos. *Sustentabilidade* 12(12), 4942; <https://doi.org/10.3390/su12124942>

¹³² Cusack, D. F. et al. (2021) Reduzindo os impactos climáticos da produção de carne bovina: uma síntese das avaliações do ciclo de vida em sistemas de gestão e regiões globais. *Biologia da Mudança Global* 7, 1721–1736, DOI: [10.1111/gcb.15509](https://doi.org/10.1111/gcb.15509)

¹³³ Produção de gado nos EUA, visão geral da sustentabilidade, 2020. https://www.beefresearch.org/Media/BeefResearch/Docs/us-cattle-production-sustainability-overview_11-28-2020-

entanto, isso foi alcançado em parte por meio do uso de altos níveis de insumos agroquímicos e antibióticos, que têm outros impactos ambientais e sociais. Isso destaca as contrapartidas entre os vários aspectos da sustentabilidade que os diferentes modos de produção podem acarretar – embora sua avaliação estivesse além do escopo desta revisão.¹³⁴

No que diz respeito aos **direitos dos trabalhadores**, são relatadas violações destes em grande parte do setor da carne bovina. O abuso de trabalhadores tem recebido a maior atenção no Brasil e, nos anos mais recentes, nos EUA. No Brasil, a abolição do trabalho escravo nas cadeias produtivas fez parte do Compromisso da Carne Bovina firmado em 2009, no entanto, continua a haver relatos de violações de direitos dos trabalhadores.¹³⁵ Nos EUA, as más práticas laborais também foram documentadas. Os relatos têm sido relacionados principalmente a trabalhadores em matadouros, particularmente durante a pandemia de COVID,^{136,137} mas práticas de trabalho inseguras também foram relatadas mais acima na cadeia de suprimentos em confinamentos para gado.¹³⁸

Desafios enfrentados para alcançar o impacto

Embora se tenham verificado melhorias em muitas partes do setor, os problemas continuam a ser generalizados. Identificam-se na literatura uma série de desafios que têm dificultado o progresso.

Um fator importante que tem prejudicado os esforços para melhorar a sustentabilidade da produção de carne bovina tem sido a **falta de rastreabilidade** no setor. Isso é, em parte, um reflexo da complexidade das cadeias de suprimentos, já que o gado é movido entre diferentes propriedades e instalações em diferentes fases de sua vida.¹³⁹

No Brasil, esse tem sido um fator por trás do fracasso das grandes empresas de carne bovina em combater o desmatamento e os abusos trabalhistas em suas cadeias de suprimentos, embora a sociedade civil também tenha questionado seu nível de engajamento nesses esforços – em 2017, o Greenpeace suspendeu sua participação no Compromisso da Carne Bovina por esse motivo.¹⁴⁰ As dificuldades de rastrear o gado através das cadeias de suprimentos foram exacerbadas pela **falta de transparência** dos dados setoriais. Assim, embora existam várias bases de dados governamentais em vigor, estas não são reunidas e a qualidade dos dados é muitas vezes deficiente.¹⁴¹ Isso tem

[101.pdf](#); <https://www.beefresearch.org/programs/beef-sustainability/sustainability-quick-stats/us-vs-global-emission-intensity>

¹³⁴ Ver, por exemplo, Castonguay, A.C., et al. (2023) Navegando pelas compensações de sustentabilidade na produção global de carne bovina. *Sustentabilidade da Natureza* 6, 284–294 <https://doi.org/10.1038/s41893-022-01017-0>

¹³⁵ Reporter Brasil (2021) Trabalho escravo na indústria de carnes brasileira. Monitor 8, janeiro de 2021, <https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Monitor-8-Slave-labor-in-Brazils-meat-industry.pdf>; Greenpeace (2020);

¹³⁶ Vigilância dos Direitos Humanos (2019) Quando estivermos mortos e enterrados, nossos ossos continuarão doendo. Direitos dos trabalhadores sob ameaça nas fábricas de carne e aves dos EUA. 4 de setembro de 2019.

<https://www.hrw.org/report/2019/09/04/when-were-dead-and-buried-our-bones-will-keep-hurting/workers-rights-under-threat>

¹³⁷ Chandar, V. (2020) A COVID-19 atingiu duramente os trabalhadores das fábricas de carne e aves dos EUA em abril e maio: relatório dos EUA, 7 de julho de 2020, <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-usa-meatprocessing-idUSKBN2482PN>; Specht, J. (n.d.) Coronavírus no matadouro. <https://histecon.fas.harvard.edu/climate-loss/slaughterhouse/index.html>

¹³⁸ Ramos, A.K. et al. (2022) Protegendo os trabalhadores de confinamento de gado na região dos Estados Centrais: explorando dados estaduais, regionais e nacionais sobre lesões fatais e não fatais na agricultura e no setor de produção de carne bovina. *Diário de Extensão* 60(3): DOI: 10.34068/joe.60.03.13

¹³⁹ Ahlering, M. et al. (2021) Uma síntese de indicadores de sustentabilidade em nível de fazenda para administradores de terras e para comunicação em toda a cadeia de abastecimento de carne bovina dos EUA. *Ecologia e gestão de pastagens* 79: 217-230, <https://doi.org/10.1016/j.rama.2021.08.011>

¹⁴⁰ <https://www.greenpeace.org/static/planet4-international-stateless/2020/07/eb870452-greenpeacebrazilslaughterhouseannouncement.pdf>

¹⁴¹ Libera, C. et al. (2020); Valdiones, A.P. et al. (2021) Desmatamento e Conversão Ilegal na Amazônia e MATOPIBA: falta de transparência e acesso à informação. ICV, Imaflora e Lagesa, com apoio do WWF e GEF.

dificultado os esforços das agências de aplicação da lei e da sociedade civil para monitorar as atividades, permitindo que a falsificação e a fraude proliferem.¹⁴² Melhorias foram observadas, mas a necessidade de estabelecer uma cultura de transparência dentro das instituições governamentais foi destacada.¹⁴³

Outra implicação da complexidade das cadeias produtivas do setor é que há uma desconexão entre os pecuaristas e os varejistas e consumidores finais de carne bovina. Conseqüentemente, **os incentivos econômicos** para que os pecuaristas melhorem suas práticas são muitas vezes ausentes ou fracos.¹⁴⁴ Essa tem sido sugerida como uma das razões pelas quais a certificação não tem sido amplamente adotada no setor – sem prêmio de preço disponível para a carne bovina produzida de forma sustentável (ou sendo estas baixas ou intermitentes), os agricultores não estão dispostos ou capazes de fazer os investimentos necessários para obter a certificação.¹⁴⁵

Além disso, o preço de base **da carne bovina** também é insuficiente para permitir que muitos agricultores reinvestam em suas fazendas e adotem práticas mais sustentáveis. Por exemplo, o modelo adotado para o setor de carne bovina do Brasil tem se baseado na expansão do agronegócio de grande porte e na exportação de produtos de menor valor agregado.¹⁴⁶ Um modelo semelhante está em vigor nos EUA, e as taxas de retorno para muitos pecuaristas são baixas.¹⁴⁷ Nos últimos anos, têm sido levantadas preocupações sobre a concorrência desleal no setor, evidenciada por uma diferença crescente entre o preço do gado e o preço da carne bovina.¹⁴⁸ Para ajudar a resolver isso, uma Ordem Executiva Presidencial foi aprovada em 2021, incluindo medidas para fortalecer a aplicação da lei antitruste do país e apoiar os agricultores na obtenção de contratos e preços justos.¹⁴⁹

Os baixos preços recebidos pelos agricultores por seu gado não só estão dificultando sua capacidade de implementar práticas mais sustentáveis, mas, em muitos casos, estão levando-os a deixar o setor – seja mudando para outras culturas ou vendendo suas terras. Isso foi documentado nos três países. Por exemplo, no Uruguai, os sistemas tradicionais de produção pecuária estão sendo substituídos por campos para a produção de culturas como soja, trigo e milho;¹⁵⁰ no bioma pampa brasileiro, esses sistemas estão sendo convertidos para produção de soja ou para silvicultura;¹⁵¹ e nos EUA,

<https://www.icv.org.br/publicacao/illegal-deforestation-and-conversion-in-the-amazon-and-matopiba-lack-of-transparency-and-access-to-information/>; Nakagawa, L. et al. (2021) Iniciativas de governança privada e produção de commodities no Brasil: Mesas Redondas e os compromissos socioambientais na produção de carne bovina e soja. CEBRAP Sustentabilidade. Documento de trabalho 1(3) junho de 2021.

https://cebrapsustentabilidade.org/assets/files/Cadernos_Cebrap_Sustentabilidade_n_3_2021.pdf#page=38

¹⁴² Gibbs, H. et al. (2015);

¹⁴³ Valdiones, A.P. et al. (2021);

¹⁴⁴ Ahlering, M. et al. (2021);

¹⁴⁵ de Koning, P. (2020); Hajjar, R. et al. (2019) Ampliando a sustentabilidade na agricultura de commodities: transferibilidade de mecanismos de governança entre os setores cafeeiro e pecuário no Brasil. Periódico de Produção Mais Limpa 206: 124-132, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.09.102>; Shimada, J. & D. Nepstad (2018);

¹⁴⁶ Libera, C. et al. (2020); Sharma, S. (2017) A ascensão da grande carne. A Indústria Extrativa do Brasil.

<https://www.iatp.org/documents/rise-big-meat-brazils-extractive-industry-executive-summary>

¹⁴⁷ Spiegel, S. et al. (2020);

¹⁴⁸ Reuters (2021) Explicador: como quatro grandes empresas controlam a indústria bovina dos EUA. 17 de junho de 2021, <https://www.reuters.com/article/us-usa-meat-explainer-idCAKCN2DT182>

¹⁴⁹ Ficha informativa da Casa Branca (2021): Ordem Executiva sobre a Promoção da Concorrência na Economia Americana. 9 de julho de 2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/07/09/fact-sheet-executive-order-on-promoting-competition-in-the-american-economy/>

¹⁵⁰ Tittonell, P. (2021);

¹⁵¹ De Freitas, D.S. et al. (2019) Sustentabilidade no bioma pampa brasileiro: um índice composto para integrar produção de carne bovina, equidade social e conservação de ecossistemas. Indicadores Ecológicos 98, 317-326, <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2018.10.012>;

extensas áreas de terras agrícolas estão sendo perdidas para a expansão urbana e desenvolvimentos comerciais.¹⁵²

A melhoria da produtividade da pecuária tem sido uma resposta a isso, com recursos consideráveis investidos em pesquisa, extensão e fornecimento de financiamento aos agricultores para que possam **melhorar as práticas agrícolas**. No entanto, o apoio político, econômico e institucional necessário para isso tem sido muitas vezes intermitente e não confiável.¹⁵³

Além disso, em muitas dessas intervenções, houve um forte foco na redução das emissões de carbono e no aumento da produtividade, às vezes às custas de outras questões ambientais e sociais.¹⁵⁴ Por exemplo, no Uruguai, as políticas agrícolas muitas vezes se concentraram na pecuária intensiva ou na produção de grãos em vez de apoiar os sistemas tradicionais, com consequências sociais e ambientais negativas.¹⁵⁵ O lançamento do Plano Nacional de Agroecologia do Uruguai em 2022¹⁵⁶ talvez marque uma mudança em relação a isso.

No que diz respeito às emissões de GEE do setor, embora tenham sido observadas algumas reduções na intensidade das emissões da produção de carne bovina e ainda haja um potencial significativo para novas reduções, estas serão mais do que anuladas pelo aumento previsto do consumo.¹⁵⁷ Será necessária uma redução do consumo e da produção para minimizar as emissões. O setor privado não tem motivação para incentivar isso e, portanto, alcançar isso¹⁵⁸ exigirá ação de governos, sociedade civil e consumidores.

Voltando à questão dos programas de sensibilização e de formação, uma outra crítica a estes programas foi o fato de estes terem tendido a centrar-se na transferência de tecnologia e de competências, em vez de procurarem apoiar e incentivar a inovação¹⁵⁹ local ou basearem-se em conhecimentos e recursos locais.¹⁶⁰ Assim, eles se concentram em intervenções específicas, em vez de adotar uma abordagem baseada em sistemas.¹⁶¹

Tal abordagem não só corre o risco de minar os sistemas tradicionais de agricultura, mas também pode favorecer os agricultores de maior dimensão, uma vez que estes tendem a ter mais acesso aos recursos.¹⁶² Por exemplo, no Brasil, o crédito rural foi fornecido no âmbito dos Planos ABC para permitir que os agricultores invistam em suas fazendas, no entanto,¹⁶³ baixas taxas de desembolso foram relatadas em 2016 devido aos desafios relatados para os pequenos agricultores acessarem

¹⁵² Iniciativa GAP (n.d.) Fazendas e terras de pastagem em desaparecimento da América.

<https://globalagriculturalproductivity.org/case-study-post/americas-disappearing-farm-and-range-land/>

¹⁵³ Cusack, D. F. et al. (2021);

¹⁵⁴ Dick, M. et al. (2021). Impactos ambientais da pecuária de corte brasileira nos biomas Amazônia, Cerrado, Pampa e Pantanal. *Período de Produção Mais Limpa*. 311. 127750. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.iclepro.2021.127750>

¹⁵⁵ Tiltonell, P. (2021);

¹⁵⁶ <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/comunicacion/boletines/presentacion-del-plan-nacional-agroecologia>; <https://planagroecologia.uy/>

¹⁵⁷ Perspectivas Agrícolas OCDE-FAO, 2022-2031, <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ab129327-en/index.html?itemId=/content/component/ab129327-en>

¹⁵⁸ Buckley, L. et al. (2019) Buscando a sustentabilidade por meio da colaboração multissetorial: Uma descrição da governança, ações e impactos percebidos das mesas redondas sobre carne bovina sustentável. *Desenvolvimento Mundial* 121: 203-217, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.07.019>

¹⁵⁹ Ruggia, A. et al. (2021);

¹⁶⁰ Pacheco, P. et al. (2017) Além do desmatamento zero na Amazônia brasileira: progresso e desafios restantes para a intensificação sustentável da pecuária. Resumo informativo do CIFOR.

<https://www.cifor.org/knowledge/publication/6394/>

¹⁶¹ Ruggia, A. et al. (2021);

¹⁶² Pacheco, P. et al. (2017);

¹⁶³ TFA (2022a);

esses fundos.¹⁶⁴ Da mesma forma, pesquisas sobre mudanças na qualidade das pastagens no Brasil constataram que houve menos melhorias entre os pequenos agricultores.¹⁶⁵

Para além de aumentar e melhorar o alcance e o **apoio aos pequenos agricultores**, é também necessário rever os quadros institucionais e políticos, que muitas vezes favorecem a indústria em grande escala. Nos EUA, por exemplo, os pequenos agricultores enfrentam barreiras significativas ao acesso à formação, ao capital e aos seguros. Para resolver este problema, foi feito um apelo ao reforço dos sistemas alimentares locais e regionais, nomeadamente através da prestação de assistência técnica, da ampliação do crédito, do reforço da aplicação da lei antitruste e do desenvolvimento de infraestruturas locais.¹⁶⁶ Da mesma forma, no Brasil, foi feito um apelo para apoiar a agricultura familiar agroecológica, inclusive por meio da remoção de subsídios para grandes agroindústrias e apoio à produção e processamento local de carne.¹⁶⁷

Um fator que tem sido de fundamental importância para o sucesso dos esforços para melhorar a sustentabilidade da produção de carne bovina – tanto no que diz respeito a questões sociais quanto ambientais – é a **aplicação da lei**. Como foi observado anteriormente, houve uma redução acentuada nas taxas de desmatamento no Brasil durante o período 2004-2014, e um fator-chave para isso foi o fortalecimento da aplicação da lei.¹⁶⁸ Os anos seguintes viram um declínio no apoio político e no investimento na aplicação da lei, resultando em um aumento no desmatamento.¹⁶⁹ A recente mudança de governo fez com que a atenção voltasse para a aplicação da lei, e as taxas de desmatamento diminuíram desde 2022.¹⁷⁰

A fraca fiscalização também prejudicou os esforços para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados. No Brasil, uma ferramenta fundamental para lidar com isso é a "lista suja" – uma lista das empresas que exploraram seus trabalhadores. No âmbito do Compromisso de Carne Bovina, as empresas signatárias se comprometeram a não adquirir carne bovina de nenhuma dessas empresas. No entanto, com uma redução drástica no número de inspeções por agentes de fiscalização na última década, menos casos estão sendo identificados e, portanto, menos empresas estão sendo listadas.¹⁷¹

Os EUA têm enfrentado desafios semelhantes, com a falta de recursos da agência governamental, OSHA, que é responsável por supervisionar o cumprimento dos regulamentos de saúde e segurança. Os cortes no seu financiamento resultaram numa redução do número de inspeções que realizou durante o período 2016-18.¹⁷²

Como mencionado acima, um desafio para os pecuaristas é a falta de um forte incentivo para que eles implementem práticas sustentáveis, com prêmios de preço limitados. Um fator adicional é a falta de **demand do mercado** por carne bovina sustentável. Por exemplo, no Brasil, a maior parte da produção de carne bovina é destinada ao mercado interno, onde a demanda por carne

¹⁶⁴ Pacheco, P. et al. (2017);

¹⁶⁵ Santos, C.O.d.; et al. (2022);

¹⁶⁶ Coalizão Nacional de Agricultura Sustentável (2022) Plataforma Farm Bill 2023. <https://sustainableagriculture.net/wp-content/uploads/2022/11/2023-Farm-Bill-Platform.pdf>

¹⁶⁷ Sharma, S. (2017);

¹⁶⁸ Shimada, J. & D. Nepstad (2018);

¹⁶⁹ TFA (2022a);

¹⁷⁰ O desmatamento na floresta amazônica continua a cair, 8 de setembro de 2023, Mongabay.

<https://news.mongabay.com/2023/09/deforestation-in-the-amazon-rainforest-continues-to-plunge/>

¹⁷¹ Repórter Brasil (2021);

¹⁷² Vigilância dos Direitos Humanos (2019);

sustentável é relativamente baixa¹⁷³, enquanto grande parte de suas exportações é destinada a mercados que também não estão exigindo sustentabilidade.¹⁷⁴

Isso está mudando, com um número crescente de campanhas direcionadas aos consumidores brasileiros, bem como iniciativas de varejistas.¹⁷⁵ Também pode haver uma nova mudança se as diretrizes chinesas para o "comércio verde" de carne forem bem implementadas. A China é o maior mercado de exportação de carne bovina do Brasil, bem como do Uruguai, e é o terceiro maior para os EUA. Assim, uma ação concertada na China teria um impacto significativo no mercado. No entanto, se as diretrizes conseguirem isso é incerto devido à sua natureza voluntária. Além disso, sua eficácia tem sido questionada, pois pedem um boicote à carne bovina de áreas de alto risco e, portanto, não criam incentivos para conformidade ou melhoria nessas regiões.¹⁷⁶

Lacunas e oportunidades

Com base na revisão da literatura, uma série de questões pode ser identificada onde uma maior atenção poderia ser útil.

- Os baixos preços da carne bovina estão dificultando a capacidade dos agricultores de adotar práticas mais sustentáveis e, em alguns casos, permanecer no setor. É necessária a exploração de potenciais medidas para apoiar a concorrência leal e ajudar a garantir que os pecuaristas recebam preços justos pelo seu gado.
- Uma estratégia adicional para aumentar os preços para os agricultores, ao mesmo tempo que reduz potencialmente os riscos de exploração laboral e de fraco bem-estar dos animais, consiste na promoção de sistemas alimentares locais e regionais para a produção e o consumo de carne bovina. É necessária a exploração de estratégias e políticas que possam apoiar o estabelecimento de tais sistemas.
- Muitos sistemas tradicionais de pecuária estão sendo perdidos para usos mais rentáveis da terra. A exploração é necessária para encontrar formas de aumentar os incentivos econômicos para estes, dada a sua gama de valores sociais e ambientais.
- É necessário mais apoio aos pequenos e médios agricultores, a fim de lhes permitir implementar práticas mais sustentáveis, incluindo o acesso à informação, formação, financiamento e seguros. Os serviços de formação e de apoio devem basear-se na experiência e nos conhecimentos locais.
- Foram envidados esforços significativos para reduzir a intensidade das emissões de GEE do setor de carne bovina, e um esforço semelhante é necessário para explorar e implementar estratégias para reduzir o consumo e a produção global de carne.
- Muitos sistemas de pecuária natural são altamente vulneráveis às mudanças climáticas e, portanto, é necessária mais atenção para aumentar sua resiliência.
- É necessária uma maior atenção aos aspectos sociais da sustentabilidade no setor, incluindo o bem-estar da comunidade e os valores culturais.

¹⁷³ Ermgassen, E. K. H. J. zu et al. (2020) A origem, a cadeia de fornecimento e o risco de desmatamento das exportações de carne bovina do Brasil. <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.2003270117>

¹⁷⁴ Hajjar, R. et al. (2019);

¹⁷⁵ Ver, por exemplo, <https://www.idhsustainabletrade.com/news/carrefour-brazil-group-and-idh-brazil-achieve-traceable-beef/>

¹⁷⁶ TFA (2022b) Análise comparativa de protocolos, plataformas e iniciativas de carne bovina sustentável. https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Uploads/TFA_Comparative-Analysis_200722_Final-v2.pdf

ANEXO 2 - CACAU

Introdução

Este anexo analisa as perspectivas e abordagens sobre a produção sustentável de cacau. Identifica pontos de alinhamento e divergência em relação aos princípios para a produção sustentável. Também fornece os resultados de uma revisão da literatura sobre as várias iniciativas, normas e sistemas de certificação para o cacau, resumindo as evidências disponíveis sobre seu impacto e os fatores que o influenciam.

Abrange Gana, Costa do Marfim e Peru. Gana e Costa do Marfim são os dois maiores produtores mundiais de cacau. O Peru é o 3º maior produtor da América do Sul (depois do Equador e do Brasil). Abrange também a UE, enquanto consumidora de cacau.

A revisão da literatura se concentra principalmente em Gana e Costa do Marfim, com informações limitadas sobre o Peru. Isso porque a revisão foi limitada ao material em inglês (e alguns em francês).

Definições e abordagens de sustentabilidade

Uma ampla gama de iniciativas tem sido desenvolvida dentro do setor do cacau com o objetivo de aumentar a sustentabilidade de sua produção e do setor como um todo. Estas incluem aquelas liderados por governos, setor privado, sociedade civil, bem como iniciativas de múltiplas partes interessadas.

As principais iniciativas e seu escopo de engajamento estão resumidos na figura 2. Seus objetivos de sustentabilidade e prioridades de intervenção estão listados na matriz anexa.

		INSTITUIÇÕES/INICIATIVAS			FERRAMENTAS
		PÚBLICO	SETOR PRIVADO	SOCIEDADE CIVIL	
ESPAÇO (JURISDIÇÃO)	INTERNACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> ICCO Aliança para o Cacau Sustentável CIGHI CFI 	<ul style="list-style-type: none"> WCF Iniciativas Empresariais ICI 		<ul style="list-style-type: none"> Certificação Rainforest Alliance Certificação Fairtrade ARS 1000 ISO 34101
	NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia REDD e NDC (Gh) Piano Nacional - Cadeia de Valor do Cacau (Peru) Estratégia REDD e NDC (Ci) ISCOs (Europa) 	<ul style="list-style-type: none"> Acordo de Cacau, Floresta e Diversidade do Peru 		<ul style="list-style-type: none"> EUDR [regional]

Figura 2: Iniciativas de sustentabilidade do cacau e ferramentas abordadas neste relatório

Iniciativas intergovernamentais

As iniciativas intergovernamentais incluem: a Organização Internacional do Cacau (ICCO), uma organização intergovernamental criada sob os auspícios da ONU em 1973, composta por 51 países membros; a Iniciativa do Cacau da Costa do Marfim e de Gana (CIGHCI),¹⁷⁷ uma parceria entre os dois países¹⁷⁸ estabelecida em 2018, e a Aliança para o Cacau Sustentável, que reúne a UE, a Costa do Marfim e Gana¹⁷⁹. Em complemento desta última Aliança, a UE estabeleceu acordos bilaterais de cooperação com estes dois países no âmbito da sua 'Iniciativa Equipe Europa', que incidem sobre a agricultura inteligente em termos climáticos, no caso do Gana¹⁸⁰, e o cacau sustentável, no caso da Costa do Marfim¹⁸¹.

A ICCO está preocupada com a sustentabilidade do setor como um todo. A forma como isso é concebido foi ampliada ao longo do tempo e também recebeu maior prioridade.¹⁸² Assim, o Acordo Internacional do Cacau de 2001 definiu-o como "manter a produtividade em níveis economicamente viáveis, ecológica e culturalmente aceitáveis através da gestão eficiente dos recursos", enquanto o acordo subsequente em 2010 acrescentou a necessidade de considerar as condições de vida e de trabalho como parte disso.¹⁸³ Em 2012, foi acordada a Agenda Global do Cacau, que estabelece um roteiro para uma economia mundial sustentável do cacau. Este mandato explícito para a sustentabilidade é descrito como um "avanço" pela ICCO.¹⁸⁴

Grande parte do trabalho da ICCO está centrado na melhoria do diálogo político e da colaboração internacional, bem como na melhoria da qualidade da informação sobre o setor. A falta de dados e conhecimento do setor é considerada um grande obstáculo para o desenvolvimento de políticas racionais para o setor.

O conceito de um setor de cacau sustentável parte do pressuposto de que isso depende de seu crescimento. É o que indicam as áreas prioritárias do seu atual plano estratégico, para 2019-24¹⁸⁵, que incluem a promoção do consumo de produtos cacauzeiros.

Considera-se que a pobreza está no centro dos desafios enfrentados pelo setor e, refletindo isso, o foco de seu trabalho está nos aspectos econômicos e sociais da sustentabilidade. Mas reconhece-se a interligação destes com os aspectos ambientais. Assim, nota-se que os agricultores não são capazes de alcançar um padrão de vida decente a partir do cacau, e que isso tem resultado em desmatamento devido à expansão das fazendas, bem como à falta de investimento e abandono das fazendas.¹⁸⁶

O plano estratégico elenca as seguintes áreas prioritárias relacionadas à produção:

- Produtores de cacau: Melhorar significativamente a renda de vida e as condições de trabalho dos produtores de cacau

¹⁷⁷ <https://www.icco.org/>

¹⁷⁸ <https://www.cighci.org/>

¹⁷⁹ https://policy.trade.ec.europa.eu/news/eu-cote-divoire-ghana-and-cocoa-setor-endorse-alliance-sustainable-cocoa-2022-06-28_en

¹⁸⁰ <https://europa.eu/capacity4dev/tei-jp-tracker/tei/ghana-smart-green-and-digital-recovery>

¹⁸¹ <https://europa.eu/capacity4dev/tei-jp-tracker/tei/cote-divoire-sustainable-cacao>

¹⁸² Mithöfer, D. et al. (2017) Desempacotando o cacau 'sustentável': os padrões de sustentabilidade, projetos de desenvolvimento e políticas atendem às preocupações dos produtores na Indonésia, Camarões e Peru?, Revista Internacional de Ciência da Biodiversidade, Serviços e Gestão de Ecossistemas, 13:1, 444-469, DOI: [10.1080/21513732.2018.1432691](https://doi.org/10.1080/21513732.2018.1432691)

¹⁸³ Acordo Internacional do Cacau 2010. Genebra: Conferência Nacional Unida sobre Comércio e Desenvolvimento. https://unctad.org/system/files/official-document/tdcocoa10d5_en.pdf

¹⁸⁴ Ver 'Nossa Visão e Missão', em: <https://www.icco.org/about-us/international-cocoa-agreements.html>

¹⁸⁵ <https://www.icco.org/who-we-are/#vision>

¹⁸⁶ <https://www.icco.org/economy/#sustainability>

- Sustentabilidade ambiental: Melhorar a pegada ambiental da cadeia de fornecimento de cacau, no contexto global das mudanças climáticas
- Desenvolvimento do cacau: Implementar e apoiar planos nacionais de desenvolvimento do cacau, incorporados em planos holísticos de desenvolvimento rural

A **CIGHCI** foi criada em 2018 visando "corrigir as falhas de mercado uma a uma, para que o preço reflita o valor social do produto".¹⁸⁷ Assim, centra-se principalmente nos aspectos econômicos da sustentabilidade, visando "alcançar preços remuneradores e melhorar os meios de subsistência dos produtores de cacau". Assim como a ICCO, também vê a expansão do consumo de cacau como um elemento para garantir a sustentabilidade do setor.

Sua visão é oferecer salários dignos aos produtores de cacau, contribuir para a proteção das florestas e da biodiversidade e ser exemplar em termos de direitos sociais e humanos fundamentais. No entanto, o combate à pobreza é considerado fundamental para alcançar melhores resultados sociais e ambientais.

No âmbito da parceria, a Costa do Marfim e Gana têm vindo a colaborar para explorar mecanismos através dos quais os preços e os rendimentos dos agricultores possam ser melhorados, com o objetivo de estabelecer um "pacto econômico". Em 2019 foi introduzido o Diferencial de Renda de Vida (LID), prêmio pago pelos compradores do cacau, e desde 2022 os dois países também publicam suas linhas de base para o diferencial de origem do cacau.

A **Aliança para o Cacau Sustentável**¹⁸⁸ foi criada em 2022, desenvolvendo-se a partir da Iniciativa da UE para o Cacau Sustentável¹⁸⁹. Seus objetivos declarados são:

- melhorar os rendimentos dos produtores de cacau e colmatar a disparidade de rendimentos de subsistência;
- proteger o meio ambiente e as florestas; e
- eliminar o trabalho infantil no setor do cacau.

Assim, os aspectos ambientais da sustentabilidade – e especificamente as florestas – estão em pé de igualdade com os aspectos econômicos e sociais. As ações incluem: diálogos sobre preços e mercados do cacau; estabelecer sistemas nacionais de rastreabilidade e sistemas de monitoramento do trabalho infantil e do desmatamento; apoio aos pequenos agricultores para permitir o cumprimento do regulamento da UE em matéria de due diligence em matéria de desflorestação; apoio a abordagens agroecológicas; e apoio a organizações de agricultores.

Na cooperação bilateral da UE com o Gana, tal como definida no âmbito do seu TEI, é dada maior atenção aos aspectos econômicos e sociais. O objetivo é "Viabilizar uma cadeia de valor do agronegócio mais sustentável e inclusiva no setor cacauero", cujo indicador é o número de produtores de cacau com aumento de receita. Isto deve ser conseguido através do trabalho com os pequenos agricultores, para aumentar a sua produção sustentável, o acesso aos mercados e a segurança da terra.¹⁹⁰

O TEI com a Costa do Marfim tem foco exclusivo no cacau sustentável,¹⁹¹ para o qual são identificados 4 pilares:

¹⁸⁷ <https://www.cighci.org/about-us/>

¹⁸⁸ https://policy.trade.ec.europa.eu/news/eu-cote-divoire-ghana-and-cocoa-setor-endorse-alliance-sustainable-cocoa-2022-06-28_en

¹⁸⁹ https://knowledge4policy.ec.europa.eu/global-food-nutrition-security/topic/sustainable-food-systems/eu-sustainable-cocoa-initiative_en

¹⁹⁰ <https://europa.eu/capacity4dev/tei-jp-tracker/tei/ghana-smart-green-and-digital-recovery>

¹⁹¹ <https://europa.eu/capacity4dev/tei-jp-tracker/tei/cote-divoire-sustainable-cacao>

- Sustentabilidade econômica, incluindo: gestão da produção; preços justos; pesquisa e desenvolvimento de qualidade; desenvolvimento da cadeia de valor; transformação local; inclusão financeira;
- Sustentabilidade social, incluindo: combate ao trabalho infantil; acesso à proteção social; segurança alimentar; migração
- Sustentabilidade ambiental, incluindo: parar o desmatamento; proteção do ambiente; pesquisa agroflorestal; manejo sustentável do solo
- Sustentabilidade política, incluindo: gestão política; governança; gestão das finanças públicas; segurança fundiária; sociedade civil.

Iniciativas multissetoriais

Três iniciativas multissetoriais são consideradas aqui, a Iniciativa Cacao e Floresta (CFI), o Acordo de Cacao, Floresta e Diversidade do Peru e a Iniciativa Internacional do Cacao (ICI). As duas primeiras centram-se nas florestas e a ICI centra-se no trabalho infantil e no trabalho forçado.

A **CFI**,¹⁹² lançada em 2017, reúne os governos da Costa do Marfim e Gana (além da Colômbia) e mais de 30 empresas. Como refletido em seu nome, as questões ambientais – e especificamente as florestas – estão no centro da iniciativa. Foram assinados quadros de ação em ambos os países, centrados em 3 domínios:

- **Conservação de Parques Nacionais e terras florestais, bem como restauração de florestas que foram degradadas pela invasão de fazendas de cacau.**
- **Intensificação sustentável e diversificação da renda, a fim de aumentar a produtividade e a subsistência dos agricultores, cultivar "mais cacau em menos terra" e, assim, reduzir a pressão sobre as florestas.**
- **Engajamento e empoderamento das comunidades produtoras de cacau. Em particular, mitigação dos impactos sociais e riscos de mudanças no uso da terra sobre os produtores de cacau afetados e suas comunidades.**¹⁹³

Ao aproximar empresas e governos dos dois países, a iniciativa busca aprimorar e alinhar as ações das empresas e abordar a governança mais ampla do setor.¹⁹⁴

O **Acordo do Cacao, Floresta e Diversidade** do Peru foi estabelecido em 2020, no âmbito da Coalizão para a Produção Sustentável, uma iniciativa multissetorial que visa promover a sustentabilidade e cadeias de suprimentos livres de desmatamento no país.¹⁹⁵ O objetivo do acordo de cacau é promover o cacau peruano com base em sua qualidade, diversidade e sustentabilidade (definido como sendo livre de desmatamento e contribuindo para a restauração da terra). Suas prioridades de ação para o período 2021-24 incluem: identificar e desenvolver ferramentas para monitorar e rastrear o cacau livre de desmatamento; estabelecer uma plataforma de serviços para apoiar a produção livre de desmatamento; e desenvolver incentivos aos produtores para a produção sustentável de cacau.¹⁹⁶

A **Iniciativa Internacional do Cacao (ICI)**¹⁹⁷ foi fundada em 2002. Surgiu do Protocolo Harkin-Engel, que visava acabar com as piores formas de trabalho infantil e trabalho forçado no setor do cacau. A visão da ICI é para comunidades produtoras de cacau prósperas dentro de uma cadeia de

¹⁹² <https://www.worldcocoaoundation.org/initiative/cocoa-forests-initiative/>

¹⁹³ <https://www.idhsustainabletrade.com/initiative/cocoa-and-forests/>

¹⁹⁴ <https://efi.int/sites/default/files/files/flegtredd/Cocoa%20sustainability%20report.pdf>

¹⁹⁵ <https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Infografia-del-Fact-Sheet-ENG.pdf>

¹⁹⁶ <https://produccionostenible.org.pe/actualidad/cacao-bosques-y-diversidad-reporte-del-cacao-peruano-2023/>

¹⁹⁷ <https://www.cocoainitiative.org/our-work/policies-practices-and-standards>

fornecimento de cacau digna, sustentável e gerenciada de forma responsável, em que os direitos das crianças e os direitos humanos sejam protegidos e respeitados, e onde o trabalho infantil e o trabalho forçado tenham sido eliminados.

A sua estratégia para 2021-26 define 3 áreas de trabalho:

- **cadeias de abastecimento responsáveis baseadas em sistemas e serviços que previnam e remediem de forma responsável e transparente o trabalho infantil e o trabalho forçado em toda a cadeia de abastecimento do cacau;**
- **um ambiente propício de apoio com políticas e leis locais, nacionais e internacionais;**
- **abordagens coordenadas para apoiar a colaboração, o alinhamento e a responsabilização em todo o setor do cacau.**

O foco do seu trabalho está na identificação e refinamento de práticas eficazes, no desenvolvimento de métricas partilhadas, na defesa e no fortalecimento de capacidades e sistemas.

Iniciativas a nível nacional

Existem várias iniciativas diferentes destinadas a promover o cacau sustentável nos 3 países.

O Gana deu prioridade ao setor do cacau na sua estratégia para combater o desmatamento. A estratégia REDD+ do país visa transformar o seu setor agrícola em sistemas de produção e paisagens climaticamente inteligentes.¹⁹⁸ Foram desenvolvidos programas para commodities específicas, incluindo o Programa REDD+ da Floresta de Cacau do Gana (FCFRP).¹⁹⁹ Isto visa garantir o futuro das florestas do Gana e melhorar significativamente os rendimentos e as oportunidades de subsistência para os agricultores e utilizadores das florestas. Isto deverá ser alcançado através da implementação de planos de gestão da paisagem, apoio (incluindo acesso ao financiamento) à produção de cacau inteligente em termos climáticos, reformas políticas e aplicação da lei.²⁰⁰

A estratégia REDD+ da Costa do Marfim também inclui um enfoque no cacau. Os seus objetivos para o setor agrícola incluem: aumentar a produtividade das explorações agrícolas (incluindo o cacau), a fim de reduzir a pobreza; promover o cultivo de culturas alimentares juntamente com culturas comerciais, para aumentar a segurança alimentar; restaurar a cobertura florestal, a fim de melhorar a resiliência dos sistemas agrícolas; e permitir que as comunidades assumam um papel ativo na gestão florestal através do reforço dos seus direitos e da criação de capacidades.²⁰¹

No Peru, foi acordado em 2020 um “Plano Nacional para o desenvolvimento da Cadeia de Valor do Cacau e Chocolate até 2030”, desenvolvido através de um processo multilateral.²⁰² Isto estabelece uma estratégia para promover o Peru como fonte de cacau sustentável e de alta qualidade. O objetivo é mitigar as alterações climáticas através do apoio a sistemas agroflorestais e paisagens de produção sustentáveis, e melhorar a qualidade de vida dos agricultores através do aumento dos rendimentos e da garantia da prestação de serviços básicos.

¹⁹⁸ <https://reddsis.fcghana.org/admin/controller/publications/Ghana%20Redd+%20Strategy-SOI-Ghana%20REDD+%20Strategy.pdf>

¹⁹⁹

https://reddsis.fcghana.org/admin/controller/publications/Emission%20Reduction%20Program%20Document_GCFRP.pdf
²⁰⁰ Plano de Implementação do GCFRP, 2016, https://redd.unfccc.int/files/gcfrp_final_implementation_plan.pdf

²⁰¹ Estratégia Nacional de REDD+, 2017, <https://www.un-redd.org/sites/default/files/2021-10/REDD%2B%20STRATEGY%20DOCUMENT%20-%20ANGLAIS%20%28002%29%20%28791646%29.pdf>

²⁰² Plano Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia de Valor Cacau – Chocolate até 2030, <https://www.gob.pe/institucion/midagri/normas-legales/3685974-017-2022-midagri>

Isto enquadra-se numa estratégia mais ampla sobre florestas e alterações climáticas, aprovada em 2016.²⁰³ Isto inclui o objetivo de promover uma produção agrícola sustentável e competitiva, adaptada ao clima e que reduza a pressão sobre as florestas. O cacau é uma das culturas alvo e as áreas de intervenção incluem a melhoria dos padrões ambientais e sociais no setor, o fortalecimento de cadeias de valor equitativas, a promoção do acesso aos mercados para produtos livres de desflorestação e a promoção de sistemas agroflorestais.

Iniciativas do setor privado

Nas últimas duas décadas, tem havido uma proliferação de iniciativas de sustentabilidade por parte dos comerciantes, processadores e fabricantes de cacau.²⁰⁴ Estas foram motivadas por apelos da sociedade civil, pelo aumento da regulamentação governamental, bem como por preocupações crescentes sobre a sustentabilidade dos seus abastecimentos.

As áreas focais das empresas estão estreitamente alinhadas, mas cada uma delas desenvolveu as suas próprias estratégias e intervenções.²⁰⁵ Desde 2017, muitas empresas deixaram de utilizar esquemas de certificação de terceiros para utilizarem as suas próprias normas, como forma de reduzir custos e aumentar o alcance.²⁰⁶

As áreas prioritárias são: meios de subsistência dos agricultores, com atividades destinadas a melhorar as práticas agrícolas para aumentar a produtividade e a resiliência econômica; aspectos sociais, com especial destaque para a eliminação do trabalho infantil; e aspectos ambientais, com especial destaque para o combate ao desmatamento. O principal pressuposto em que se baseiam estes programas é que o aumento dos rendimentos do cacau e da produtividade dos produtores de cacau é a chave para o estabelecimento de um setor sustentável.²⁰⁷

Em parte, para melhorar a coordenação entre empresas e para combinar esforços, a **World Cocoa Foundation (WCF)** foi criada em 2000 e conta agora com mais de 100 membros de todo o mundo.²⁰⁸ A sua visão é “um setor do cacau próspero e sustentável, onde os agricultores prosperem, as comunidades sejam capacitadas e o planeta seja saudável”.

Os seus objetivos, que abrangem os aspectos econômicos, sociais e ambientais da sustentabilidade, são:

- Os agricultores prósperos do cacau tornam-se verdadeiramente sustentáveis e rentáveis, com a transformação da agricultura familiar tradicional em negócios modernos que proporcionam meios de subsistência sustentáveis aos agricultores e às suas famílias;
- Comunidades produtoras de cacau capacitadas lideram o seu próprio desenvolvimento, os direitos humanos são protegidos e a segurança e o bem-estar das crianças e das famílias são reforçados;
- Um planeta saudável é conservado e melhorado, com paisagens resilientes e biodiversas nas geografias do cacau, e a pegada de carbono do setor é reduzida.

²⁰³ <https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/3249412/ENBC.pdf.pdf?v=1654958720>; & <https://www.gob.pe/institucion/bosques/informes-publicaciones/3119805-estrategia-nacional-sobre-bosques-y-cambio-climatico>

²⁰⁴ <https://www.cocoaederation.com/education/sustainable-cocoa>

²⁰⁵ Isto é verdade para as iniciativas dos 3 maiores comerciantes/processadores (Barry Callebaut, Cargill, OFI) e dos 3 maiores fabricantes (Mars, Mondelez e Nestlé). Essas empresas foram apontadas como as maiores no Barômetro do Cacau, 2022, <https://cocoabarometer.org/en/>.

²⁰⁶ Mithöfer, D. et al. (2017)

²⁰⁷ <https://efi.int/sites/default/files/files/flegtredd/Cocoa%20sustainability%20report.pdf>

²⁰⁸ <https://www.worldcocoafoundation.org/about-wcf/vision-mission/>

Procura alcançá-los através de: prestação de apoio aos agricultores e às organizações de agricultores, para melhorar a profissionalização, a produtividade, a qualidade e a resiliência; mapeamento para melhorar a rastreabilidade; implementação e apoio à monitorização e remediação do trabalho infantil e forçado; possibilitar o acesso à educação; apoiar a independência financeira das mulheres; e apoio à proteção florestal e ao reflorestamento.

Esquemas e padrões de certificação

Os dois principais esquemas de certificação voluntária no setor do cacau são a Rainforest Alliance e o Fairtrade. Tal como referido acima, existem também vários esquemas de certificação liderados pelo setor privado, embora estes tendam a ser menos exigentes e menos transparentes.²⁰⁹ Além disso, foram estabelecidas duas normas internacionais – a ISO 34101 e a Norma Regional Africana sobre Cacau Sustentável (ARS 1000).

A **Rainforest Alliance**²¹⁰ foi originalmente criada com o objetivo principal de proteger as florestas, mas tem sido sujeita a revisões regulares que resultaram no seu alargamento do âmbito, com a adição de critérios económicos e sociais. Em 2017, fundiu-se com a Utz, que também fornecia certificação de sustentabilidade para o cacau. Essa fusão resultou na revisão mais recente da norma, que foi concluída em 2020. Os requisitos para explorações agrícolas dividem-se em 6 categorias: gestão; rastreabilidade; rendimento e responsabilidade partilhada; agricultura; social; ambiente.

A **certificação Fairtrade**²¹¹ concentra-se principalmente em questões sociais, com o objetivo de oferecer preços justos aos agricultores. Tal como aconteceu com a Rainforest Alliance, também ampliou o seu âmbito, com o fortalecimento dos critérios ambientais e sociais. A última revisão dos padrões para o cacau ocorreu em 2022. Os critérios da norma abrangem: sistemas de gestão; direitos humanos e devida diligência ambiental; condições de trabalho, proteção infantil e desenvolvimento social; prevenção do desmatamento e desenvolvimento ambiental; renda vitalícia. Além de um prémio (também pago sob o padrão da Rainforest Alliance), o Comércio Justo exige que os compradores paguem um preço mínimo aos produtores.

Mais recentemente, o conceito de **Cacau Inteligente para o Clima** surgiu como uma resposta à necessidade do setor responder aos desafios das alterações climáticas.²¹² Assim, ao implementar tais práticas, o objetivo é aumentar a produtividade e apoiar a adaptação e a mitigação das alterações climáticas. A certificação não é fornecida, mas foram desenvolvidas orientações pela Rainforest Alliance e pelo WCF, e a adoção desta abordagem à agricultura está a ser apoiada por várias iniciativas internacionais, incluindo o WCF e como parte da estratégia REDD do Gana.²¹³

A **ISO 34101 para cacau sustentável**²¹⁴ foi desenvolvida com o objetivo de padronizar definições e abordagens no setor. Foi finalizado e publicado em 2019 e é o primeiro padrão de sustentabilidade para um produto agrícola adotado pela ISO. Ainda não foi adotado por nenhuma empresa ou governo, mas contribuiu para o desenvolvimento da Norma Regional Africana para o Cacau.

²⁰⁹ Brack, D. (2023) Sustentabilidade e Padrões nas Cadeias de Valor Agrícolas Globais: O Padrão Africano para o Cacau Sustentável. Um artigo para GISCO. 16 de fevereiro de 2023.

²¹⁰ <https://www.rainforest-alliance.org/commodity/cocoa/>

²¹¹ <https://www.fairtrade.net/standard/announcements>

²¹² <https://climatesmartcocoa.guide/>

²¹³ Proposta FCPF do Programa REDD+ da Floresta de Cacau de Gana (GCFRP), 2017.

https://reddsis.fcghana.org/admin/controller/publications/Emission%20Reduction%20Program%20Document_GCFRP.pdf

²¹⁴ <https://www.cacaoforest.org/en/news/iso-34101-an-international-standard-for-sustainable-cocoa> e <https://www.iso.org/news/ref2387.html>

A **Norma Regional Africana sobre Cacau Sustentável (ARS 1000)**²¹⁵ foi desenvolvida em parte em resposta às preocupações dos governos do Gana e da Costa do Marfim de que a norma ISO para o cacau seria demasiado onerosa para os agricultores. Inclui muitos dos seus elementos, mas tem um foco mais forte no desenvolvimento dos agricultores. Assim, nota-se que os agricultores são um “mecanismo chave para uma economia sustentável do cacau”, e os seus objetivos declarados são “capacitar os produtores de cacau para fazerem escolhas informadas sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais das atividades e investimentos planeados nas suas explorações”.

As normas abrangem: promoção, estruturação e apoio eficiente aos agricultores/organizações de agricultores; melhorar o rendimento dos agricultores e a resiliência dos seus meios de subsistência; abordar a qualidade do cacau; abordar a rastreabilidade desde a exploração agrícola até à exportação; abordar as piores formas de trabalho infantil; e abordar o desmatamento e as mudanças climáticas.

A norma deve se tornar obrigatória tanto no Gana como na Costa do Marfim, e atualmente estão em desenvolvimento guias de implementação para cada país. Um elemento que ainda precisa ser esclarecido é se a norma ARS reconhecerá os esquemas de certificação voluntária existentes, o que ajudaria a evitar a duplicação de esforços.²¹⁶

Mudanças de abordagem e áreas de alinhamento e divergência

Nas últimas duas décadas, houve um alargamento do âmbito das questões que foram consideradas e priorizadas sob a égide da “sustentabilidade” pelas partes interessadas no setor do cacau. Isto resultou num maior alinhamento entre as iniciativas. Essas mudanças refletem o reconhecimento crescente da natureza interligada dos diferentes aspectos da sustentabilidade – econômico, social e ambiental.

Isto tem sido observado a nível internacional, por exemplo, com a integração dos padrões de vida e de trabalho como parte da definição de uma economia do cacau sustentável no Acordo Internacional do Cacau.²¹⁷ Da mesma forma, como observado acima, houve convergência dos dois principais padrões de certificação voluntária, Fairtrade e Rainforest Alliance, com ambos ampliando o escopo dos seus padrões.

No entanto, subsistem diferenças na prioridade dada a questões específicas. Assim, dentro da ICCO, o foco principal manteve-se nas questões económicas e sociais, tal como o da Aliança Gana-Costa do Marfim. Em contraste, o TPI e a UE dão muito mais prioridade às questões ambientais e, em particular, à perda florestal.

Prioridades compartilhadas

Uma análise dos objetivos de alto nível das iniciativas e esquemas de certificação incluídos neste estudo mostra que três questões de sustentabilidade são mais comumente priorizadas:

- Meios de subsistência – enquadrados principalmente em termos de redução da pobreza dos agricultores e de enfoque no rendimento dos agricultores e nos preços do cacau;
- Direitos dos trabalhadores – centrados principalmente no combate ao trabalho infantil, mas também com alguma atenção a outras questões, incluindo outros tipos de trabalho forçado e discriminação, incluindo das mulheres;

²¹⁵ https://members.wto.org/crnattachments/2020/TBT/KEN/20_6055_00_e.pdf

²¹⁶ Brack, D. (2023)

²¹⁷ Mithöfer, D. et al. (2017)

- Ecossistemas – centra-se principalmente na redução da desflorestação, embora a restauração das florestas e dos ecossistemas também sejam prioridades comuns, por vezes ligadas à questão da resiliência climática. (ver tabela 1)

No que diz respeito aos aspectos “políticos” da sustentabilidade, a transparência (de dados e informações, tanto nas cadeias de abastecimento como de forma mais ampla para o setor) é a questão mais frequentemente identificada como uma prioridade. A legalidade (tanto a aplicação como a conformidade legal) é priorizada com menos frequência. Onde está, isto é muitas vezes com foco em certos aspectos da lei, por exemplo, o TPI apenas considera a legalidade no que diz respeito às áreas protegidas, enquanto a norma ARS apenas se refere à legalidade no que diz respeito aos 'direitos de propriedade sobre a terra, se aplicável'.²¹⁸

Considerando os tipos de ações e intervenções que são priorizadas nas diversas iniciativas e esquemas, é dada maior atenção à melhoria das práticas agrícolas, bem como ao reforço da capacidade dos agricultores e das comunidades rurais. Melhorar a transparência dos dados e estabelecer a rastreabilidade das cadeias de abastecimento é também uma prioridade comum, como forma de alcançar objetivos de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Comum a muitas das iniciativas de “sustentabilidade” é um forte foco na produtividade e na manutenção, se não no aumento, da oferta. Na verdade, foi sugerido que as iniciativas de sustentabilidade do setor privado visam principalmente garantir o abastecimento de cacau.²¹⁹ Da mesma forma, existe um pressuposto subjacente em muitas das iniciativas governamentais e internacionais de que o crescimento contínuo do setor é necessário para garantir a sua sustentabilidade econômica; assim, os seus objetivos incluem a expansão contínua da produção e do consumo, tanto a nível nacional como global. Isto negligencia a questão de saber qual o nível de produção e consumo de cacau que poderia ser sustentável, ou seja, como equilibrar as necessidades de produção de alimentos, produção de mercadorias e proteção dos ecossistemas, tanto a nível nacional como global.

Uma questão que está a receber maior atenção é a da inclusão, tanto no que diz respeito aos processos como aos resultados. Por exemplo, foram adotadas abordagens mais inclusivas para o desenvolvimento e revisão de normas de certificação e nos processos de concepção de planos de ação e estratégias das iniciativas multilaterais. A inclusão e a participação também receberam maior prioridade como objetivo das intervenções. Por exemplo, uma série de iniciativas estão a trabalhar para estabelecer cooperativas agrícolas e instituições comunitárias mais inclusivas e equitativas, e tem sido dada maior atenção à capacitação dos agricultores e das cooperativas agrícolas no âmbito dos padrões de certificação.²²⁰

Lacunas

Várias questões também receberam relativamente pouca atenção. Estes incluem a questão dos agroquímicos e da poluição, e aspectos culturais. Além disso, embora a transparência seja priorizada, outros aspectos da governação recebem muito menos atenção – tais como a governação do uso da terra e o cumprimento e aplicação legal.

²¹⁸ Para. 4.2.3.2

²¹⁹ Instalação Redd EFI da UE (2021) Iniciativas de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento de cacau da Costa do Marfim e do Gana: benchmarking e análise.
<https://efi.int/sites/default/files/files/flegtredd/Cocoa%20sustainability%20report.pdf>; Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021) Fairtrade e além: Mudando a dinâmica nas redes de produção sustentável do cacau. *Geoforum* 120: 186-197, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.02.002>

²²⁰ Mithöfer, D. et al. (2017)

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
QUESTÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Proteção e gestão de ecossistemas (perda e degradação florestal) Restauração	Condições e direitos de trabalho (trabalho infantil e forçado) Direitos de recurso fundiários	Meios de subsistência (renda vital) Preços e prêmios Investimento	Transparência
QUESTÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Resiliência e mitigação climática Proteção da biodiversidade Conservação do solo Gestão da água Resíduos e produtos químicos	Equidade e discriminação (gênero) Instituições comunitárias e infraestrutura social Segurança alimentar		Conformidade e aplicação legal Quadro jurídico e político Participação e inclusão Gestão financeira Pesquisa e treinamento
QUESTÕES NÃO PRIORIZADAS		Comunidades – repartição de benefícios Cultura	Impostos	Quadro institucional

Tabela 1: Frequência das questões citadas como objetivos prioritários nas iniciativas de sustentabilidade do cacau

Legenda: Questões mais frequentemente priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; questões também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes;

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
AÇÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Práticas agrícolas - incluindo agroflorestal, produção e intensificação climaticamente inteligentes Monitoramento florestal e do uso da terra	Desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade e monitoramento Empoderamento da comunidade	Desenvolvimento agrícola e fortalecimento da capacidade dos agricultores Preços do cacau - aumentando a transparência Aumentando o processamento local Promoção do consumo de cacau Melhorar o acesso ao mercado / competitividade	Melhorar os dados e informações setoriais – qualidade e disponibilidade Rastreabilidade das cadeias de abastecimento
AÇÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Restauração e manutenção de áreas protegidas Planejamento do uso do solo	Garantir a posse da terra Aumentar o acesso à proteção social	Acesso a crédito e seguro Meios de subsistência alternativos Preços do cacau - implementação de benchmarks, gestão da oferta, fortalecimento dos quadros institucionais e legais	Reformas legais Aplicação da lei Diálogo político – colaboração internacional e envolvimento de múltiplas partes interessadas Monitoramento de impactos

Quadro 2: Frequência das ações citadas como áreas prioritárias de intervenção em iniciativas de sustentabilidade do cacau

Legenda: Ações mais priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; ações também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes

Revisão da literatura: resumo das evidências sobre o nível de implementação e impacto

Impacto: evidências para o alcance de seus objetivos sociais, ambientais e econômicos

As evidências disponíveis para as três questões “prioritárias” – pobreza dos agricultores, trabalho infantil e desflorestação – são aqui consideradas. O quadro geral que emerge é de um progresso gradual. É relatado que houve impactos positivos ao nível de projetos e atividades específicos sobre estes vários aspectos da sustentabilidade. No entanto, estes permaneceram limitados em escala e o setor está longe de ser sustentável, nem está ainda numa trajetória para alcançar os vários objetivos que foram definidos.

No que diz respeito à pobreza, embora tenham sido observadas algumas melhorias, uma proporção significativa de pequenos agricultores e das suas famílias na Costa do Marfim e no Gana continua a viver abaixo do limiar da pobreza.²²¹

Os esforços para combater a pobreza concentraram-se principalmente na melhoria da produtividade agrícola e no aumento dos preços. No que diz respeito aos primeiros, embora a produtividade tenha aumentado através de mudanças nas práticas agrícolas (incluindo através do aumento de fatores de produção, novas variedades de cacau, irrigação, etc.), a adoção destas permaneceu limitada.²²²

No que diz respeito aos preços, o pagamento de prêmios para certificação tem enfrentado múltiplos desafios, incluindo o não pagamento de prêmios devido à falta de procura e à falta de distribuição deles aos agricultores. Além disso, a maioria dos agricultores não é certificada. Os esforços dos governos do Gana e da Costa do Marfim para melhorar os preços para os agricultores também tiveram sucesso limitado. Em 2019, introduziram o LID, mas este não conseguiu aumentar o rendimento dos agricultores, principalmente porque os benefícios foram anulados por uma redução no preço global do cacau.²²³

Há também o fato de que para muitos agricultores – como aqueles com as menores parcelas de terra – o cacau não será capaz de lhes proporcionar um rendimento digno, mesmo com aumento de produtividade e preços. Para esses agricultores, as mudanças nos meios de subsistência podem ser a melhor opção, uma área na qual é necessária maior atenção.²²⁴

Também foram levantadas questões mais amplas sobre até que ponto o aumento do rendimento agrícola pode reduzir a pobreza. A sua capacidade para o fazer depende de uma série de outros

²²¹ Waarts, Y. et al. (2019) Um rendimento digno para os pequenos agricultores de produtos de base e florestas e biodiversidade protegidas: como podem os sectores público e privado contribuir? Pesquisa Econômica em Wageningen | Livro branco sobre produção sustentável de commodities. <https://edepot.wur.nl/507120>; Barômetro do Cacau, 2022, <https://cocoabarometer.org/en/>;

²²² Wessel, M. & P.M. Foluke Quist-Wessel (2015) Produção de cacau na África Ocidental, uma revisão e análise dos desenvolvimentos recentes. *Periódico Wageningen de Ciências da Vida* Volumes 74–75, dezembro de 2015, páginas 1-7, <https://doi.org/10.1016/j.njas.2015.09.001>; Van Vliet et al. (2021) Uma renda digna para os produtores de cacau na Costa do Marfim e em Gana? *Fronteiras em Sistemas Alimentares Sustentáveis*, Volume 5 – 2021, <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.732831>; Sanial, E. et al. (2020) *Agrossilvicultura no cacau, uma necessidade de abordagens paisagísticas colaborativas ambiciosas*. Barômetro do Cacau. https://voicenetwork.cc/wp-content/uploads/2020/08/Consultation-Barometer_paper-2020_final-PDF.pdf

²²³ Odijie, M. (2021) Por que razão os esforços da Costa do Marfim e do Gana para ajudar os produtores de cacau não funcionaram. A conversa. 29 de junho de 2021. <https://theconversation.com/why-efforts-by-cote-divoire-and-ghana-to-help-cocoa-farmers-havent-worked-162845>; Adams & Carodenuito (2023) *Perspectivas das partes interessadas sobre o diferencial de rendimento vital do cacau e as compensações de sustentabilidade no Gana*, *Desenvolvimento Mundial* 165 (2023) 106201. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106201>; Instalação Redd EFI da UE (2021);

²²⁴ Van Vliet et al. (2021); Waarts, Y. et al. (2019); Wessel, M. & P.M. Foluke Quist-Wessel (2015);

fatores, e o simples objetivo de aumentar o rendimento pode, de fato, marginalizar ainda mais os mais pobres e menos poderosos.²²⁵ O rendimento é apenas um aspecto da pobreza, e foi destacada a necessidade de visar outros aspectos em paralelo – por exemplo, saúde, educação e energia.²²⁶

No que diz respeito aos esforços para combater o trabalho infantil, há também algumas evidências de que estes tiveram um impacto positivo ao nível de intervenções específicas. Por exemplo, o ICI relatou reduções acentuadas no trabalho infantil nas comunidades onde trabalhava. No entanto, também observou que 'sistemas eficazes de proteção das crianças apoiados pela indústria cobrem apenas 10-20% da cadeia de abastecimento de cacau em 2020'.²²⁷ Uma análise dos progressos registrados nos setores do cacau no Gana e na Costa do Marfim entre 2013/14 e 2018/19 concluiu que, embora as piores formas de trabalho infantil tenham diminuído, a prevalência de todo o trabalho infantil permaneceu ao mesmo nível, e que o número absoluto de crianças envolvidas aumentou devido ao aumento do número de agregados familiares envolvidos na produção.²²⁸ A necessidade de intervenções ampliadas e mais estratégicas foi destacada.

No que diz respeito aos impactos do cacau nas **florestas**, as taxas de deflorestação nas regiões produtoras de florestas do Gana e da Costa do Marfim não diminuíram e a invasão da cultura do cacau continuou nas áreas protegidas.²²⁹ Embora os esforços para estabelecer a agrofloresta tenham tido algum sucesso, os seus impactos foram limitados, entre outros fatores, pelas baixas taxas de sobrevivência das árvores, bem como pelas baixas taxas de adoção.²³⁰ Uma investigação realizada no Peru não encontrou provas de que a melhoria dos meios de subsistência dos agricultores estivesse associada à redução do desmatamento. Embora o estabelecimento de concessões agrofloretais pudesse melhorar os meios de subsistência, foi sugerido que o combate ao desmatamento exigiria intervenções muito mais amplas para abordar a migração, os direitos fundiários e a especulação.²³¹

Desafios enfrentados para alcançar o impacto

São apresentadas múltiplas razões para o progresso lento. Um fator identificado na literatura é a escala dos desafios e sua complexidade. Isto levou a pedidos de recursos significativamente aumentados e de esforços mais coordenados. A necessidade de ampliar as iniciativas está, em parte, subjacente à resposta dos setores privados de desenvolver os seus próprios esquemas de certificação, que argumentam ser mais rentáveis do que os esquemas verificados por terceiros.²³² Isto reflete um debate de longa data em relação à sustentabilidade no que diz respeito aos benefícios do que provou ser uma abordagem de certificação liderada pela sociedade civil versus

²²⁵ Adams, M.A. & S. Carodenuto (2023);

²²⁶ Hiron, M. et al. (2018) Compreendendo a pobreza em sistemas agrofloretais de culturas comerciais: evidências de Gana e Etiópia. *Economia Ecológica*, 154, 31–41. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.07.021>; Waarts, Y. et al. (2019);

²²⁷ Iniciativa Internacional do Cacau, Estratégia 2021-2026

https://www.cocoainitiative.org/sites/default/files/resources/ICI-2021-2026-Strategy_EN.pdf

²²⁸ Sadhu, S. et al. (2020) Relatório Final do NORC: Avaliação do Progresso na Redução do Trabalho Infantil na Produção de Cacau nas Áreas de Cultivo de Cacau da Costa do Marfim e Gana. NORC na Universidade de Chicago, Chicago, EUA.

https://www.norc.org/PDFs/Cocoa_Report/NORC_2020_Cocoa_Report_English.pdf

²²⁹ Kroeger, A. et al. (2017) Eliminando o Desmatamento da Cadeia de Fornecimento do Cacau. Um relatório para o Grupo Banco Mundial. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2017/05/22/cutting-deforestation-out-of-the-cocoa-supply-chain>; Poderosa Terra (2022) Doces Nada. Como a indústria do chocolate não cumpriu as promessas de acabar com o desmatamento para a produção de cacau na Costa do Marfim e em Gana. <https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/MightyEarthSweetNothingsReportFINAL.pdf>

²³⁰ Barômetro do Cacau, 2022; Sanial, E. et al. (2020); Brako, D. E. e outros. (2021) Os padrões de certificação voluntária melhoram os rendimentos e o bem-estar? Evidências de pequenos produtores de óleo de palma e cacau em Gana, *Periódico Internacional de Sustentabilidade Agrícola*, 19:1, 16-39, DOI: [10.1080/14735903.2020.1807893](https://doi.org/10.1080/14735903.2020.1807893)

²³¹ Pokorny, B. et al. (2021) O potencial das concessões agrofloretais para estabilizar as fronteiras da Floresta Amazônica: um estudo de caso sobre a robustez econômica e ambiental de pequenos produtores de cacau assentados informalmente no Peru. *Política de Uso do Solo* 102, <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.105242>

²³² Instalação Redd EFI da UE (2021)

abordagens ampliadas do setor privado.²³³ Embora estes últimos beneficiem potencialmente um número muito maior de agricultores, correm o risco de reduzir os padrões.

Outro fator identificado na literatura como subjacente ao progresso lento tem sido a falta de coerência e coordenação entre iniciativas.²³⁴ Embora esta questão tenha sido abordada até certo ponto – por exemplo, com o estabelecimento de iniciativas multiatores e abordagens a nível jurisdicional – são consideradas necessárias mais melhorias. Em particular, tem havido apelos a um maior reconhecimento das interligações entre os diferentes aspectos da sustentabilidade e das potenciais contrapartidas entre eles. Sem isso, existe o risco de as iniciativas se prejudicarem mutuamente, por exemplo, os esforços para aumentar a produtividade e o rendimento dos agricultores podem resultar num aumento da desflorestação ou da poluição causada por agroquímicos, enquanto as iniciativas centradas no desmatamento correm o risco de ter um impacto negativo nos meios de subsistência.²³⁵ Esta crítica tem sido feita, por exemplo, às abordagens “inteligentes do ponto de vista climático”, muitas das quais se centraram principalmente na intensificação da produção e no combate à desflorestação, sob o risco de aumentar a dependência agroquímica e de exacerbar as desigualdades sociais.²³⁶

Um fator adicional identificado como dificultador da consecução dos objetivos foi o fato de muitas teorias da mudança, e dos seus pressupostos subjacentes, serem muito simplistas. Por exemplo, existe um pressuposto frequente de que o aumento do rendimento dos agricultores resultará na redução da pobreza. No entanto, verificou-se que isto depende de outros fatores, por exemplo, segurança da posse, acesso à educação e a instalações de saúde, e ao contexto social específico. Assim, embora o aumento do rendimento dos agricultores seja reconhecido como essencial, isto precisa de ser coordenado com medidas mais amplas de alívio da pobreza.²³⁷

A falta de transparência relativamente ao impacto das iniciativas também foi destacada. As iniciativas do setor privado, em particular, têm sido criticadas por reportarem frequentemente as suas atividades em vez dos resultados destas. Tendem também a utilizar metodologias diferentes para avaliação e elaboração de relatórios, dificultando os esforços para retirar lições e garantir a responsabilização.²³⁸

O contexto de governança mais amplo também terá limitado o impacto de muitas intervenções. Por exemplo, os agricultores nem sempre beneficiaram de prêmios de certificação devido à má governação das cooperativas, agravada pela falta de transparência fiscal a nível governamental.²³⁹

²³³ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021)

²³⁴ Iniciativa Internacional do Cacau, Estratégia 2021-26; Stanbury, P. e Webb, T. (2020). Como proporcionar uma verdadeira sustentabilidade no setor do cacau? Governança de desenvolvimento colaborativo. Fórum de Inovação. <https://www.innovationforum.co.uk/articles/how-to-deliver-real-sustainability-in-the-cocoa-setor-collaborative-development-governance>; Instalação Redd EFI da UE (2021); Parra-Paitan, C. et al. (2023) Grandes lacunas nos compromissos voluntários de sustentabilidade que abrangem o comércio global de cacau. *Mudança Ambiental Global* 81, 102696, <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2023.102696>

²³⁵ Adams, M.A. & S. Carodenuto (2023); Instalação Redd EFI da UE (2021); Barômetro do Cacau, 2022; Sadhu, S. et al. (2020); Stanbury, P., & Webb, T. (2020);

²³⁶ Maguire-Rajpaul, V.A. et al. (2022) Uma governação do cacau inteligente em termos climáticos corre o risco de consolidar antigas hegemonias na Costa do Marfim e no Gana: uma análise múltipla da ambientalidade. *Geoforum* 130. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.09.015>; Nasser, F., et al. (2020) Cacau inteligente para o clima em Gana: como o discurso da modernização ecológica corre o risco de deixar de lado os pequenos produtores de cacau. *Frente. Sustentar. Sistema Alimentar* 4 <https://doi.org/10.3389/fsufs.2020.00073>

²³⁷ Hiron, M. et al. (2018); Adams, M.A. & S. Carodenuto (2023);

²³⁸ Instalação Redd EFI da UE (2021); Parra-Paitan, C. et al. (2023)

²³⁹ Barômetro do Cacau, 2022; Instalação Redd EFI da UE (2021); Ruf, F., et al. (2019) Certificações inúteis? Relações assimétricas entre cooperativas, rótulos e produtores de cacau na Revisão Internacional de Estudos de Desenvolvimento da Costa do Marfim, 240: 31–61. <https://doi.org/10.3917/ried.240.0031>; Adams & Carodenuto (2023); Carimentrand, A.

Além disso, no Gana, as iniciativas agroflorestais e de reflorestação foram prejudicadas pelo quadro político sobre a posse, que não cria incentivos para a plantação e proteção de árvores.²⁴⁰

Fundamental para o fortalecimento da governação do setor é a consideração da dinâmica de poder e da estrutura do setor. Por exemplo, o fato de os países produtores terem poder limitado para negociar preços prejudicou os esforços para aumentar os preços do cacau, tal como o estatuto marginalizado dos agricultores. Muitas iniciativas permanecem de cima para baixo e faltam perspectivas em particular dos agricultores.²⁴¹ Por exemplo, isto foi sugerido como subjacente ao forte enfoque no aumento da produtividade dos agricultores como estratégia para combater a pobreza; embora esta abordagem esteja alinhada com as prioridades do setor privado, as necessidades dos agricultores podem ser melhor satisfeitas através do aumento dos preços e da diversificação das fontes de rendimento.²⁴² As abordagens de cima para baixo também correm o risco de minar as inovações e os conhecimentos locais, que podem ser mais eficazes e apropriados.²⁴³

A maior integração das multinacionais nos países produtores foi identificada como um risco potencial para os esforços para capacitar os agricultores.²⁴⁴ Assim, a implementação de iniciativas de sustentabilidade do setor privado corre o risco de exacerbar as assimetrias de poder existentes, por exemplo, reduzindo a capacidade dos agricultores de escolher o que cultivar, a quem vender ou a que preço.²⁴⁵ Os governos podem desempenhar um papel na mitigação desta situação, e o COCOBOD, por exemplo, tem sido citado como desempenhando um papel importante na mediação das relações entre agricultores e empresas, através das suas políticas que regulam os contratos de fornecimento, preços e fornecimento de insumos.²⁴⁶ Mas as experiências com a implementação da LID ilustraram as restrições à influência do governo num mercado internacional.²⁴⁷

A predominância de multinacionais também corre o risco de marginalização contínua dos agricultores na definição da agenda, de modo que as suas prioridades e necessidades permaneçam ignoradas.²⁴⁸ O estabelecimento e o fortalecimento de mecanismos comunitários para a gestão de terras – como é priorizado na estratégia REDD+ do Gana, por exemplo, através de Áreas de Gestão de Recursos Comunitários – foram destacados como um meio potencial de combater o domínio das multinacionais. Para além de darem maior voz às populações rurais na elaboração e implementação de políticas, tais mecanismos poderiam desempenhar um papel na sua monitorização e aplicação; foram levantadas preocupações sobre a exclusão da população rural da implementação de sistemas de monitorização por satélite, por exemplo.²⁴⁹

2020. Cacau: situação atual sobre desmatamento e padrões de sustentabilidade. Relatório do estudo CIRAD. Patrocinador: CST Forests of AFD, Abidjan, Costa do Marfim. https://publications.cirad.fr/une_notice.php?dk=596409

²⁴⁰ Proposta FCPF do Programa REDD+ da Floresta de Cacau de Gana (GCFRP), 2017.

https://reddsis.fcghana.org/admin/controller/publications/Emission%20Reduction%20Program%20Document_GCFRP.pdf

²⁴¹ Mithöfer, D. et al. (2017); Instalação Redd EFI da UE (2021); Hiron, M. et al. (2018);

²⁴² Barômetro do Cacau, 2022

²⁴³ Maguire-Rajpaul, V.A. et al. (2022)

²⁴⁴ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021); Obeng Adomaa, F., et al. (2022) Justiça e Inclusão: A Reconfiguração das Relações Globais-Locais nas Iniciativas de Sustentabilidade no Sector do Cacau no Gana. *J Agric Ética Ambiental* 35, 22,

<https://doi.org/10.1007/s10806-022-09895-2>; Delabre et al. (2020) Estratégias para a proteção das florestas tropicais e cadeias de abastecimento sustentáveis. *Ciência da Sustentabilidade* (2020) 15:1637–1651 <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00747-z>; Maguire-Rajpaul, V.A. et al. (2022);

²⁴⁵ Krauss, J.E. & S. Barrientos (2021); Obeng Adomaa, F., et al. (2022);

²⁴⁶ Obeng Adomaa, F., et al. (2022);

²⁴⁷ Odijie, M. (2021); Adams & Carodenuto (2023); Instalação Redd EFI da UE (2021);

²⁴⁸ Isto também foi observado no Brasil, por exemplo, ver: Delabre et al. (2020) Estratégias para a proteção das florestas tropicais e cadeias de abastecimento sustentáveis. *Ciência da Sustentabilidade* (2020) 15:1637–1651

<https://doi.org/10.1007/s11625-019-00747-z>;

²⁴⁹ Maguire-Rajpaul, V.A. et al. (2022); Nasser, F. et al. (2020);

Lacunas e oportunidades

Com base na revisão da literatura, uma série de questões pode ser identificada onde uma maior atenção poderia ser útil.

- Uma melhor compreensão das interações entre as diferentes intervenções e da sua sequência ajudaria a garantir que a coordenação e a integração das iniciativas sejam tão eficazes quanto possível.
- Muitas vezes, a dinâmica de poder no setor não é totalmente reconhecida, nem as diferentes prioridades das partes interessadas e os potenciais conflitos de interesses entre elas. Uma análise e compreensão mais aprofundada destas questões ajudaria a reforçar as intervenções e a minimizar o risco de consequências adversas não intencionais.
- A posição dos agricultores no setor continua marginalizada. A intensificação dos esforços para reforçar a voz dos agricultores aumentaria a sua capacidade de moldar agendas e de tomar decisões.
- Os governos desempenham um papel importante na mediação entre os interesses dos agricultores e das grandes empresas. As estratégias para reforçar este papel devem ser mais exploradas para ajudar a reduzir as disparidades de poder.
- As implicações da produção e consumo de cacau para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as alterações climáticas, a nível nacional, regional e global, são largamente ignoradas. É necessária uma análise mais aprofundada disto para o desenvolvimento de estratégias equitativas e resilientes de uso da terra a nível nacional, e para informar estratégias globais para o setor.

ANEXO 3 - ÓLEO DE PALMA

Introdução

Este anexo analisa perspectivas e abordagens para a produção sustentável de óleo de palma. Identifica pontos de alinhamento e divergência em relação aos princípios para a produção sustentável.

Também fornece os resultados de uma revisão da literatura sobre as diversas iniciativas, normas e esquemas de certificação para o óleo de palma, resumindo as evidências disponíveis sobre o seu impacto e os fatores que o influenciam.

Considera três países produtores: Indonésia, Colômbia e Nigéria, esta última focada no Estado de Edo. A Indonésia é o maior produtor mundial de óleo de palma e tem estado na vanguarda das discussões relacionadas à sustentabilidade. A Colômbia e a Nigéria são os maiores produtores das Américas e da África, respectivamente, e ambos priorizaram a sustentabilidade da produção. Abrange também iniciativas na Índia e na UE, como os dois maiores importadores de óleo de palma.

Na revisão da literatura, a maior atenção é dada à Indonésia – este país domina a literatura, refletindo a sua posição como o maior produtor de óleo de palma. Por outro lado, relativamente pouco material foi encontrado na Nigéria, onde a extensão do óleo de palma tem sido relativamente limitada. A revisão da literatura sobre a Colômbia foi limitada pelo facto de apenas ter sido abordado material em língua inglesa.

Definições e abordagens de sustentabilidade

Uma ampla gama de iniciativas tem sido desenvolvida dentro do setor do cacau com o objetivo de aumentar a sustentabilidade de sua produção e do setor como um todo. As principais iniciativas, e o seu âmbito de atuação, estão resumidos na figura 3 e os seus objetivos de sustentabilidade e prioridades de intervenção estão listados na matriz anexa.

		INSTITUIÇÕES/INICIATIVAS			FERRAMENTAS
		PÚBLICO	SETOR PRIVADO	SOCIEDADE CIVIL	
ESPAÇO (JURISDIÇÃO)	INTERNACIONAL	<p>Declaração de Marrakesh</p> <p>CPOPC</p>	<p>Coalizão de Ação Positiva da Floresta (CGF)</p> <p>Grupo de Colaboração do Óleo de Palma</p>		<p>RSPO</p> <p>ISPO</p> <p>ISCC</p>
	NACIONAL	<p>Plano de Ação Nacional (IN)</p> <p>PLATAFORMA APOI (N)</p> <p>NI-SCOPS (IN)</p> <p>NI-SCOPS (N)</p> <p>SPOS (IN)</p>	<p>FEDEPALMA (CO)</p> <p>Coalizão Sustentável do Óleo de Palma para a Índia</p>		<p>EUDR [regional]</p> <p>EU RED [regional]</p>

Figura 3: Iniciativas e ferramentas de sustentabilidade do óleo de palma abordadas neste relatório

Internacional

A **nível internacional**, são aqui consideradas duas iniciativas intergovernamentais. A Declaração de Marrakesh para o Desenvolvimento Sustentável do Setor do Óleo de Palma em África, uma iniciativa da Aliança para as Florestas Tropicais, foi assinada em 2016 por 10 governos africanos. Os signatários comprometeram-se a implementar planos de ação nacionais para o “desenvolvimento sustentável do setor do óleo de palma”.²⁵⁰ Posteriormente, isto levou ao estabelecimento da Iniciativa Africana do Óleo de Palma (APOI), descrita abaixo.

O Conselho dos Países Produtores de Óleo de Palma (CPOPC) foi criado em 2015 pelos governos da Indonésia e da Malásia, com o objetivo de reforçar a cooperação e a colaboração entre os países produtores de óleo de palma.²⁵¹

Nacional

A nível nacional, na **Indonésia**, foi finalizado um Plano de Ação Nacional em 2018, desenvolvido pela Plataforma Sustentável do Óleo de Palma, um processo multilateral liderado pelo governo.²⁵² O governo também estabeleceu a iniciativa ‘Fortalecimento da Sustentabilidade do Óleo de Palma (SPOS) na Indonésia para melhorar o bem-estar dos pequenos produtores de óleo de palma e impedir a conversão de florestas naturais e turfeiras.²⁵³ O governo indonésio também está colaborando com o governo holandês no âmbito da Iniciativa Nacional para Pequenos Agricultores de Óleo de Palma Sustentáveis e Climáticos (NI-SCOPS) Indonésia, para a qual a Solidaridad e a IDH são parceiros de implementação.²⁵⁴

Na **Nigéria**, o foco deste relatório é o Estado de Edo, que é parceiro da Iniciativa Africana do Óleo de Palma (APOI) desde 2018. A APOI foi criada para apoiar a implementação da Declaração de Marrakesh, trabalhando através de equipas a nível nacional. A APOI foi transformada em Iniciativa Africana de Commodities Sustentáveis (ASCI) em 2022.²⁵⁵ No âmbito da Iniciativa Nacional para Pequenos Agricultores de Óleo de Palma Sustentáveis e Climáticos (NI-SCOPS) da Nigéria, a Solidaridad e a IDH estão trabalhando em nível nacional e estadual para expandir a implementação do cultivo de óleo de palma inteligente em termos climáticos entre os pequenos agricultores.²⁵⁶

Na **Colômbia**, o Programa de Óleo de Palma Sustentável foi estabelecido pela Fedepalma, a Federação Nacional dos Produtores de Óleo de Palma, fornecendo um roteiro para melhorar a sustentabilidade do setor.²⁵⁷ O governo também fez parceria com a Aliança para as Florestas Tropicais em 2017, assinando um Acordo de Desflorestação Zero para o Óleo de Palma e estabelecendo um capítulo nacional do TFA para apoiar a sua implementação.²⁵⁸

Na **Índia**, a Coalizão Sustentável do Óleo de Palma para a Índia (I-SPOC) é uma iniciativa de ONG e do setor privado. Fundada em 2018, trabalha para promover a procura por óleo de palma sustentável e seus derivados na Índia.²⁵⁹

²⁵⁰ https://www.proforest.net/fileadmin/uploads/proforest/Documents/News/tfa2020_marrakesh_declaration_post-embargoed_april.pdf

²⁵¹ <https://cpopc.org/>

²⁵² <https://sekretariat-ranksb.id/rencana-aksi-nasional>

²⁵³ <https://sposindonesia.org/>

²⁵⁴ <https://www.idhsustainabletrade.com/publication/ni-scops-indonesia/>

²⁵⁵ <https://www.proforest.net/resources/publications/the-africa-sustainable-commodities-initiative/>

²⁵⁶ <https://www.idhsustainabletrade.com/publication/ni-scops-nigeria/>

²⁵⁷ <https://web.fedepalma.org/international/colombias-sustainable-palm-oil-program/>

²⁵⁸ <https://gggi.org/press-release/colombia-launches-national-alliance-for-deforestation-free-value-chains/>

²⁵⁹ <https://www.indiaspoc.org/>

Setor privado

Duas **iniciativas lideradas pelo setor privado** são aqui consideradas. Em primeiro lugar, no âmbito do Fórum de Bens de Consumo, foram estabelecidas diversas coligações dos seus membros para abordar questões prioritárias. Estes incluem a Coalizão de Ação Positiva da Floresta, que está a trabalhar para acelerar os esforços para deter o desmatamento e a degradação florestal nas cadeias de abastecimento²⁶⁰ e a sua Coalizão para os Direitos Humanos, que está focada em acabar com o trabalho forçado.²⁶¹ A segunda iniciativa do setor privado é o Grupo de Colaboração do Óleo de Palma (POCG). Isto reúne empresas para acelerar a implementação dos compromissos de Sem Desmatamento, Sem Expansão de Turfa, Sem Exploração (NDPE).²⁶²

Ferramentas políticas

Entre as ferramentas potenciais para promover o óleo de palma sustentável, a **certificação** tem estado na vanguarda dos esforços do setor. Os esquemas incluídos neste relatório são a Mesa Redonda para o Óleo de Palma Responsável (RSPO), o Óleo de Palma Sustentável da Indonésia (ISPO) e a Certificação Internacional de Sustentabilidade e Carbono (ISCC). A RSPO é um padrão voluntário, estabelecido em 2004. É revisado a cada cinco anos, com a revisão mais recente a ser concluída em 2023.²⁶³ A ISPO é uma norma governamental baseada nas regulamentações indonésias, que se tornará obrigatória para todos os produtores em 2025. Estabelecido em 2011, o ISPO foi atualizado mais recentemente em 2020. O esquema Internacional de Sustentabilidade e Certificação de Carbono (ISCC) foi estabelecido em 2006. Não é específico do óleo de palma, mas abrange vários tipos de biomassa agrícola e florestal. É reconhecida na UE por fornecer certificação de sustentabilidade ao abrigo da sua Diretiva de Energias Renováveis.²⁶⁴

Vários países têm **regulamentações de mercado** relevantes para o óleo de palma. Neste relatório são consideradas a Diretiva da UE sobre Energias Renováveis e o Regulamento da UE sobre Cadeias de Fornecimento Livres de Desmatamento (EUDR). A Diretiva Energias Renováveis (RED), alterada em 2018, promove a utilização de energia proveniente de fontes renováveis, o que estabelece limites à utilização dos biocombustíveis com elevado risco de causar alterações no uso do solo – incluindo o óleo de palma.²⁶⁵ O EUDR, que entrou em vigor em 2023, aplica-se ao óleo de palma e a seis outras commodities, e proíbe a sua colocação no mercado se a sua produção tiver causado desmatamento ou degradação florestal ou não estiver em conformidade com a lei.²⁶⁶

Mudanças na abordagem, áreas de alinhamento e divergência

Como tem sido visto no setor agrícola de forma mais ampla, tem havido uma ampliação da abordagem em muitas iniciativas de sustentabilidade para a palma. Isto reflete, em parte, um maior reconhecimento da natureza interligada das questões e da necessidade de ações coordenadas e colaborativas entre as partes interessadas. Por exemplo, isto foi observado na Teoria da Mudança de 2018 da RSPO, que identificou a sua abordagem jurisdicional como um elemento-chave da sua estratégia para aumentar a produção de óleo de palma sustentável. Da mesma forma, a adoção da “Estratégia Positiva para as Florestas” do CGF implicou uma mudança do foco nas cadeias de abastecimento individuais para uma abordagem empresarial e paisagística. Além disso, a Iniciativa

²⁶⁰ <https://www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive/key-projects/coalition-wide-actions/>

²⁶¹ <https://www.theconsumergoodsforum.com/social-sustainability/human-rights-ending-forced-labour/>

²⁶² <https://palmoilcollaborationgroup.net/>

²⁶³ <https://rspo.org/>

²⁶⁴ <https://www.iscc-system.org/>

²⁶⁵ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32023R1115>

²⁶⁶ https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0109_EN.html

Africana do Óleo de Palma (APOI) alargou o seu âmbito para abranger várias commodities básicas – tornando-se assim a Iniciativa Africana de Commodities Sustentáveis (ASCI).

Esta ampliação também resultou numa maior consciência e reconhecimento de alguns dos aspectos sociais da sustentabilidade. Isto incluiu um maior foco nos direitos dos trabalhadores, bem como o reconhecimento dos direitos dos PICLs. Por exemplo, disposições sobre os direitos dos IPLC foram adicionadas na versão mais recente do roteiro da Coalizão de Ação Positiva da Floresta, enquanto no estado de Edo, o CLPI foi identificado como uma área prioritária para envolvimento e reforma política, e na Indonésia, disposições sobre CLPI foram adicionadas na última revisão dos padrões da ISPO. Essa mudança também fez com que fosse dada maior atenção à questão dos preços e do rendimento. Por exemplo, a RSPO introduziu requisitos mais rigorosos sobre salários dignos na sua revisão de 2018 e aprovou uma nova estratégia para esta questão em 2023.²⁶⁷

Prioridades compartilhadas

Comparando os principais objetivos e áreas prioritárias das iniciativas (ver tabelas 3 e 4), para os três pilares da sustentabilidade, as questões que são mais frequentemente priorizadas são:

- Ambiental: o impacto do cultivo do petróleo nas florestas e turfeiras e, associado a isso, a mitigação climática;
- Social: direitos à terra e aos recursos e direitos dos trabalhadores;
- Econômico: meios de subsistência, principalmente no que diz respeito aos pequenos agricultores, mas também em relação às oportunidades de emprego.

Essas podem ser vistas como refletindo duas narrativas; um centrado no papel do setor na criação de empregos e no apoio aos meios de subsistência; e o outro centra-se no impacto do cultivo de óleo de palma nas florestas e turfeiras, e nas implicações disso para as comunidades rurais e os povos indígenas, bem como para a biodiversidade e as mudanças climáticas.

Assim, com base na narrativa anterior, uma série de iniciativas visam aumentar a produção e a procura de óleo de palma, a fim de proporcionar empregos, uma fonte de rendimento para os pequenos agricultores e receitas governamentais. Por exemplo, isto é priorizado pelos governos do Estado de Edo na Nigéria, Indonésia e Colômbia. Em contraste, com base nesta última narrativa, a UE legislou com o objetivo de reduzir a procura europeia de óleo de palma, cuja produção tem sido associada ao desmatamento.

Essas narrativas foram frequentemente, e continuam a ser, vistas como estando em conflito. No entanto, existem áreas de alinhamento entre estas duas narrativas em relação às áreas de intervenção que são priorizadas. Assim, foi dada prioridade à melhoria das práticas agrícolas para aumentar os rendimentos, tanto para melhorar os resultados econômicos como para reduzir a pressão sobre as florestas. Na verdade, esta é uma abordagem priorizada pelo setor privado, cujos interesses abrangem estas duas narrativas. Assim, estão preocupados não só em garantir o fornecimento futuro de óleo de palma, mas também em cumprir os requisitos do mercado para excluir a desflorestação das suas cadeias de abastecimento.

Apoiar a inclusão dos pequenos agricultores é outra área de intervenção onde parece haver algum alinhamento, no entanto, muitas vezes significa coisas muito diferentes para pessoas diferentes. Assim, para alguns, a inclusão implica permitir a participação nas cadeias de abastecimento, enquanto para outros, significa permitir a participação na tomada de decisões e na elaboração de políticas.

²⁶⁷ <https://rspo.org/a-living-wage-rspos-strategic-direction/>

Os direitos dos trabalhadores são uma questão sobre a qual também existe algum alinhamento. Isto é amplamente (se não universalmente) priorizado e é uma questão que não entra em conflito com outras questões de sustentabilidade. Os direitos dos trabalhadores são principalmente considerados no que diz respeito às condições de trabalho, incluindo salários e disposições contratuais.

O alinhamento também pode ser encontrado com alguns dos aspectos políticos da sustentabilidade, refletindo a sua natureza transversal. Assim, há um amplo reconhecimento da necessidade de melhorar tanto a transparência como a aplicação da lei e o cumprimento da lei no setor. A melhoria da disponibilidade e do acesso aos dados é priorizada como parte dos esforços para apoiar os pequenos agricultores, para incentivar o investimento e para eliminar o desmatamento das cadeias de abastecimento.

Lacunas

Embora o escopo de muitas iniciativas tenha se ampliado, há uma série de aspectos da sustentabilidade que recebem pouca ou nenhuma atenção.

No que diz respeito às questões ambientais, a poluição causada por produtos agroquímicos recebe relativamente pouca atenção, embora seja parte integrante das práticas agrícolas e, portanto, as intervenções nesta área abrangeriam esta questão até certo ponto. A área de resiliência e adaptação às alterações climáticas também não é mencionada com frequência, apesar das evidências crescentes da vulnerabilidade do setor aos efeitos das alterações climáticas.²⁶⁸

No pilar social, embora o bem-estar e os direitos da comunidade sejam cada vez mais destacados, não é feita qualquer menção específica às questões culturais. Relacionado com isto, relativamente pouca menção é feita à diversidade dos meios de subsistência.

Além disso, os preços e a distribuição de valor ao longo da cadeia de abastecimento recebem pouca atenção, embora as discussões sobre o rendimento digno tenham subido na agenda nos últimos anos. O aumento do rendimento tende a ser a principal via através da qual se pretende melhorar o rendimento dos agricultores, em vez de uma potencial reforma dos mecanismos e controles de preços.²⁶⁹ Pouca menção é feita também ao cumprimento e aplicação do regime fiscal, nem aos regimes de partilha de benefícios para o setor.

²⁶⁸ Murphy, D. J., et al. (2021) O óleo de palma na década de 2020 e além: desafios e soluções. CABI Agricultura e Biociências, 39, Artigo 2. <https://cabiagbio.biomedcentral.com/articles/10.1186/s43170-021-00058-3>; Voora, V. et al. (2023) Preços do óleo de palma e sustentabilidade. Relatório de Mercado Global, IISD & SSI. <https://www.iisd.org/system/files/2023-06/2023-global-market-report-palm-oil.pdf>

²⁶⁹ Solidariedade (2022) Barômetro do Óleo de Palma. https://www.solidaridadnetwork.org/wp-content/uploads/2022/09/Palm-Oil-Barometer-2022_solidaridad.pdf; Voora, V. et al. (2023)

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
QUESTÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Proteção e gestão de ecossistemas (desmatamento; proteção de turfeiras; ecossistemas com alto estoque de carbono (HCS)) Mitigação climática Proteção da biodiversidade (e ecossistemas de alto valor de conservação (HCV))	Condições e direitos de trabalho Direitos de terras e recursos (IPLCs)	Meios de subsistência (pequenos produtores) Investimento	Transparência Conformidade e aplicação legal
QUESTÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Restauração Resiliência climática Gestão da água Conservação do solo Resíduos e produtos químicos	Igualdade e discriminação Comunidades – partilha de benefícios; instituições; infraestrutura social Segurança alimentar	Preços e prêmios	Participação na elaboração de políticas Pesquisa e treinamento Quadro institucional Quadro jurídico e político
QUESTÕES NÃO PRIORIZADAS		Cultura	Impostos	Gestão financeira

Tabela 3: Frequência das questões citadas como objetivos prioritários nas iniciativas de sustentabilidade do óleo de palma

Legenda: Questões mais frequentemente priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; questões também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes;

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
AÇÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	<p>Proteção de florestas e ecossistemas</p> <p>Melhoria das práticas agrícolas (incluindo produção climaticamente inteligente)</p> <p>Planejamento e gestão do uso da terra</p>	<p>Devida diligência para riscos de direitos humanos</p>	<p>Aumento da produtividade/rendimento</p> <p>Promover a certificação</p>	<p>Monitoramento de impactos (incluindo monitoramento por satélite)</p> <p>Rastreabilidade e transparência das cadeias de abastecimento</p> <p>Envolvimento de múltiplas partes interessadas</p> <p>Investir em pesquisa e inovação</p>
AÇÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	<p>Redução das emissões de GEE nas operações</p> <p>Promover o óleo de palma como energia renovável</p> <p>Restauração de florestas/ecossistemas</p> <p>Uso eficiente dos recursos naturais (incluindo água)</p> <p>Prevenção e gestão de incêndios</p> <p>Controle de pragas integrado</p> <p>Manejo do solo</p> <p>Prevenção e mitigação da poluição</p> <p>Monitoramento</p> <p>Conformidade com as leis ambientais</p> <p>Devida diligência para riscos ambientais</p>	<p>Medidas/reparação de disputas</p> <p>Esclarecimento/legalização da posse da terra</p> <p>Empoderamento de grupos locais e indígenas</p> <p>Formação dos trabalhadores</p> <p>Igualdade/inclusão para pessoas marginalizadas (incluindo mulheres)</p> <p>Reforma legal (das regulamentações trabalhistas)</p>	<p>Treinamento/extensão para pequenos produtores</p> <p>Inclusão de pequenos agricultores em sistemas de produção/cadeias de abastecimento</p> <p>Promover/permitir o investimento</p> <p>Melhoria das práticas agrícolas</p> <p>Promoção do óleo de palma</p> <p>Desenvolvimento de novas tecnologias</p> <p>Uso/desenvolvimento de subprodutos</p>	<p>Conformidade/aplicação legal</p> <p>Reforma jurídica</p> <p>Reforma/fortalecimento institucional</p> <p>Maior acesso a informações políticas</p> <p>Colaboração e coordenação internacional</p>

Tabela 4: Frequência das ações citadas como áreas prioritárias para intervenção em iniciativas de sustentabilidade do óleo de palma
Legenda: Ações mais priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; ações também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes

Revisão da literatura: resumo das evidências sobre o nível de implementação e impacto

Impacto: evidências para o alcance de seus objetivos sociais, ambientais e econômicos

As evidências disponíveis para três questões são aqui consideradas – meios de subsistência dos pequenos agricultores e comunidades rurais, impactos nas florestas e nos ecossistemas e direitos dos trabalhadores. Grande parte das evidências vem da Indonésia, refletindo a posição do país como o maior produtor de óleo de palma. O impacto de iniciativas específicas não é avaliado aqui. Isto exigiria um estudo mais aprofundado e seria um desafio dadas as múltiplas interações entre iniciativas.

O impacto do cultivo de óleo de palma nos **meios de subsistência de pequenos agricultores e comunidades rurais** tem sido altamente variável, dependendo do tipo de modelos de produção e do contexto socioeconômico e de governança.²⁷⁰ Esta variação pode existir a um nível muito local, uma vez que em muitas paisagens existe um complexo de desenvolvimentos de óleo de palma, nos quais os pequenos agricultores e as comunidades estão envolvidos de diversas maneiras. Consequentemente, os seus impactos podem ser específicos para indivíduos ou grupos específicos.

Embora seja amplamente divulgado que a adoção do óleo de palma melhorou o rendimento de muitos pequenos agricultores e contribuiu para a redução da pobreza, isto tem sido por vezes feito à custa da equidade social, com os agricultores e proprietários de terras mais ricos a beneficiarem mais.²⁷¹ Além disso, nos casos em que os pequenos agricultores se tornaram fortemente dependentes do óleo de palma, isso por vezes reduziu a resiliência econômica devido à volatilidade dos preços da cultura,²⁷² embora num outro estudo tenha sido relatada uma redução no risco econômico.²⁷³

Foram encontradas diferenças no impacto econômico do cultivo de óleo de palma nas comunidades, dependendo da medida em que elas estão envolvidas na agricultura comercial. Assim, pesquisas na Indonésia relataram que nas comunidades com ligações estabelecidas aos mercados, o cultivo de

²⁷⁰ Dharmawan, A.H., et al. (2020) Dinâmica da economia rural: Uma compreensão socioeconômica da expansão do óleo de palma e das mudanças na paisagem em Kalimantan Oriental, Indonésia. *Terra* 9(7), 213; <https://doi.org/10.3390/land9070213>; Aubert, P. et al. (2017) Implementação e eficácia de iniciativas de sustentabilidade no setor do óleo de palma: uma revisão. Estudo IDDRI, nº 11/17, outubro de 2017.

https://www.iddri.org/sites/default/files/import/publications/st1117_pma-et-al._oil-palm-southeast-asia.pdf; Mehraban, N., et al. (2021) Cultivo de óleo de palma, bem-estar das famílias e exposição ao risco econômico no setor de pequenas explorações agrícolas da Indonésia. *Revista de Economia Agrícola* 72(3), 901–915. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1477-9552.12433>

²⁷¹ Ayompe, L.M. et al. (2020) Rumo à produção sustentável de óleo de palma: Os impactos positivos e negativos nos serviços ecossistêmicos e no bem-estar humano. *Periódico de Produção Mais Limpa*, Vol. 278.

<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123914>; Castellanos-Navarette, A. et al. (2021) O impacto do óleo de palma nos meios de subsistência rurais e nas paisagens de florestas tropicais na América Latina. *Revista de Estudos Rurais* 81: 294-304. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.047>; Jezeer, R. et al. (2019) Melhorando a inclusão dos pequenos agricultores na produção de óleo de palma — uma revisão global. *ETFRN News*, 59. Tropenbos.

<https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn-news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>; Potter, L. (2020) O desenvolvimento do óleo de palma na Colômbia em tempos de guerra e “paz”: mitos, facilitadores e as realidades díspares do controle de terras. *Revista de Estudos Rurais*, 78: 491-502. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.035>;

²⁷² Cadman et al. (2019) Tornando o óleo de palma sustentável e inclusivo: incentivos e desincentivos na Indonésia. *Notícias ETFRN*, 59. Tropenbos.

<https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn-news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>; Slingerland, M. et al. (2019) Melhorando a inclusão dos pequenos agricultores através da integração do óleo de palma nas culturas. *Notícias ETFRN*, 59. Tropenbos.

<https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn-news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>;

²⁷³ Mehraban, N., et al. (2021)

óleo de palma teve alguns impactos econômicos positivos, mas o oposto foi encontrado em comunidades baseadas na subsistência.²⁷⁴

A distribuição de terras e a eficácia da governação fundiária são outro fator que influencia os impactos nas comunidades. Por exemplo, na Colômbia, a distribuição desigual de terras, em conjunto com uma governação fraca, levou à deslocação de agricultores para plantações de óleo de palma em grande escala.²⁷⁵

A investigação documentou o papel da formação e da sensibilização para os pequenos agricultores, a existência de cooperativas e associações comunitárias eficazes, bem como os direitos legais à terra, para ajudar a garantir resultados mais positivos do cultivo de óleo de palma.²⁷⁶

O papel da certificação na melhoria dos resultados não é claro. Embora algumas pesquisas tenham descoberto que a certificação está associada ao aumento da produtividade e da renda,²⁷⁷ em outros lugares os benefícios eram incertos ou mistos.²⁷⁸ Por exemplo, na Colômbia descobriu-se que as pequenas propriedades certificadas obtinham preços mais elevados e pagavam salários mais elevados, mas empregavam menos trabalhadores.²⁷⁹

Além disso, a adesão a certificação continua baixa, especialmente entre os pequenos agricultores. Em 2021, cerca de 20% da produção mundial foi certificada no âmbito do esquema RSPO.²⁸⁰ Em termos de área terrestre, em 2021, 4,5 milhões de hectares foram certificados pela RSPO, e as mesmas áreas foram certificadas pela ISPO na Indonésia (equivalente a pouco mais de um quarto das plantações de óleo de palma do país),²⁸¹ e 1,9 milhão de hectares foram certificados pela ISCC.²⁸²

A adesão a certificação é particularmente baixa entre os pequenos agricultores e ainda mais entre os de menor e menor capacidade. Por exemplo, dos cerca de 7 milhões de pequenos agricultores envolvidos na produção de óleo de palma, 165 mil são certificados pela RSPO.²⁸³ Assim, a sua eficácia como instrumento para combater a pobreza tem sido limitada.

No que diz respeito ao impacto do cultivo de óleo de palma nas **florestas e na biodiversidade**, apesar dos governos e do setor privado assumirem uma série de compromissos para eliminar o desmatamento, a produção desta cultura continua a estar associada à perda de florestas e de outros

²⁷⁴ Santika, T. et al. (2019) A agricultura do óleo de palma ajuda a aliviar a pobreza? Uma avaliação contrafactual multidimensional do desenvolvimento do óleo de palma na Indonésia. *Desenvolvimento Mundial* 120: 105-117, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.04.012>

²⁷⁵ Castellanos-Navarette, A. et al. (2021); Furumo, P.R. & T.M. Aide (2017) Caracterizando a expansão comercial do óleo de palma na América Latina: mudança no uso da terra e comércio. *Cartas de Pesquisa Ambiental* 12(2), DOI 10.1088/1748-9326/aa5892

²⁷⁶ Ichsan, M. et al. (2021) Pequenos produtores de óleo de palma no limite: por que as parcerias comerciais precisam ser redefinidas. SPOS Indonésia. <https://sposindonesia.org/wp-content/uploads/2021/07/28.-eng-Oil-palm-smallholders-on-the-edge-Why-business-partnerships.pdf>; Maat, H. et al. (2019) Boas práticas agrícolas no óleo de palma e inclusão de pequenos agricultores na Indonésia. *Notícias ETRN*, 59. Tropenbos. <https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn+news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>

²⁷⁷ Morgans, C.L. et al. (2018) Avaliando a eficácia da certificação do óleo de palma na concretização de múltiplos objetivos de sustentabilidade. *Cartas de Pesquisa Ambiental* 13(6), DOI 10.1088/1748-9326/aac6f4

²⁷⁸ Jezeer, R. et al. (2019)

²⁷⁹ Furumo, P.R. et al. (2020) Evidências de campo de resultados positivos de certificação em práticas de manejo de pequenos produtores de óleo de palma na Colômbia. *Periódico de Produção Mais Limpa* 245, 118891, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118891>

²⁸⁰ Relatório de impacto da RSPO, 2022. Disponível em: <https://rspo.org/resources/?id=23841>

²⁸¹ <https://gapki.id/en/news/20739/gapki-4-53m-ha-palm-oil-plantations-certified-with-ispo>

²⁸² Relatório de Impacto ISCC, 2022. Disponível em: <https://www.iscc-system.org/wp-content/uploads/2022/07/ISCC-Impact-Report-2022.pdf>

²⁸³ Relatório de Impacto ISCC, 2022. Disponível em: <https://rspo.org/resources/?id=23841>

ecossistemas.²⁸⁴ Dos três países aqui considerados, o desmatamento é um problema principalmente na Indonésia – na Colômbia, a maior parte do cultivo de óleo de palma ocorre em terras degradadas²⁸⁵; e na Nigéria, embora o óleo de palma tenha sido associado ao desmatamento,²⁸⁶ não é um fator importante.²⁸⁷

A Indonésia conseguiu reduções significativas no desmatamento impulsionado pelo setor²⁸⁸ do óleo de palma, resultado em grande parte da implementação de uma moratória sobre turfeiras e do aumento do investimento na aplicação da lei. No entanto, o desmatamento continua, tanto planejado quanto ilegal.²⁸⁹

Existem algumas evidências de que a certificação reduziu a perda de florestas e de biodiversidade; no entanto, estes impactos são frequentemente pequenos e não universais.²⁹⁰ Por exemplo, uma pesquisa realizada na Indonésia relatou que, embora o desmatamento fosse menor nas plantações certificadas, essas plantações normalmente tinham menos floresta quando foram certificadas.²⁹¹ Outra investigação, também na Indonésia, não encontrou diferenças na incidência de incêndios ou na biodiversidade entre plantações certificadas e não certificadas.²⁹² Na Colômbia, descobriu-se que as plantações certificadas reservaram mais áreas para conservação.²⁹³

No que diz respeito aos **direitos dos trabalhadores**, o trabalho forçado tem sido relatado como um problema no setor.²⁹⁴ Riscos específicos têm sido associados à utilização de trabalhadores migrantes, à prevalência da subcontratação e aos baixos níveis de sindicalização (este último na Colômbia).²⁹⁵ Há algumas evidências de que a certificação melhorou as condições de trabalho para

²⁸⁴ Tropenbos Indonésia (2020) Nova ISPO – Uma nova esperança para fortalecer a governança do óleo de palma? Resumo informativo, Outubro de 2020. <https://www.tropenbos-indonesia.org/resources/publications/new+ispo:+a+new+hope+to+strengthen+oil-palm+governance%3F>

²⁸⁵ TFA (2022) Discussões direcionadas de especialistas técnicos (TTED) sobre desmatamento impulsionado por commodities e produção sustentável no Brasil e na Colômbia. Relatório resumido, Novembro de 2022. https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Uploads/TTED-final-report-ENG_2003-Latest.pdf

²⁸⁶ Ojo, G.U. (2017) O óleo de palma na paisagem mais ampla e as ameaças às florestas da Nigéria. Tropenbos, <https://www.tropenbos.org/resources/publications/oil+palm+in+the+wider+landscape+and+threats+to+nigeria%E2%80%99s+forests>

²⁸⁷ Vigilância Florestal Global, painel da Nigéria, <https://gfw.global/44OZnhv>

²⁸⁸ Gardner, T. & Y. Rylander (2022) A Indonésia registra progressos no sentido da desflorestação zero para produção de óleo de palma – mas os ganhos na proteção das florestas são frágeis. Blog, Instituto Ambiental de Estocolmo, 15 de setembro de 2022

<https://www.sei.org/featured/zero-palm-oil-deforestation/>

²⁸⁹ Wijaya, A. et al. (2019) A Indonésia está a reduzir a desflorestação, mas as áreas problemáticas permanecem. Blog Global de Observação Florestal, 24 de julho de 2019, <https://www.globalforestwatch.org/blog/data-and-research/indonesia-is-reducing-deforestation-but-problem-areas-remain/>; Gaveau D.L.A., et al. (2022) A desaceleração do desmatamento na Indonésia segue-se ao declínio da expansão do óleo de palma e à queda dos preços do petróleo. PLoS ONE 17(3), <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0266178>; <https://chainreactionresearch.com/the-chain-top-ten-deforesters-clear-8100-hectares-on-oil-palm-concessions-during-1h-2022-a-significant-increase-versus-2021/>

²⁹⁰ Meijaard, E., et al. (2020) Os impactos ambientais do óleo de palma no contexto. *Nat. Plantas* 6, 1418–1426. <https://doi.org/10.1038/s41477-020-00813-w>;

²⁹¹ Carlson, K. M., et al. (2018) [Efeito da certificação de sustentabilidade do óleo de palma no desmatamento e nos incêndios na Indonésia](https://doi.org/10.1073/pnas.1704728114). *Anais da Academia Nacional de Ciências*, 115(1), 121-126. <https://doi.org/10.1073/pnas.1704728114>

²⁹² Morgans, C.L. et al. (2018)

²⁹³ Furumo, P.R. et al. (2020) Evidências de campo de resultados positivos de certificação em práticas de manejo de pequenos produtores de óleo de palma na Colômbia. *Periódico de Produção Mais Limpa* 245, 118891, <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118891>;

²⁹⁴ Coalizão de Direitos Humanos da CGF – Trabalhando para acabar com o trabalho forçado. Estrutura da jornada de maturidade para a implementação de sistemas HRDD focados no trabalho forçado em cadeias de suprimentos de óleo de palma: Versão 1.0, outubro de 2022 <https://www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/2022/10/2022-HRC-HRDD-Framework-for-Palm-Oil.pdf>

²⁹⁵ Associação de Trabalho Justo (2018) Avaliando os riscos do trabalho forçado no setor de óleo de palma na Indonésia e na Malásia. Um relatório de pesquisa para o Fórum de Bens de Consumo. Novembro de 2018.

os trabalhadores do setor imobiliário na Colômbia.²⁹⁶ No que diz respeito à provisão de salários dignos, o progresso na consecução deste objetivo tem sido lento em todas as partes do mundo. Por exemplo, poucas empresas cumpriram a norma da RSPO para aplicar a Estrutura da Coalizão Global pelo Salário Digno (GLWC).²⁹⁷

Desafios enfrentados para alcançar o impacto

Embora tenham sido feitos progressos na melhoria da sustentabilidade no setor do óleo de palma, estes não foram suficientes. Uma série de fatores tem sido identificada que têm dificultado melhorias.

Aumentar os níveis de **certificação de sustentabilidade** no setor tem sido, e continua sendo, prioridade para muitas iniciativas. Apesar disso, como observado acima, a adesão permanece baixa. Um dos motivos para isso é a falta de demanda por produtos certificados e, portanto, a falta de um prêmio de preço.²⁹⁸ Em 2021, pouco mais de 60% do óleo de palma certificado RSPO foi vendido como tal – embora essa proporção esteja aumentando (esse número era de pouco mais de 50% em 2019).²⁹⁹ A menos que existam incentivos econômicos para a certificação, sua adoção permanecerá baixa, especialmente entre os pequenos agricultores, para os quais o preço é a principal motivação para a certificação.³⁰⁰

Os pequenos agricultores enfrentam desafios específicos para obter a certificação, como tem sido amplamente documentado. Assim, eles têm capacidade e recursos limitados, e também podem enfrentar barreiras como a falta de posse legal ou o não acesso ao crédito.³⁰¹ Tanto a RSPO como a ISPO procuraram resolver esta questão através da adaptação das suas normas e da disponibilização de apoio e formação aos pequenos agricultores.³⁰² No entanto, dado o número de pequenos agricultores envolvidos no setor (estimado em 7 milhões), os recursos continuam insuficientes. Assim, o apoio a esta parte do setor tem de ser reforçado.

https://www.theconsumergoodsforum.com/wp-content/uploads/2018/11/201811-CGF-FLA-Palm-Oil-Report-Malaysia-and-Indonesia_web.pdf; Quiroz, D., et al. (2021) Análise do Setor: Óleo de Palma Latino-Americano. CNV Internacional e Profundo.

²⁹⁶ Potter, L. (2020);

²⁹⁷ POIG (2023a) O Salário Digno. Um bloco de construção crucial para os produtores responsáveis de óleo de palma. Grupo de inovação em óleo de palma. <https://poig.org/wp-content/uploads/2023/04/POIG-Publication-Living-Wage-2023-web.pdf>

²⁹⁸ Solidariedade (2022); (2023)

²⁹⁹ Relatório de Impacto RSPO 2022, <file:///Users/Alison/Downloads/RSPO-Impact-Report-2022-4.pdf>

³⁰⁰ Furumo, P.R. et al. (2020)

³⁰¹ Solidariedade (2022); Jezeer, R. et al. (2019); Calderon, D. & C.A. Perez (2019) Pequenos produtores de óleo de palma contribuindo para a paz e a sustentabilidade na Colômbia. ETRN News, 59. Tropenbos.

<https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn+news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>;

Dharmawan, A. et al. (2021) As restrições agrárias, estruturais e culturais da prontidão dos pequenos agricultores para a implementação de padrões de sustentabilidade: o caso do óleo de palma sustentável da Indonésia em Kalimantan Oriental. Sustentabilidade 13, 2611. <https://doi.org/10.3390/su13052611>;

Ichsan, M. et al. (2021); Bakhtary, H. et al. (2021)

Promovendo a produção sustentável de óleo de palma por pequenos agricultores independentes na Indonésia:

Perspectivas de atores não estatais. Foco Climático e Instituto Meridian. https://merid.org/wp-content/uploads/2021/02/Indonesian-Palm-Oil-Smallholders_Briefing-Paper.pdf;

Watts, J. et al. (2021) Desafios enfrentados pelos pequenos agricultores para alcançar a certificação sustentável do óleo de palma na Indonésia.

Desenvolvimento Mundial 146, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105565>; Jaramillo, M. et al. (2020) Cumprindo os Acordos de Desmatamento Zero na Colômbia. Barreiras e oportunidades. Solidariedade, Foco Climático, Aliança pelas Florestas Tropicais. https://climatefocus.com/wp-content/uploads/2022/06/TFAColombia_ComplyingWithZeroDeforestationAgreements.pdf;

³⁰² No ISPO, consulte: EFCA (2020) Esquemas de certificação de óleo de palma: ISPO. Março de 2020,

<https://www.efeca.com/wp-content/uploads/2020/03/Certification-Scheme-ISPO-Infobriefing-5-Part-2-Final.pdf>;

Sobre RSPO veja: Selvaraj, A. & F. Richards (2019) A visão e o progresso da RSPO em direção à inclusão. Notícias ETRN, 59.

Tropenbos. <https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn+news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>

Mais fundamentalmente, a posição dos pequenos agricultores no setor é muitas vezes marginal. A necessidade **de uma maior inclusão dos pequenos agricultores** no setor é amplamente reconhecida. Apesar disso, sua implementação continua insuficiente. Por exemplo, em poucas iniciativas multissetoriais há uma representação adequada dos pequenos agricultores, limitando sua capacidade de informá-los e moldá-los.³⁰³

Dentro do setor privado, embora muitas empresas tenham implementado **modelos de negócios mais inclusivos** e diferentes abordagens estejam sendo exploradas, elas geralmente têm escopo limitado. Assim, a inclusão só pode ser definida em termos de envolvimento de pequenos agricultores em cadeias de abastecimento ou de oferta de oportunidades de mercado, por exemplo, através de relações contratuais ou da oferta de formação técnica ou recursos. Isto contrasta com um conceito mais amplo de inclusão, que permitiria aos pequenos agricultores ter uma palavra a dizer sobre seu envolvimento no setor, sobre seus modos de produção e sobre os preços.³⁰⁴

Foi necessária uma maior atenção ao reforço das cooperativas de produtores e de outras instituições a nível local, uma vez que estas se revelaram um meio eficaz de aumentar a voz dos pequenos agricultores no setor e de lhes conferir maior poder de negociação.³⁰⁵ Além disso, foi salientada a necessidade de as empresas investirem em relações comerciais de longo prazo, em vez da prestação de assistência técnica a curto prazo.³⁰⁶

Uma consequência desse engajamento limitado é o foco contínuo no cultivo do óleo de palma como monocultura e na "atualização" dos pequenos agricultores para atender às necessidades dos mercados de exportação.³⁰⁷ Isto apesar de muitos pequenos agricultores quererem manter sistemas agrícolas diversificados.³⁰⁸

Um outro reflexo da posição marginal de muitos pequenos agricultores no setor está na distribuição de valor ao longo da cadeia de suprimentos, com os pequenos agricultores recebendo uma parte desproporcionalmente pequena dos lucros.³⁰⁹ A necessidade de o óleo de palma proporcionar uma renda digna para aqueles que se dedicam ao setor subiu na agenda, mas ainda não está conseguindo fazê-lo para muitos.³¹⁰ A falta de transparência sobre os preços por parte dos transformadores e fabricantes é um dos fatores subjacentes a esta situação, uma vez que dificulta negociações justas sobre o preço.³¹¹ Os preços também são determinados principalmente pelos mercados internacionais; estes têm sido voláteis, e os rendimentos de vida não têm sido alcançados por muitos produtores em momentos de preços baixos (embora os governos da Colômbia e da Indonésia tenham introduzido controlos de preços para tentar mitigar o impacto disso).³¹²

³⁰³ Solidariedade (2022)

³⁰⁴ (2019); (2021); Jezeer, R. e colaboradores (2019); Purwanto, E. & D. Tjawikrama (2019) O papel das assembleias de aldeia na superação de barreiras à inclusão de pequenos agricultores: exemplos da Indonésia. EFRN News, 59. Tropenbos. <https://www.tropenbos.org/resources/publications/etfrn-news+59:+exploring+inclusive+palm+oil+production>;

³⁰⁵ Purwanto, E. & D. Tjawikrama (2019); Maat e colaboradores (2019);

³⁰⁶ Solidariedade (2022)

³⁰⁷ Solidariedade (2022); Potter, L. (2020);

³⁰⁸ (2019); Quiroz, D., et al (2021);

³⁰⁹ Rijk, G. et al. (2021) FMCGs e varejo obtêm 66% dos lucros brutos na cadeia de valor do óleo de palma, <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2021/06/FMCGs-Retail-Earn-66-of-Gross-Profits-in-Palm-Oil-Value-Chain.pdf>; Voora, V. et al. (2023)

³¹⁰ Solidariedade (2022)

³¹¹ (2021); (2021); Sri Rahayu, N., et al. (2022). Exclusão de pequenos agricultores na indústria de óleo de palma da Indonésia. ConhecimentoE Ciências Sociais, 1158–1182. <http://doi.org/10.18502/kss.v7i9.11010>

³¹² (2023) EIA (2022) Criando clareza. Uma análise dos desafios e oportunidades do novo sistema de certificação de óleo de palma sustentável da Indonésia (ISPO). <https://eia-international.org/report/creating-clarity-an-analysis-of-the-challenges-and-opportunities-in-the-new-indonesian-sustainable-palm-oil-ispo-certification-scheme/>

Também foram feitas perguntas sobre até que ponto o setor está apoiando o desenvolvimento por meio da arrecadação e redistribuição de receitas pelo governo. Por exemplo, o regime de baixa tributação da Indonésia para o óleo de palma potencialmente reduz os benefícios a serem compartilhados com as comunidades impactadas pelas plantações.³¹³

Como mencionado acima, o **contexto mais amplo de governança** tem um papel importante na determinação do impacto do setor nos resultados de sustentabilidade. O reconhecimento de que determinados projetos ou iniciativas focados em unidades de gestão só podem ter um impacto limitado reflete-se na mudança para abordagens paisagísticas ou jurisdicionais. Por exemplo, a conservação de algumas espécies requer um planeamento mais amplo da utilização dos solos, de modo a que os habitats possam ser ligados, ao passo que a melhoria dos meios de subsistência pode exigir o fornecimento de instalações de saúde e educação e de infraestruturas de transportes para permitir o acesso ao mercado.³¹⁴

Alguns dos fatores de governança que foram identificados como dificultando o progresso incluem a fraca aplicação da lei,³¹⁵ particularmente no que diz respeito à governança fundiária. Deslocamentos de comunidades rurais e conflitos ligados às plantações de óleo de palma foram relatados na Colômbia,³¹⁶ Indonésia³¹⁷ e Nigéria.³¹⁸

Lacunas e oportunidades

Com base na revisão da literatura, uma série de questões pode ser identificada onde uma maior atenção poderia ser útil.

- Deve ser dada maior atenção à exploração e avaliação de diferentes tipos de sistemas de produção, em particular, para determinar a sua adequação a diferentes contextos sociais e culturais, bem como a sua resiliência às alterações climáticas.
- A posição dos pequenos agricultores no setor continua a ser marginalizada. É necessária uma maior exploração do impacto dos diferentes acordos e modelos empresariais na equidade e na inclusão, a fim de identificar e partilhar as melhores práticas. A exploração das maneiras pelas quais os governos podem apoiar modelos bem-sucedidos – por exemplo, o papel de subsídios, incentivos fiscais ou campanhas de informação – também é necessária para ajudar no desenvolvimento de estratégias para ampliá-los.
- Fortalecer a voz dos pequenos agricultores e das comunidades rurais exigirá a ampliação dos recursos e a melhoria da eficácia das intervenções. Tal seria facilitado por uma melhor coordenação entre os intervenientes públicos e privados nos seus esforços para reforçar as capacidades.
- O preço do óleo de palma é determinado principalmente pelos mercados internacionais e não reflete os impactos ambientais e sociais de sua produção. É necessária investigação para explorar formas de as questões de sustentabilidade se refletirem no preço, tais como direitos de importação ou exportação, requisitos de preços mínimos, etc., a fim de garantir a provisão de rendimentos de vida e o incentivo a práticas sustentáveis.

³¹³ (2019)

³¹⁴ Morgans, C.L. et al. (2018)

³¹⁵ TFA (2022)

³¹⁶ Castellanos-Navarette, A. et al (2021); Potter, L. (2020); Quiroz, D., et al (2021); TFA (2022);

³¹⁷ Abram, N.K. et al. (2017) Mapeamento de conflitos entre comunidades de óleo de palma na Indonésia: um caso para uma melhor ligação comunitária no planeamento de iniciativas de desenvolvimento. *Geografia Aplicada* 78, 33-44; <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2016.10.005>; Ichsan, M. et al. (2021); Li, T.M. (2015) Impactos sociais do óleo de palma na Indonésia: uma perspectiva de gênero de Kalimantan Ocidental. Documento Ocasional 124. Bogor, Indonésia: CIFOR. https://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-124.pdf

³¹⁸ Ojo, G.U. (2017)

- A melhor forma de conceber os regimes fiscais e de repartição de benefícios para maximizar o papel do setor do óleo de palma no apoio ao desenvolvimento rural tem sido pouco explorada. A exploração de diferentes modelos e dos seus impactos poderia ser utilizada para reforçar os regimes existentes e informar os responsáveis pela implementação das reformas.
- As implicações da produção e do consumo de óleo de palma para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as alterações climáticas, a nível nacional, regional e global, carecem de maior consideração para o desenvolvimento de estratégias equitativas e resilientes de utilização dos solos a nível nacional e para informar as estratégias globais para o setor.
- Com a probabilidade de a migração aumentar, a redução dos riscos de violações trabalhistas para os trabalhadores migrantes se tornará uma questão mais urgente. A atenção a esta questão também deverá aumentar, sendo esta uma área de maior enfoque legislativo em alguns mercados consumidores.

ANEXO 4 - MADEIRA

Introdução

O presente anexo analisa as perspectivas e as abordagens da produção sustentável de madeira e de fibras de madeira. Identifica pontos de alinhamento e divergência em relação aos princípios para a produção sustentável. Também fornece os resultados de uma revisão da literatura sobre as várias iniciativas, normas e esquemas de certificação para a madeira, resumindo as evidências disponíveis sobre seu impacto e os fatores que influenciam isso.

O anexo abrange o Canadá, a Indonésia e a Alemanha enquanto produtores de madeira e considera igualmente os instrumentos políticos da UE, do Japão e dos EUA relacionados com a importação de madeira.

A revisão da literatura concentra-se principalmente na Indonésia e no Canadá, com informações limitadas sobre a Alemanha. Isso porque a revisão foi limitada ao material em inglês. Relativamente ao Canadá, embora a maior parte do texto se aplique a nível nacional, quando são dados exemplos, estes são sobretudo retirados da Colúmbia Britânica.

Definições e abordagens de sustentabilidade

Dentro do setor madeireiro, a sustentabilidade tem sido considerada principalmente em relação ao manejo florestal sustentável (SFM).³¹⁹ Assim, os objetivos de muitas iniciativas e intervenções são definidos em relação à extensão da floresta sob tais regimes, e não em termos de seus resultados, para o meio ambiente, a economia e a sociedade.

As principais iniciativas e seu escopo de engajamento estão resumidos na figura 4. Seus objetivos de sustentabilidade e prioridades de intervenção estão listados na matriz anexa.

		INSTITUIÇÕES/INICIATIVAS		
		PÚBLICO	SETOR PRIVADO	FERRAMENTAS
ESPAÇO (JURISDIÇÃO)	INTERNACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> UNFF Processo de Montreal ASEAN PLANO DE AÇÃO FLEGT ITTO FLORESTAS EUROPA 	<ul style="list-style-type: none"> Coalizão de Ação Positiva da Floresta (CGF) 	<ul style="list-style-type: none"> FSC PEFC
	NACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia REDD e NDC (IN) Estratégia Florestal (Alemanha) Estratégias Climáticas (Canadá) 		<ul style="list-style-type: none"> EUDR [regional] EUTR [regional] Lacey Act Clean Wood Act do Japão

Figura 4: Iniciativas de sustentabilidade da madeira e ferramentas abordadas neste relatório

³¹⁹ Cerutti, P. & R. Nasi (2020) Manejo Florestal Sustentável (SFM) de florestas tropicais úmidas: a Bacia do Congo. <http://dx.doi.org/10.19103/AS.2020.0074.41>

Nível internacional

A gestão sustentável das florestas foi um elemento central do Instrumento Não Juridicamente Vinculativo sobre todos os Tipos de Florestas (NLBI), adotado em 2007 pelo **Fórum das Nações Unidas sobre Florestas**.³²⁰ Isso foi reiterado no Plano Estratégico das Nações Unidas para as Florestas que se seguiu em 2017. Este estabelece um quadro para "gerir de forma sustentável todos os tipos de florestas e árvores fora das florestas e travar a desflorestação e a degradação florestal", com base em seis Objetivos Florestais Globais. Entre eles, os objetivos de: reverter a perda de cobertura florestal em todo o mundo por meio do manejo florestal sustentável; aumentar significativamente a área de florestas no âmbito de planos de gestão florestal a longo prazo; aumentar significativamente a proporção de produtos florestais provenientes de florestas geridas de forma sustentável; e mobilizar recursos significativos para financiar o SFM.³²¹

Da mesma forma, o **ITTO** trabalha para promover o manejo sustentável e a conservação das florestas tropicais e a expansão e diversificação do comércio internacional de madeira tropical proveniente de florestas manejadas de forma sustentável e extraídas legalmente.³²² A ITTO foi pioneira no desenvolvimento de critérios e indicadores (C&I) para o manejo sustentável de florestas tropicais naturais no início da década de 1990.

Posteriormente, estes informaram o desenvolvimento de normas para sistemas de certificação florestal, e C&I para florestas não tropicais também foram estabelecidos. A C&I para a gestão sustentável das florestas temperadas e boreais foi estabelecida no âmbito do **Processo de Montreal**,³²³ enquanto a **FOREST EUROPE** (Conferência Ministerial sobre a Proteção das Florestas na Europa) estabeleceu a C&I para as florestas europeias.³²⁴

Dentro das negociações climáticas da ONU, o **REDD+** foi estabelecido como um meio de enfrentar o desmatamento e a degradação florestal, ao mesmo tempo em que contribui para a manutenção e o aumento dos estoques de carbono florestal.³²⁵ Neste contexto, a gestão sustentável das florestas é reconhecida como um meio para alcançar estes objetivos, embora como parte de um conjunto de medidas que precisam de ser adotadas como parte de abordagens paisagísticas ou jurisdicionais.

A nível regional, a **ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático** tem vindo a trabalhar na silvicultura desde a década de 1970, com o objetivo de aumentar a competitividade dos produtos florestais da região, promover o comércio e um maior investimento do setor privado.³²⁶ O objetivo da cooperação no setor é "potenciar a gestão florestal sustentável para a produção contínua de bens e serviços florestais de forma equilibrada e garantir a proteção florestal e a conservação da diversidade biológica, bem como otimizar a sua utilização, compatível com a sustentabilidade social e ecológica".³²⁷

³²⁰ Assembleia Geral das Nações Unidas (2007) Instrumento não juridicamente vinculativo sobre todos os tipos de florestas: resolução / adotada pela Assembleia Geral. <https://digitallibrary.un.org/record/614195>

³²¹ <https://www.un.org/esa/forests/news/2017/01/six-global-forest-goals/index.html>

³²² https://www.itto.int/about_itto/

³²³ <https://montreal-process.org/>

³²⁴ <https://foresteurope.org/workstreams/sustainable-forest-management/>

³²⁵ <https://unfccc.int/topics/land-use/workstreams/reddplus>

³²⁶ <https://forestry.asean.org/>

³²⁷ <https://forestry.asean.org/wp-content/uploads/2018/04/Strategic-Plan-of-Action-for-ASEAN-Cooperation-on-Forestry-2016-2025.pdf>

Do mesmo modo, a **FOREST EUROPE** trabalha para desenvolver "estratégias comuns para os seus 46 signatários sobre a forma de proteger e gerir de forma sustentável as suas florestas".³²⁸ Atualmente possui 3 fluxos de trabalho; sobre gestão sustentável das florestas, empregos verdes e educação; e o mecanismo pan-europeu de conhecimento do risco florestal. Este último foi criado em 2021 e visa fornecer informações e permitir a troca de conhecimento para apoiar a adaptação das florestas às mudanças climáticas e aumentar sua resiliência e potencial de mitigação.

Embora o SFM continuasse a ser considerado como um objetivo central, no início dos anos 2000 a atenção mudou para melhorar a aplicação da lei e a governança. Isso foi uma resposta à crescente conscientização de que as práticas ilegais estavam minando os esforços para implementar o manejo florestal sustentável. Na **UE**, o **Plano de Ação FLEGT** foi lançado em 2003. Buscava-se combater a extração ilegal de madeira e o comércio de madeira conexo. Embora a tónica fosse colocada na legalidade, a UE esperava promover a gestão sustentável das florestas, melhorar os meios de subsistência rurais e apoiar o desenvolvimento sustentável de uma forma mais ampla.³²⁹ Dois elementos centrais do Plano de Ação foram o desenvolvimento de acordos de parceria voluntários entre a UE e os países produtores de madeira e a introdução do regulamento da UE relativo à madeira, que proíbe a importação e a venda de madeira ilegal (ver mais pormenores abaixo).

Nível nacional

Na **Indonésia**, uma série de estratégias e reformas políticas foram implementadas com o objetivo de aumentar a sustentabilidade no setor florestal do país.

No âmbito do Plano de Ação FLEGT, a Indonésia estabeleceu um Acordo de Parceria Voluntário (APV) com a UE, com o objetivo de garantir que todas as importações de madeira [dos produtos abrangidos pelo âmbito de aplicação] para a UE a partir da Indonésia fossem legalmente produzidas e, além disso, de reforçar a aplicação da legislação e a governação no setor florestal.³³⁰ No preâmbulo, é referido que a implementação do acordo foi um meio para "reforçar a gestão sustentável das florestas e contribuir para combater as alterações climáticas através de... REDD+".

Foi tomada uma série de medidas no âmbito do APV, incluindo o desenvolvimento de um sistema nacional de localização da madeira, o SVLK, lançado em 2009. Foi desenvolvido através de um processo aprofundado e participativo. O foco principal do sistema é verificar a legalidade da madeira, mas também fornece garantia dos aspectos de sustentabilidade que são cobertos pelo marco legal. Nos últimos anos, o governo tem dado maior ênfase aos requisitos de sustentabilidade do sistema, isso motivado em parte pelo desenvolvimento da regulamentação da UE sobre desmatamento. Assim, em 2021, o nome do sistema de rastreamento foi alterado – de 'Sistema de Verificação de Legalidade da Madeira' para 'Sistema de Verificação de Sustentabilidade e Legalidade' – e uma série de revisões no sistema foram feitas, incluindo requisitos para verificação do cumprimento das disposições de sustentabilidade.³³¹

Os compromissos da Indonésia em matéria de alterações climáticas dependem fortemente do setor florestal. A estratégia para reduzir ainda mais as emissões do setor, conforme estabelecido na NDC reforçada do país, inclui a implementação do uso do solo e do ordenamento do território, e a gestão

³²⁸ <https://foresteurope.org/>

³²⁹ Comissão das Comunidades Europeias (2003), Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Aplicação da legislação, governação e comércio no setor florestal (FLEGT) – Proposta de plano de ação da UE, Maio de 2003, COM(2003) 0251 final, <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52003DC0251>

³³⁰ Acordo de Parceria Voluntário entre a União Europeia e a República da Indonésia sobre a aplicação da legislação, a governação e o comércio no setor florestal de produtos de madeira para a União Europeia, 2015. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A02014A0520%2802%29-20150801>

³³¹ https://flegtimm.eu/wp-content/uploads/Booklet_MFP4-Indonesia-Supplies-Responsibly-Sourced.pdf

florestal sustentável, incluindo a silvicultura social. Além disso, o controle da extração ilegal de madeira e o aumento do estabelecimento e da produtividade das plantações são identificados como estratégias para combater a degradação florestal.³³² Como parte de sua estratégia climática, a Indonésia também estabeleceu o objetivo de que seu setor florestal e de uso da terra se torne um sumidouro líquido até 2030.³³³ O objetivo é melhorar as práticas sustentáveis, a aplicação da lei e a conformidade, para fortalecer a governança florestal e fundiária e melhorar os meios de subsistência das pessoas dependentes da floresta.

No **Canadá**, a responsabilidade pelas florestas públicas é partilhada entre os níveis nacional e subnacional de governo. Os governos provinciais e territoriais têm jurisdição sobre a maioria das florestas do Canadá e são responsáveis pela aplicação de leis e regulamentos baseados em princípios de gestão sustentável das florestas. Existe também legislação federal que se aplica a todas as operações florestais.³³⁴ Em 2019, o Conselho de Ministros Florestais estabeleceu a seguinte visão para as florestas do país durante a década seguinte: "As práticas de gestão florestal sustentável do Canadá mantêm florestas resilientes e saudáveis que apoiam comunidades vibrantes, colaborações mais fortes com os povos indígenas e economias competitivas".³³⁵ Existem 5 áreas prioritárias para alcançar esta visão: colaboração com os povos indígenas; inovação; incêndios florestais e outros distúrbios; das Alterações Climáticas; e a reputação ambiental do Canadá.

O setor florestal do país também desempenha um papel central na estratégia climática do governo – conforme estabelecido no seu Quadro Pan-Canadiano sobre Crescimento Limpo e Alterações Climáticas,³³⁶ no seu Plano Climático Fortalecido para Criar Empregos e Apoiar Comunidades³³⁷ e no seu NDC³³⁸. A sua estratégia centra-se em: reflorestamento, com meta de plantio de 2 bilhões de árvores; proteção florestal, com a meta de proteger 30% de sua área até 2030; e transformação de seu setor florestal para estabelecer uma bioeconomia florestal líder mundial. O governo busca alcançar isso por meio da melhoria das práticas de manejo florestal, promovendo o uso de produtos madeireiros na construção civil e ampliando a produção de biomassa.

A visão da Estratégia **Florestal 2020 da Alemanha**³³⁹ é preservar e desenvolver florestas robustas que sejam adaptáveis às mudanças climáticas por meio de seu manejo sustentável. Além disso, através da "consideração equitativa das três dimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica e social)", o seu objetivo é "desenvolver um equilíbrio viável, adaptado às necessidades futuras, entre as crescentes exigências das florestas e o seu desempenho sustentável". Assim, as florestas dos países devem ser manejadas para suas múltiplas funções. Destaca a necessidade de o setor se adaptar às mudanças climáticas, mantendo simultaneamente empregos e fornecendo matérias-primas para as indústrias de madeira, papel e energia.

³³² Contribuição Nacionalmente Determinada Reforçada, 2022. <https://unfccc.int/NDCREG>

³³³ Ministério do Meio Ambiente e Florestas, 2022. Silvicultura e Outros Usos do Solo (FOLU) NET SINK 2030. Disponível em: <https://foresthints.news/indonesia-folu-net-sink-2030-operational-plan-released/>

³³⁴ <https://www.ncasi.org/resource/canadian-forestry-regulations-and-standards/>

³³⁵ CCFM (2019) A Shared Vision for Canada's Forests: Towards 2030. Canadian Council of Forest Ministers, <https://www.ccfm.org/releases/a-shared-vision-for-forests-in-canada-toward-2030/>

³³⁶ Governo do Canadá (2016) Quadro Pan-Canadense sobre Crescimento Limpo e Mudanças Climáticas. <https://www.canada.ca/en/services/environment/weather/climatechange/pan-canadian-framework.html>

³³⁷ Um ambiente saudável e uma economia saudável. Plano climático fortalecido do Canadá para criar empregos e apoiar comunidades (2020) <https://www.canada.ca/en/services/environment/weather/climatechange/climate-plan/climate-plan-overview/healthy-environment-healthy-economy.html>

³³⁸ Contribuição Nacionalmente Determinada do Canadá para 2021 no âmbito do Acordo de Paris.

https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Canada%27s%20Enhanced%20NDC%20Submission1_FINAL%20EN.pdf

³³⁹ <https://www.bmel.de/EN/topics/forests/forests-in-germany/forest-strategy-2020.html>

O governo também publicou uma Estratégia de Bioeconomia em 2021³⁴⁰, por meio da qual busca "fortalecer seu papel como líder da bioeconomia". Isso inclui os objetivos de: aproveitar o potencial da bioeconomia dentro dos limites ecológicos e estabelecer uma base sustentável de matérias-primas para a indústria".

Setor privado

Dentro do setor privado, as empresas que buscam aumentar a sustentabilidade de suas operações normalmente o fazem por meio da busca de certificação de terceiros. Em resposta à crescente preocupação com o desmatamento, houve uma mudança no sentido de se engajar além dos limites de suas concessões e, portanto, engajar-se no nível paisagístico ou jurisdicional.

Isso é visto na **Coalizão de Ação Positiva da Floresta** do Fórum de Bens de Consumo, que mudou seu foco principal de engajamento das cadeias de suprimentos para o nível de negócios, e de "livre de desmatamento" para "ação florestal positiva". Os negócios positivos para a floresta são descritos como aqueles que fazem "esforços sistêmicos para remover o desmatamento, a degradação florestal e a conversão das principais cadeias de suprimentos de commodities, ao mesmo tempo em que apoiam o manejo e a restauração florestais sustentáveis, para garantir que o negócio esteja impactando positivamente as florestas do mundo, apoiando os direitos dos trabalhadores e das comunidades locais e melhorando seus meios de subsistência". Dentro de seu roteiro para celulose, papel e embalagens à base de fibras (PPP) (sua prioridade inicial para o engajamento no setor florestal), o aumento da área de florestas certificadas é destacado como uma prioridade, ao mesmo tempo em que se engaja de forma mais ampla em questões de governança.³⁴¹

Ferramentas políticas

Há uma série de ferramentas que estão sendo usadas para promover a madeira sustentável. Isso inclui certificação, políticas de compras públicas e regulamentações comerciais ou de mercado.

A certificação tem sido uma das principais ferramentas para ampliar a implementação do SFM. Dois **sistemas de certificação** voluntária predominam no setor madeireiro – FSC e PEFC.

FSC,³⁴² fundada em 1993, tem como objetivo promover o manejo ambientalmente correto, socialmente benéfico e economicamente viável das florestas do mundo.³⁴³ A certificação FSC é baseada em 10 princípios, abrangendo legalidade, direitos dos trabalhadores, bem-estar das comunidades, direitos dos povos indígenas, conservação e aprimoramento dos serviços ecossistêmicos e manejo florestal para manter ou melhorar a viabilidade econômica de longo prazo, benefícios sociais e benefícios ambientais. Seus sites afirmam que "dá igual peso às câmaras econômicas, ambientais e sociais".

Desde sua fundação, a organização tomou medidas para ser mais representativa, por exemplo, com a criação de um comitê para os povos indígenas em 2013. Seus padrões também foram atualizados regularmente, com mudanças recentes, incluindo a integração dos princípios da OIT em seus

³⁴⁰

https://www.bmbf.de/SharedDocs/Publikationen/de/bmbf/FS/31617_Nationale_Biooekonomiestrategie_Langfassung_en.pdf?__blob=publicationFile&v=5

³⁴¹ <https://www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive/key-projects/commodity-specific-roadmaps-and-reporting/>

³⁴² <https://fsc.org/en/businesses/wood>

³⁴³ <https://fsc.org/sites/default/files/2020-12/FSC%20GLOBAL%20STRATEGY%202021-2026%20%28English%20version%29%20%282%29.pdf>

requisitos trabalhistas em 2020 e atualizações em seu padrão de grupo para melhorar o acesso dos pequenos agricultores, também em 2020.

PEFC³⁴⁴ foi criada em 1999 para proteger as florestas, promovendo a gestão florestal sustentável através da certificação, com o objetivo de que "todos possamos beneficiar dos muitos produtos que as florestas fornecem agora, garantindo ao mesmo tempo que estas florestas estarão presentes nas gerações vindouras".

Ao contrário do FSC, que é uma organização de certificação, o PEFC dá aval a esquemas desenvolvidos nacionalmente se eles estiverem em conformidade com sua referência internacional. Isso inclui padrões relacionados à manutenção e melhoria da biodiversidade, respeito aos direitos humanos e aos direitos dos trabalhadores, igualdade de gênero, bem-estar da comunidade, respeito aos direitos de posse da terra e consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas.³⁴⁵

Os contratos públicos têm sido cada vez mais utilizados como um instrumento para promover a madeira sustentável, particularmente na última década. Tais políticas normalmente dependem de sistemas de certificação para garantir a sustentabilidade. Vários países das florestas tropicais desenvolveram também políticas para a madeira legal e/ou sustentável, muitas das quais foram apoiadas pela UE como parte dos seus esforços para promover os mercados legais.³⁴⁶

Vários países introduziram regulamentos de **mercado** para proibir a importação e o comércio de madeira ilegal ou para promover a madeira legal. Estes incluíram o US Lacey Act, alterado em 2008, o Regulamento de Madeira da UE, introduzido em 2013, e o Clean Wood Act do Japão de 2016.

Nos últimos anos, a UE, o Reino Unido e os EUA aumentaram sua atenção à questão do desmatamento e vêm desenvolvendo legislação destinada a reduzir a importação e o consumo de commodities cuja produção está ligada ao desmatamento. A Europa introduziu o Regulamento sobre cadeias de suprimentos livres de desmatamento em 2023, que proíbe colocar produtos de madeira (bem como 6 commodities agrícolas) no mercado da UE ou exportá-los, se sua produção resultar em desmatamento. Este regulamento substituiu o EUTR, que se aplicava à madeira ilegal.

Mudanças de abordagem e áreas de alinhamento e divergência

As principais preocupações e o foco das iniciativas de "sustentabilidade" no setor florestal evoluíram nas últimas décadas. Na década de 1990, o foco principal era o desmatamento e a proteção da biodiversidade. Posteriormente, deu-se maior reconhecimento às questões sociais.

Isso foi visto nos sistemas de certificação que incluíam disposições mais fortes relacionadas aos direitos à terra e aos recursos dos povos dependentes da floresta. Isso também se refletiu nas estratégias florestais nacionais, por exemplo, as do Canadá e da Indonésia priorizam a participação dos povos indígenas no setor florestal, inclusive por meio da integração de seus conhecimentos tradicionais.

³⁴⁴ <https://www.pefc.org/>

³⁴⁵ <https://www.pefc.org/what-we-do/our-approach/what-is-sustainable-forest-management> ; <https://cdn.pefc.org/pefc.org/media/2019-01/b296ddcb-5f6b-42d8-bc98-5db98f62203e/6c7c212a-c37c-59ee-a2ca-b8c91c8beb93.pdf>

³⁴⁶ Navarro, G. & R. Abruzzese (2021) Promovendo mercados legais de madeira: o papel das políticas de compras públicas nos trópicos. Chatham House, 16 de fevereiro de 2021, <https://forestgovernance.chathamhouse.org/publications/promoting-legal-timber-markets-the-role-of-public-procurement-policies-in-the-tropics>

A implementação do SFM permaneceu no centro dos esforços para melhorar a sustentabilidade, embora as perspectivas sobre como isso pode ser melhor alcançado tenham evoluído. Os primeiros esforços concentraram-se nos aspectos técnicos da gestão florestal (natural) e viram o desenvolvimento de sistemas de certificação. No início dos anos 2000, houve uma mudança para a governança e aplicação da lei, com a conscientização dos altos níveis de ilegalidade no setor. A SFM ainda era um resultado pretendido disso, embora a teoria da mudança fosse diferente – portanto, as intervenções visavam nivelar as condições de concorrência para permitir que as empresas implementassem a SFM, e também aumentar as receitas do governo para apoiá-la. O recente foco no desmatamento de alguns países consumidores tem, potencialmente, deslocado o foco de volta para a floresta em vez do contexto de governança mais amplo – assim, a regulamentação da UE sobre commodities livres de desmatamento se concentra fortemente na necessidade de monitorar as áreas de produção e garantir a transparência das cadeias de suprimentos.

As abordagens à GFS também mudaram ao longo do tempo, refletindo tanto mudanças nas prioridades como também mudanças no próprio setor. Uma mudança foi a ampliação dos propósitos do manejo florestal, com maior reconhecimento de uma gama mais ampla de objetivos para a silvicultura.

Assim, em vez de se concentrar apenas na produção de madeira, outros produtos florestais e serviços ecossistêmicos estão a ser cada vez mais considerados como parte dos objetivos centrais da gestão florestal.

Por exemplo, o relatório sobre Florestas do Estado da Indonésia para 2020 observa que “está em curso uma mudança de paradigma da gestão da madeira para a gestão das paisagens florestais”, o que implica a reorientação da gestão florestal, deixando de se concentrar apenas na produção de madeira para utilizações múltiplas.³⁴⁷ Em resposta a essas mudanças, os sistemas de certificação também ampliaram seu escopo para abranger outros produtos florestais e carbono.³⁴⁸

Essas mudanças são, em parte, uma resposta ao aumento da pressão sobre as florestas, já que permitir diferentes usos da floresta é uma maneira de lidar com conflitos sobre o uso da terra. Além disso, destina-se a abordar a sustentabilidade econômica do setor – a valorização de produtos e serviços adicionais das florestas pode ajudar a aumentar os incentivos econômicos para a SFM, de modo a que possa competir com outros usos do solo. Assim, uma razão para o maior foco da Indonésia na silvicultura multiuso é aumentar o valor econômico de suas florestas de produção.³⁴⁹

As estratégias de bioeconomia do Canadá e da Alemanha também são vistas como um meio de aumentar a sustentabilidade econômica do setor. Por exemplo, eles priorizam as oportunidades econômicas que são apresentadas pela crescente demanda por produtos existentes e novos, em termos de oportunidades de emprego e crescimento contínuo do setor.

Também está sendo dada maior prioridade à capacitação e ao aumento da participação dos IPLCs na gestão florestal e no setor de forma mais ampla.³⁵⁰ Isto é o resultado de um maior reconhecimento dos direitos dos IPLCs e do seu papel como administradores e gestores eficazes de florestas e terras

³⁴⁷ Ministério do Meio Ambiente e Florestas (2020) O Estado das Florestas da Indonésia 2020.

<https://kemlu.go.id/oslo/en/news/10525/e-book-the-state-of-indonesias-forests-2020>

³⁴⁸ (2023) Certificação Florestal em Florestas Boreais: Desenvolvimentos Atuais e Direções Futuras. In: Girona, M.M., Morin, H., Gauthier, S., Bergeron, Y. (eds) Florestas Boreais em Face das Mudanças Climáticas. Avanços na Pesquisa sobre Mudanças Globais, vol 74. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-15988-6_21

³⁴⁹ Ministério do Ambiente e Florestas (2020)

³⁵⁰ Cerutti, P. & R. Nasi (2020); Colfer, C. & R. Prabhu (2023) A time to change direction. Chapter 1, in: Colfer, C. & R. Prabhu (Eds.) Responding to Environmental Issues through Adaptive Collaborative Management: From Forest Communities to Global Actors. CIFOR-ICRAF. <https://doi.org/10.4324/9781003325932>

florestais. Isto é visto nas maiores oportunidades para a participação dos IPLCs na tomada de decisões, bem como na maior prioridade dada à implementação e apoio de regimes florestais comunitários e sociais. Por exemplo, o plano de 2021 da Colúmbia Britânica para “Modernização da Política Florestal” visa: aumentar a participação do sector florestal, melhorar a gestão e a sustentabilidade e fortalecer o contrato social.³⁵¹ Isto deverá ser alcançado através de uma série de ações, incluindo o trabalho com as Nações Indígenas para garantir que o setor incorpore os seus interesses e o aumento das oportunidades de posse para as Nações Indígenas e outras comunidades rurais. Na Indonésia, foram estabelecidas metas ambiciosas para expandir a silvicultura social, uma abordagem que é reconhecida como parte da sua estratégia para reduzir as emissões do setor florestal, conforme estabelecido na sua estratégia NDC e FOLU Net Sink.

Está também a ser dada maior atenção ao aumento da resiliência das florestas, por exemplo, com o desenvolvimento e implementação de abordagens climaticamente inteligentes para a gestão florestal no Canadá e na Alemanha.³⁵² Isto surge em resposta ao impacto crescente das alterações climáticas nas florestas, observado de forma mais evidente no aumento da frequência e extensão dos incêndios florestais em todo o mundo, bem como no aumento da incidência de pragas e doenças.

Prioridades compartilhadas

A comparação dos objetivos de alto nível das diferentes iniciativas é apresentada no quadro 5. Das questões ambientais, as mais citadas são a interrupção do desmatamento e da degradação florestal. A mitigação climática também é frequentemente mencionada, com a resiliência climática recebendo menos atenção.

No que diz respeito aos resultados econômicos, a provisão de meios de subsistência rurais, inclusive através do fornecimento de oportunidades de emprego, é mais frequentemente priorizada. É dada alguma atenção ao investimento na silvicultura sustentável.

No que diz respeito aos aspectos sociais, a questão mais priorizada é a dos direitos dos trabalhadores. As comunidades são frequentemente citadas, principalmente no que diz respeito à partilha de benefícios e ao bem-estar da comunidade.

Muitas vezes, esses vários objetivos são enquadrados em termos de processo e não de resultados ou impactos finais. Assim, a implementação e melhoria da SFM é frequentemente citada como um objetivo, inclusive por meio da implementação de silvicultura comunitária e social (embora em menor grau).

Em relação aos elementos políticos de sustentabilidade, a aplicação da lei e o compliance são os mais comumente mencionados. Os marcos institucionais e políticos também são frequentemente priorizados.

Lacunas

Das questões ambientais, a questão dos resíduos de agrotóxicos (um problema potencial no setor de plantio) não é priorizada. Com relação às questões sociais, a segurança alimentar não é priorizada –

³⁵¹ Ministério de Florestas, Terras, Operações de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Colúmbia Britânica (2021a) Modernizando a Política Florestal na Colúmbia Britânica. Definindo a Intenção e Liderando a Transição do Setor Florestal. <https://www2.gov.bc.ca/gov/content/industry/forestry/competitive-forest-industry>

³⁵² O Estado das Florestas do Canadá. Relatório Anual 2022. Recursos Naturais do Canadá. <https://natural-resources.canada.ca/our-natural-resources/forests/state-canadas-forests-report/16496> ; <https://www.thuenen.de/en/thuenen-topics/forests/forests-in-climate-change>

embora isso seja essencial para o bem-estar da comunidade, o que é citado. Relativamente pouca atenção é dada às questões culturais, embora isso tenha mudado com o aumento do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Por exemplo, as NDCs do Canadá e da Indonésia destacam o conhecimento tradicional e o papel dos povos indígenas no setor.

No que diz respeito à sustentabilidade econômica da silvicultura, adequação do quadro fiscal e o cumprimento do mesmo não são frequentemente identificados como entre os principais objetivos das iniciativas de sustentabilidade. Além disso, o preço dos produtos de madeira não recebe muita atenção – seja no que diz respeito ao aumento dos preços ou à distribuição de valor ao longo da cadeia de abastecimento.

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
QUESTÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Proteção e gestão de ecossistemas (perda e degradação florestal) Mitigação climática	Condições de trabalho (oportunidades de trabalho)	Subsistência	Conformidade e aplicação legal
QUESTÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Proteção da biodiversidade Resiliência climática Conservação do solo Gestão da água Restauração (reflorestamento)	Direitos de recurso fundiários Comunidades – repartição de benefícios; infraestrutura social; Instituições Equidade e discriminação (gênero) Cultura	Investimento Preços e prêmios	Quadro jurídico e político Quadro institucional Transparência Pesquisa e treinamento Participação na tomada de decisão
QUESTÕES NÃO PRIORIZADAS	Resíduos e produtos químicos	Segurança alimentar	Impostos	Gestão financeira

Quadro 5: Frequência dos temas citados como objetivos prioritários nas iniciativas de sustentabilidade da madeira

Legenda: Questões mais frequentemente priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; questões também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes;

	AMBIENTAIS	SOCIAIS	ECONÔMICO	POLÍTICAS
AÇÕES MAIS FREQUENTEMENTE PRIORIZADAS	Ampliar área florestal sob SFM Florestamento, reflorestamento e restauração (incluindo desenvolvimento de plantações)		Manter/aumentar o comércio de produtos florestais Mobilizar recursos financeiros para a SFM	Fortalecer a governança florestal Aplicação da lei Mobilizar recursos financeiros para a SFM Pesquisa e desenvolvimento
AÇÕES TAMBÉM PRIORIZADAS	Aumentar a resiliência climática das florestas Conservação florestal	Aprimorar/expandir a silvicultura comunitária/social Promover a igualdade entre homens e mulheres Parcerias com povos indígenas	Implementar silvicultura comunitária/social Manter/aumentar o processamento de produtos florestais	Licenciamento e rastreabilidade Reforçar a cooperação internacional Melhorar os dados e informações do setor florestal Formação e educação florestal

Quadro 6: Frequência das ações citadas como áreas prioritárias de intervenção em iniciativas de sustentabilidade do óleo de palma
 Legenda: Ações mais priorizadas – aquelas listadas mais de 5 vezes; ações também priorizadas – aquelas listadas entre 1 e 5 vezes

Revisão da literatura: resumo das evidências sobre os níveis de implementação e impacto

Como mencionado acima, as iniciativas de sustentabilidade no setor florestal têm se concentrado principalmente na implementação do SFM. As evidências disponíveis para o progresso em direção a esse objetivo são primeiro revisadas, antes de considerar as evidências de seu impacto no desmatamento, nos meios de subsistência e na pobreza.

Evidências para níveis de implementação de SFM

A nível global, foram feitos progressos no sentido de aumentar a adoção de práticas de SFM. Algumas evidências disso são fornecidas pelos dados sobre áreas florestais sob planos de gestão, bem como sobre áreas sob um esquema de certificação de sustentabilidade. Ao longo da década 2010-2020, a área florestal com planos de gestão em vigor aumentou 7%. A área florestal abrangida por um regime voluntário de certificação de sustentabilidade também aumentou, em 35%. Contudo, grande parte da expansão da certificação ocorreu durante a primeira metade da década.³⁵³ Além disso, a maioria das florestas certificadas encontra-se em florestas temperadas e no setor de grande escala.³⁵⁴

No Canadá, mais de 70% da área florestal gerida está sob um esquema de certificação de terceiros,³⁵⁵ na Alemanha 70% da área florestal total é certificada,³⁵⁶ e na Indonésia, 10% da área de produção florestal é certificada.³⁵⁷ No Canadá e na Indonésia, a área certificada diminuiu ligeiramente desde 2020, enquanto na Alemanha houve um ligeiro aumento.³⁵⁸

A Indonésia também tem um esquema nacional obrigatório, o SVLK, que fornece garantia de legalidade e sustentabilidade dentro das concessões florestais naturais. O número de concessões certificadas continuou a aumentar desde que os requisitos para o licenciamento foram introduzidos pela primeira vez em 2013 (estes foram implementados num processo faseado) e, em 2020, dois terços das concessões florestais foram certificadas.³⁵⁹

A SFM pode ser implementada através de concessões industriais de grande escala ou operações de menor escala – silvicultura comunitária (variadamente chamada de coletiva, comunitária, social...) ou silvicultura de pequenos agricultores. Foi relatado que a silvicultura comunitária pode "apresentar melhores perspectivas de redução da pobreza do que a silvicultura em escala industrial" e que tem potencial para alcançar dimensões mais amplas de prosperidade, como a gestão ambiental e cultural, a saúde e o bem-estar materiais, a justiça e a segurança.³⁶⁰ No entanto, uma

³⁵³ Portal de Dados de Indicadores ODS, Indicador 15.2.1 - Progresso em direção ao manejo florestal sustentável. <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/1521/en/>; Ehrenberg-Azcárate, F., & M. Peña-Claros, (2020) Vinte anos de certificação de manejo florestal nos trópicos: Principais tendências ao longo do tempo e entre continentes. Política e Economia Florestal 111: 102050; <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.102050>

³⁵⁴ McDermott, C.L., et al. (2023)

³⁵⁵ <https://www.forstwirtschaft-in-deutschland.de/index.php?id=81&L=1>

³⁵⁶ Portal de Dados de Indicadores ODS, Indicador 15.2.1 - Progresso em direção ao manejo florestal sustentável. <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/1521/en/>

³⁵⁷ SDG Indicators Data Portal, Indicator 15.2.1 - Progress towards sustainable forest management. <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/1521/en/>

³⁵⁸ SDG Indicators Data Portal, Indicator 15.2.1 - Progress towards sustainable forest management. <https://www.fao.org/sustainable-development-goals/indicators/1521/en/>

³⁵⁹ Berning, L. et al. (2022) Implementação de Aplicação da Lei Florestal, Governança e Comércio (FLEGT) na Europa e na Indonésia, e as implicações da legalidade da madeira e mudanças na política de desmatamento na UE, Reino Unido, EUA e China. Relatório final do estudo. Universidade de Freiburg, Alemanha, e Universidade Gadjah Mada, Yogyakarta, Indonésia. <https://sebijak.fkt.ugm.ac.id/2022/12/07/research-on-flegt-implementation-in-europe-and-indonesia/>

³⁶⁰ Macqueen, D. & Mayers, J. (2020) Silvicultores invisíveis - uma avaliação de abordagens para um reconhecimento mais amplo e disseminação do manejo florestal sustentável pelas comunidades locais. WWF, Estocolmo, Suécia. https://wwf.awsassets.panda.org/downloads/report_wwf_iied_unseen_foresters_2020_1.pdf; veja também Oldekop, J.

revisão global relatou que, apesar do crescente reconhecimento legal da silvicultura comunitária, seu potencial ainda não foi totalmente realizado, com baixos níveis de implementação e participação das comunidades em muitos países.³⁶¹

A Alemanha e a Indonésia identificaram o setor de pequena escala como uma parte crucial das suas estratégias para melhorar a sustentabilidade do setor florestal. Na Alemanha, metade de suas florestas são de propriedade privada, e a grande maioria delas (96%) é de pequena escala (<20 hectares).³⁶² A Indonésia avançou na expansão da silvicultura social e na alocação de florestas habituais. Tem a meta de destinar 12,7 milhões de hectares para silvicultura social, e quase um terço disso foi alcançado até 2020.³⁶³ No Canadá, mais de 90% das florestas manejadas são de propriedade pública e administradas por províncias e territórios. Esta parte do setor florestal do país é dominada por empresas de grande escala; no entanto, 80% das florestas geridas de forma privada no Canadá são pequenos lotes florestais de propriedade familiar.³⁶⁴ Conforme observado anteriormente, também há esforços para aumentar o envolvimento das comunidades indígenas na silvicultura. Por exemplo, o recente documento estratégico para o setor florestal da Colúmbia Britânica estabelece a intenção da província de aumentar as oportunidades para os povos indígenas e as comunidades rurais se envolverem na silvicultura através da revisão dos acordos de posse.³⁶⁵

Impacto: evidências para o alcance dos objetivos sociais, ambientais e econômicos

O impacto das iniciativas de sustentabilidade sobre **o desmatamento, a degradação florestal e a perda de biodiversidade** pode ser considerado em dois níveis: dentro da unidade de manejo florestal; e a nível nacional ou jurisdicional.

A certificação atua no nível da unidade de manejo florestal. As evidências de seus impactos ambientais são mistas e, muitas vezes, específicas do contexto, tornando difícil tirar conclusões gerais.³⁶⁶ Uma revisão global da literatura que examinou o impacto da certificação concluiu que os resultados para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos eram melhores em comparação com florestas não certificadas, embora isso fosse apenas o caso quando a intensidade da extração de madeira fosse baixa e se as florestas certificadas estivessem cercadas por florestas relativamente intactas.³⁶⁷ Em outra revisão, foi relatado que a maioria dos estudos relatou impactos positivos da certificação nos resultados ambientais, como degradação florestal, biodiversidade e estoques de carbono.³⁶⁸

et al. (2020) Uma análise global dos resultados sociais e ambientais das florestas comunitárias. Sustentabilidade da Natureza. <https://doi.org/10.1038/s41893-020-00633-y>

³⁶¹ (2021) Reforma da posse para melhorar a silvicultura: uma agenda política inacabada. Política e Economia Florestal. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102376>

³⁶² Joa, B. & U. Schraml (2020) Conservação praticada por proprietários florestais privados no sudoeste da Alemanha – O papel dos valores, percepções e conhecimento florestal local. Política Florestal & Economia 115, 102141; <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102141>

³⁶³ Ministério do Ambiente e Florestas (2020)

³⁶⁴ <https://www.forestowners.ca/>

³⁶⁵ Ministério das Florestas, Terras, Operações de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Colúmbia Britânica (2021a) Modernizando a Política Florestal na Colúmbia Britânica. Definir a intenção e liderar a transição do setor florestal. <https://www2.gov.bc.ca/gov/content/industry/forestry/competitive-forest-industry>

³⁶⁶ Van der Ven, H. & B. Cashore (2018) Certificação de minério: o desafio de medir impactos. Opinião Atual em Sustentabilidade Ambiental, Volume 32, Junho 2018, Páginas 104-111. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2018.06.001>

³⁶⁷ Di Girolami, E. & B. Arts (2018) Impactos Ambientais das Certificações Florestais. Grupo de Políticas de Conservação da Floresta e da Natureza, Universidade de Wageningen e Investigação. https://www.wur.nl/upload_mm/6/e/6/998c6e88-c6e2-4a38-92e3-c883ea847cee_20181010_Environmental_impacts_forest_certifications.pdf;

³⁶⁸ Wolff, S. & J. Schweinle, (2022) Eficácia e viabilidade econômica da certificação florestal: uma revisão sistemática. Florestas 2022, 13, 798. <https://doi.org/10.3390/f13050798>

Na Indonésia, o sistema SVLK resultou em uma melhor implementação do SFM com impactos positivos na integridade e saúde das florestas,³⁶⁹ embora a melhoria da conformidade só tenha sido observada no setor de grande escala e não entre os pequenos agricultores.³⁷⁰ Taxas mais baixas de desmatamento também foram relatadas nas concessões certificadas como sustentáveis sob o sistema SVLK, embora tenha sido observado que o impacto da certificação nos resultados de sustentabilidade foi prejudicado pela sobreposição de usos da terra, como óleo de palma e mineração.³⁷¹

Considerando os impactos em nível nacional, é difícil estabelecer causalidade devido à multiplicidade de fatores que influenciam os recursos florestais e o uso da terra. No entanto, algumas tendências podem ser observadas.

Na Indonésia, foram feitos progressos notáveis com a redução do desmatamento, as taxas de perda de floresta diminuíram significativamente durante o período 2015-2021.³⁷² Isso tem sido atribuído a uma série de políticas e ações do governo, incluindo a implementação do SVLK, bem como o fortalecimento da aplicação da lei tanto no setor florestal quanto em outros setores de uso da terra. No entanto, o desmatamento e a degradação florestal continuam sendo problemas em partes do país.³⁷³

O Canadá e a Alemanha, apesar de terem baixas taxas de desflorestação, estão entre os muitos países que sofreram graves danos nas suas florestas devido a incêndios, pragas e secas.³⁷⁴ Embora as alterações climáticas sejam uma das principais causas desta situação, há evidências de que as práticas prevaletentes de gestão florestal têm sido um fator contributivo, uma vez que tornaram algumas florestas mais vulneráveis ao fogo e às doenças.³⁷⁵

Assim, nos três países, dois dos objetivos centrais da SFM – manter a integridade das florestas e, ao mesmo tempo, garantir os retornos econômicos – revelaram-se desafiadores, especialmente à medida que os impactos das alterações climáticas se agravaram. Na Indonésia, por exemplo, embora tenha havido reduções significativas na desflorestação, as florestas naturais continuam a ser desmatadas para o estabelecimento de plantações de pasta de papel. Além disso, uma proporção significativa desta situação ocorreu em turfeiras onde a viabilidade a longo prazo de tais plantações

³⁶⁹ Neupane, P.R. et al (2019) Como os processos de REDD+ e FLEGT-VPA estão contribuindo para o SFM na Indonésia – o ponto de vista dos especialistas. *Revisão Florestal Internacional* 21(4)

³⁷⁰ Susilawati, D. & P.J. Kanowski (2022) Melhorando o sistema de verificação de legalidade e sustentabilidade da madeira da Indonésia: Propostas baseadas em estudos de caso de florestas naturais, plantações de árvores corporativas e cadeias de valor baseadas em pequenos agricultores. *Ciência Ambiental e Política* 137:384-395; <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2022.09.009>

³⁷¹ Kosar, M. et al. (2019) PHPL. Da legalidade à sustentabilidade. Rede Independente de Monitoramento Florestal (JPIK). <https://jpiik.or.id/en/phpl-from-legality-to-sustainability/>

³⁷² <https://www.globalforestwatch.org/dashboards/country/IDN>

³⁷³ (2021) O contexto de REDD+ na Indonésia. Motoristas, agentes e instituições. CIFOR. <https://www.cifor.org/knowledge/publication/7952/>; TRASE (2021) O progresso do setor de celulose da Indonésia está na balança. <https://insights.trase.earth/insights/indonesia-pulp-setor-deforestation-hangs-in-balance>

³⁷⁴ Para dados sobre o Canadá, ver: O estado das florestas do Canadá. Relatório Anual 2022; Para dados sobre a Alemanha, ver: [https://www.thuenen.de/en/thuenen-topics/forests/forests-in-climate-change/1/forest-damage-due-to-drought-and-heat](https://www.thuenen.de/en/thuenen-topics/forests/forests-in-climate-change/1/forest-damage-due-to-drought-and-heat;); (2020) Monitoramento de florestas baseado na observação da Terra na Alemanha: uma revisão. *Sensoriamento Remoto*, 12(21), 3570; <https://doi.org/10.3390/rs12213570>

³⁷⁵ Boucher, Y. et al. (2017) Padrões cumulativos de exploração madeireira e fogo (1940–2009): consequências na estrutura da floresta boreal do leste do Canadá. *Ecologia da Paisagem* 32, 361–375, <https://doi.org/10.1007/s10980-016-0448-9>
Girona, M.M. et al (2023). Desafios para o manejo sustentável da floresta boreal sob as mudanças climáticas. In: Girona, M.M., Morin, H., Gauthier, S., Bergeron, Y. (eds) *Florestas Boreais em Face das Mudanças Climáticas. Avanços na Pesquisa sobre Mudanças Globais*, vol 74. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-15988-6_31; Wood, P. (2021) *Intact Forests, Safe Communities. Reducing community climate risks through forest protection and a paradigm shift in forest management*. Sierra Club, B.C. <https://sierraclub.bc.ca/intact-forests-safe-communities-sierra-club-bc-report/>

foi questionada.³⁷⁶ No Canadá e na Alemanha, os incêndios florestais e os surtos de doenças e pragas tornaram-se mais generalizados e graves, pondo em causa os modelos existentes para a SFM. Tal como reconhecido pelo governo da Columbia Britânica em 2021, a sua política florestal “não evoluiu suficientemente rápido para se adaptar aos impactos das alterações climáticas nas nossas florestas”.³⁷⁷

Considerando os impactos sobre **os meios de subsistência** e a redução da pobreza, estes também podem ser considerados no nível da unidade de gestão (ou seja, oportunidades de emprego, fontes de renda e acesso a benefícios) e no nível jurisdicional (ou seja, receitas do governo).

No que diz respeito às receitas públicas, um dos pressupostos subjacentes ao Plano de Ação FLEGT era que uma melhor conformidade legal aumentaria a cobrança de receitas do setor.³⁷⁸ Os APV teriam ajudado a racionalizar e melhorar a cobrança de impostos em alguns países, no entanto, noutros países, a cobrança e a gestão das receitas setoriais continuam a ser deficientes,³⁷⁹ pelo que o setor não está a contribuir como deveria para o erário público.³⁸⁰

Ao nível das concessões florestais, existem algumas provas de que os APV melhoraram a partilha de benefícios entre os intervenientes industriais e as comunidades locais, devido a reformas da governação e melhorias na transparência.³⁸¹ No entanto, a repartição dos benefícios continua a ser inadequada em muitos países.

No que diz respeito aos meios de subsistência, os APV tiveram pouco impacto nas oportunidades de emprego e nas condições de trabalho. Tendo em conta o seu impacto nas PME, os APV ajudaram a criar um setor empresarial mais inclusivo e aumentaram a voz das PME no setor. No entanto, isso nem sempre se traduziu em sua melhor participação nas cadeias de suprimentos.³⁸² Por exemplo, vários estudos da Indonésia relataram que as PME foram negativamente impactadas pelos requisitos de licenciamento.³⁸³

Como mencionado acima, as evidências dos impactos da certificação voluntária são um tanto limitadas.³⁸⁴ No entanto, a pesquisa sobre os impactos sociais da certificação FSC de concessões de grande escala na Bacia do Congo descobriu que ela trouxe impactos positivos adicionais nas condições de trabalho dos funcionários e nos acordos de compartilhamento de benefícios com as

³⁷⁶ TRASE (2021) Indonesia Pulp Sector's Progress Hangs in the Balance.

³⁷⁷ Ministério de Florestas, Terras, Operações de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Colúmbia Britânica (2021a) Modernizando a Política Florestal na Colúmbia Britânica.

³⁷⁸ Comissão das Comunidades Europeias (2003), Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Aplicação da legislação, governação e comércio no setor florestal (FLEGT) – Proposta de plano de ação da UE, Maio de 2003, COM(2003) 0251 final, <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/75fd864e-9f38-41c0-beab-fca3abfb1877/language-en>

³⁷⁹ (2021) Acordos de Parceria Voluntários: Avaliação de impactos para melhores decisões políticas. Política e Economia Florestal 124. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102386>

³⁸⁰ Hoare, A.L. & T. Uehara (2022) Receitas do setor florestal em Gana, Libéria e República do Congo. Casa Chatham. <https://www.chathamhouse.org/2022/03/forest-sector-revenues-ghana-liberia-and-republic-congo/03-disbursement-forest-revenues>

³⁸¹ Fern (2021) FLEGT Acordos de Parceria Voluntária 2.0. Uma resposta ao balanço de qualidade FLEGT da Comissão Europeia e opções para o futuro. <https://www.fern.org/publications-insight/flegt-voluntary-partnership-agreements-2-0-2444/>; Hoare, A.L. E T. Uehara (2022)

³⁸² (2021); (2022) Efeitos da política de extração ilegal de madeira da UE nos países fornecedores de madeira: uma revisão sistemática. Revista de Gestão Ambiental 37 <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2022.116874>

³⁸³ Maryudi, A. & R. Myers (2018) Legalidade do aluguel: como a FLEGT está reforçando as relações de poder nas redes indonésias de produção de móveis. Geoforum 97: 46-53, <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.10.008>; Acheampong, E. & A. Maryudi (2020) Evitando a legalidade: estratégias e motivações dos produtores de madeira no âmbito do FLEGT no Gana e na Indonésia. Política Florestal & Economia 111, 102047 <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.102047>

³⁸⁴ Van der Ven, H. e B. Cashore (2018)

populações locais.³⁸⁵ Uma revisão global da literatura sobre os impactos da certificação constatou que seus impactos econômicos foram mistos – enquanto a maioria dos estudos relatou resultados positivos sobre a viabilidade econômica, prêmios de preços e renda das famílias, os resultados para receitas e lucratividade foram mais variados.³⁸⁶

A pesquisa na Indonésia sobre os impactos da certificação FSC também relatou alguns benefícios socioeconômicos para as comunidades, embora tenha sido observado que o monitoramento de longo prazo seria necessário para determinar se esses benefícios seriam mantidos.³⁸⁷

No entanto, a adoção da certificação permanece baixa em muitos países, e particularmente entre os produtores comunitários e de pequena escala.³⁸⁸ Por conseguinte, tem sido criticada por dar vantagens de mercado aos operadores de escala industrial em detrimento dos pequenos produtores.³⁸⁹ Isso levanta questões sobre a eficácia da certificação como uma ferramenta para melhorar os meios de subsistência, à luz das evidências de que a silvicultura comunitária pode "apresentar melhores perspectivas de redução da pobreza do que a silvicultura em escala industrial".³⁹⁰

Desafios enfrentados para alcançar o impacto

O setor florestal continua a enfrentar muitos desafios para melhorar a sustentabilidade. Como mencionado acima, a certificação tem sido uma das principais ferramentas aplicadas e, embora tenha tido impactos positivos, eles têm sido limitados em seu escopo.

Uma das razões para isso tem sido a falta de prêmios de preço para a certificação. Isto, em conjunto com os custos e requisitos adicionais para a certificação, limitou a sua aceitação. Isto é verdade para as grandes empresas, mas particularmente para as PMEs, que são muito mais limitadas nos seus recursos e capacidades. Esta situação é agravada pelo fato de o quadro político ser frequentemente mal adaptado para as PMEs, pelo que estas enfrentam obstáculos adicionais para operar legalmente e aplicar a SFM.³⁹¹ Assim, embora tenham existido recursos e apoios direcionados aos pequenos agricultores, estes têm sido insuficientes para corrigir este desequilíbrio.

O impacto do SFM, e da certificação, nos resultados de sustentabilidade é, naturalmente, limitado pelo facto de estar focado ao nível da unidade de gestão florestal. A implementação da SFM tem sido, por vezes, limitada pelo contexto de governação mais amplo e, em particular, pela ausência de uma governação eficaz do uso do solo. Por exemplo, como observado anteriormente, as concessões sobrepostas de uso da terra foram relatadas como tendo prejudicado os resultados ambientais da SFM na Indonésia.³⁹²

³⁸⁵ (2014) Impactos sociais da certificação do Conselho de Gestão Florestal. Uma avaliação na bacia do Congo. Documento Ocasional 103, CIFOR

³⁸⁶ Wolff, S. e J. Schweinle (2022)

³⁸⁷ (2015) Impactos Sociais e Ambientais da Certificação de Manejo Florestal na Indonésia. PLOS ONE 10(7): e0129675, <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0129675>

³⁸⁸ Ehrenberg-Azcárate, F., & M. Peña-Claros, (2020) Vinte anos de certificação do manejo florestal nos trópicos: principais tendências ao longo do tempo e entre continentes. Política e Economia Florestal 111: 102050, <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2019.102050>

³⁸⁹ Macqueen, D. e Mayers, J. (2020)

³⁹⁰ Macqueen, D. e Mayers, J. (2020)

³⁹¹ Riggs, R.A. et al (2023) Um tamanho não serve para todos: restrições e oportunidades para a silvicultura em pequena escala na Colúmbia Britânica, Canadá. Silvicultura em pequena escala 22, 583–606. <https://doi.org/10.1007/s11842-023-09544-0>; Maryudi, A. & R. Myers (2018); Acheampong, E. & A. Maryudi (2020);

³⁹² (2019)

O reconhecimento disso estava na raiz da iniciativa FLEGT, na qual a reforma da governança foi fundamental para sua teoria da mudança. Registraram-se progressos significativos no caso da Indonésia no âmbito do APV, mas são necessárias mais melhorias. Um fator que foi identificado como dificultador do progresso foi a aplicação inadequada da lei, prejudicada pela falta de transparência e corrupção.³⁹³

Outro desafio tem sido os desequilíbrios de poder no setor, que têm dificultado os esforços de reforma e, em particular, os esforços para fortalecer o papel da silvicultura comunitária e de pequena escala – um desafio também observado no caso da Colúmbia Britânica.³⁹⁴ Assim, embora os pequenos operadores tenham sido cada vez mais reconhecidos como essenciais para a criação de um setor mais sustentável, os esforços para aumentar o seu papel registaram progressos lentos. Um dos problemas tem sido que, embora tenham sido disponibilizados recursos para reforçar a capacidade das PME, não houve as reformas políticas necessárias para reequilibrar o setor. Assim, o quadro político continua a favorecer o grande capital e a não refletir as prioridades dos pequenos produtores e das comunidades rurais.

Por fim, um outro desafio para alcançar a sustentabilidade no setor florestal tem sido o próprio conceito de SFM. Há muito tempo existe um debate sobre a validade da abordagem predominante para SFM, tanto sua adequação a diversos ecossistemas³⁹⁵ tropicais quanto sua capacidade de garantir a manutenção dos recursos florestais e rendimentos sustentados.³⁹⁶ Esta última questão tem sido posta em dúvida com os crescentes impactos das alterações climáticas nas florestas.

Além disso, ao concentrar-se principalmente na madeira como mercadoria, tem sido criticada por ignorar os diversos valores das florestas e por excluir as comunidades rurais de desempenhar um papel no setor.³⁹⁷ Assim, embora o setor da pequena escala tenha sido cada vez mais reconhecido como essencial para a criação de um setor mais sustentável, os quadros políticos ainda não foram concebidos para refletir as prioridades dos pequenos produtores e das comunidades rurais, nem para criar espaço suficiente para os seus sistemas de gestão florestal.

Houve mudanças de abordagem nos três países, com maior atenção à necessidade de práticas florestais resilientes ao clima e para explorar e facilitar a implementação de uma gama mais ampla de modelos e abordagens, como os dos povos indígenas. No entanto, estes ainda não estão generalizados. Como observou o ministério responsável pelas florestas na Colúmbia Britânica, sua política "tem... não evoluíram suficientemente rapidamente para se adaptarem aos impactos das alterações climáticas nas nossas florestas".³⁹⁸

Lacunas e oportunidades

Com base na revisão da literatura, uma série de questões pode ser identificada onde uma maior atenção poderia ser útil.

³⁹³ CIFOR. 2020. Coleta de evidências dos impactos do FLEGT-VPA para melhorar a comunicação FLEGT. Desk Review- Indonésia. Bogor, Indonésia: CIFOR. https://www.cifor.org/publications/pdf_files/Reports/FLEGT-VPA_Indonesia.pdf

³⁹⁴ Riggs, R.A. et al. (2023)

³⁹⁵ Cerutti, P. e R. Nasi (2020)

³⁹⁶ (2023). Manejo Ecosistêmico da Floresta Boreal na Era das Mudanças Globais. In: Girona, M.M., Morin, H., Gauthier, S., Bergeron, Y. (eds) Florestas Boreais em Face das Mudanças Climáticas. Avanços na Pesquisa sobre Mudanças Globais, vol 74. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-15988-6_1

³⁹⁷ (2023) ACM e Florestas Modelo, Um novo paradigma para África, Capítulo 10, in: Colfer, C. & R. Prabhu (Eds.)

Respondendo a Questões Ambientais por meio do Manejo Colaborativo Adaptativo: Das Comunidades Florestais aos Atores Globais. CIFOR-ICRAF. <https://doi.org/10.4324/9781003325932>; Aggarwal, S. et al. (2021); Macqueen, D. & J. Mayers (2020);

³⁹⁸ Ministério de Florestas, Terras, Operações de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Colúmbia Britânica (2021a);

- O conceito predominante de SFM precisa ser revisto, particularmente no contexto das mudanças climáticas. É necessária mais investigação sobre novos modelos e abordagens para aumentar a resiliência das florestas às alterações climáticas, a par do intercâmbio de conhecimentos e competências a nível internacional. É necessária mais investigação colaborativa entre peritos científicos e indígenas, uma vez que as perspectivas e o conhecimento dos povos indígenas continuam a ser marginalizados no setor. Estas novas abordagens e melhores práticas têm de ser integradas no currículo de educação para a próxima geração de silvicultores.
- É necessária uma maior reflexão sobre a forma de satisfazer a procura global de produtos de madeira, mantendo simultaneamente as funções ambientais e sociais das florestas. Isso inclui a questão de qual equilíbrio deve ser dado a diferentes modelos de produção (por exemplo, florestas de pequenos agricultores e comunitárias, concessões florestais naturais, plantações), bem como a consideração de como equilibrar a silvicultura com outros usos da terra, como agricultura e mineração.
- A bioeconomia está sendo promovida como forma de permitir o crescimento contínuo do setor florestal. É necessária investigação e análise para ter em conta o impacto de tais estratégias, em particular nos requisitos de utilização dos solos e nas populações rurais, e para desenvolver normas e salvaguardas para garantir que as bioeconomias tenham princípios rigorosos de sustentabilidade.
- Registou-se um maior reconhecimento do papel das comunidades rurais, dos povos indígenas e das PME na criação de um setor sustentável e inclusivo. É necessário reconhecer os desequilíbrios de poder no setor e considerar a necessidade de reformas políticas que ajudem a resolvê-los. É necessária mais investigação para explorar os quadros políticos existentes e as opções de reforma, incluindo abordagens que ajudem a estabelecer uma dinâmica de poder mais equitativa no setor, incluindo, por exemplo, acordos de posse e requisitos de participação.
- O setor florestal continua a ser dominado por grandes empresas. São necessários mais esforços para reforçar a voz das PME e reformar os quadros políticos, de modo a que possam competir em pé de igualdade e o setor satisfaça as suas necessidades.
- É necessária mais atenção à transparência e à gestão das finanças setoriais, a fim de garantir que os cidadãos dos países florestais vejam os potenciais benefícios. É necessário considerar melhor os papéis do governo e das grandes empresas na provisão de benefícios às comunidades rurais.
- São necessárias mais investigações sobre a eficácia de diferentes políticas (tais como subsídios, proibições de exploração madeireira, incentivos fiscais) no incentivo ao fabrico de madeira nos países produtores e, por conseguinte, no aumento das receitas governamentais e das oportunidades de emprego.



FACT DIALOGUE
Forest, Agriculture & Commodity Trade



factdialogue.org